



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E
COMUNICAÇÃO – CÂMPUS DE BAURU
RELAÇÕES PÚBLICAS**

PAOLA RAMOS AFONSO

**NARRATIVAS DOS DIREITOS DA DEFICIÊNCIA
EM CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO**

Bauru

2017

PAOLA RAMOS AFONSO

**NARRATIVAS DOS DIREITOS DA DEFICIÊNCIA
EM CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido pela aluna Paola Ramos Afonso, sob orientação de Danilo Rothberg, apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para a conclusão do curso de Comunicação Social: Relações Públicas.

Bauru

2017

PAOLA RAMOS AFONSO

**NARRATIVAS DOS DIREITOS DA DEFICIÊNCIA EM CAMPANHAS
DE COMUNICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido pela aluna Paola Ramos Afonso, sob orientação de Danilo Rothberg, apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista como requisito parcial para a conclusão do curso de Comunicação Social: Relações Públicas.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Danilo Rothberg

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru

Profª. Ms. Michelle Moreira Braz dos Santos

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Unesp Bauru

Prof. Dr. Célio José Losnak

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru

Bauru, ____ de março de 2017.

A meus pais e a minha irmã, dedico este trabalho e todas as minhas conquistas. Por serem os provedores de amor incondicional, de luz em toda jornada, e de incentivo a cada desafio. Meu eterno amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Utilizar estas páginas para demonstrar gratidão vai além de dizer obrigada apenas aos que me ajudaram diretamente na realização deste trabalho. Cada momento, durante toda a minha vida, contribuiu para que eu crescesse, me construísse, e pudesse estar agora concluindo uma fase que tanto me agregou e me engrandeceu como ser humano. Para que tudo e todos pudessem estar presentes, talvez necessitasse de algumas centenas de páginas, e, ainda assim, não teria sido o suficiente. Portanto, hoje e sempre, estarei emanando fortes energias de luz a todos aqueles que estiveram em meu caminho por todos esses anos.

Àqueles que essencialmente precisam estar nesta passagem, e que me deram as mãos especificamente neste período de evolução pessoal, ao qual chamo de faculdade, não poderiam estar outras pessoas se não eles, os verdadeiros responsáveis por tornar possível este sonho: meus pais. A gratidão por tudo o que são, pelo que fazem e pelo que representam pra mim nunca será suficientemente expressada. O incentivo à educação desde sempre permeou os meus dias, fazendo-me entender, a cada passo dado, que aquele era o melhor caminho a ser trilhado para a conquista dos meus objetivos. Esta atenção refletia todo o amor que sentiam por mim, e a conseqüente preocupação com a minha formação e com o meu futuro. Muito além disso, a eterna gratidão por todo o apoio para a realização dos meus sonhos, e pelo ambiente de luz, paz e afeto em que me proporcionaram crescer e me desenvolver. Amo vocês com toda minha alma e meu coração.

Nada seria completo, no entanto, sem a outra parte deste todo chamado família, e que desde 1996 faz nossas vidas mais felizes e ensolaradas: Fernanda, Tatá, minha irmã. Meus dias só têm sentido porque você existe, e nada seria tão bom se você não tivesse chegado com tanta espontaneidade e bom humor para espalhar alegria por nossos corações. Pela parceria, pelos conselhos tortos, por ser minha fonte de riso, de sinceridade, e de abraços intermináveis, obrigada por também cuidar de mim e me dar forças quando eu mais preciso. Amo você imensuravelmente e sempre serei a maior torcedora e incentivadora do seu sucesso e da sua felicidade.

Começando esta jornada e mudando para Bauru, transformei-me por completo. Os meus primeiros dias foram um tanto quanto sofridos longe daqueles que tanto amava e em um ambiente completamente diferente de tudo o que já havia experimentado. Agradeço por tanta diferença neste primeiro contato, tanto a casa em que fiquei quanto às minhas primeiras

acolhedoras. O choque de realidade foi fundamental para que eu pudesse perceber o quão diverso o mundo podia ser, o quão importante era saber conviver e respeitar essas diferenças e o quanto eu deveria saber usar minha liberdade e independência a partir dali.

O que vem depois desse período é o que posso chamar de lar, e as duas gerações que passaram por aqui, de família que Bauru me permitiu ter: meu querido e amado 501. A primeira geração, tão enérgica e animada, fez com que a nossa casa estivesse sempre envolta em música, risadas e agitação. Vanessinha, Lalá e Mi, obrigada por me ensinarem tanto e por serem responsáveis por muito do que sou hoje. Obrigada por cada momento compartilhado em nossa casa e por todo amor que ainda temos umas pelas outras, mesmo distantes. Vocês foram essenciais para minha evolução.

A segunda geração, que me acompanha até agora, e quem sabe ainda um pouco mais, também foi capaz de despertar em mim os mais puros e sinceros sentimentos de parceria, companheirismo e de um amor leve e doce. Calmas, mas também intensas, Carolaine, Fê e Gabs compartilham vida e amor no 501. Obrigada por me fazerem ter certeza de que nossa conexão será de uma vida. Obrigada por todos os abraços, comidas, segredos e planos que fazemos juntas. Pelas longas conversas sobre o mundo e sobre o futuro. Eu amo vocês.

Aos amigos que fiz durante toda a faculdade, aos momentos que compartilhamos e a todos os sentimentos e ensinamentos que vocês me permitiram, minha eterna gratidão. Os amigos são a razão de nossa felicidade diária, dando sentido ao que chamamos de amor ao próximo, respeito, doação e reciprocidade. Aos que sempre tão ativamente caminharam a meu lado nesta jornada, Gabi, Denise, Verônica, Lya e Geovana, obrigada por tudo! Nada teria sido tão bonito sem vocês para amar. Aos amigos que fiz por toda a vida, e que também carregou comigo com tanto carinho e cuidado, obrigada por todos os encontros e pela certeza de amizades que duram por toda uma vida, independente de tempos e distâncias. Vítor, obrigada por ser tão presente e por me fazer descobrir tantos sentimentos novos e tão bonitos. Pelo carinho imenso, pela atenção, pela forte parceria e pela motivação, obrigada por deixar estes últimos meses tão felizes. Você tem um lugar muito especial e com muito amor no meu coração.

Obrigada à Unesp, como um todo, que me fez entender o que é o amor por uma faculdade e por ser Unespiana. Sentimento de pertencimento a uma grande comunidade que se respeita e que está aberta a sempre receber. Minha gratidão a todos que dela fazem parte, e

aos professores do curso de Relações Públicas que repassaram tantos conhecimentos essenciais para a minha formação. Um agradecimento especial ao meu orientador, Danilo Rothberg, por toda a paciência e atenção durante este período de intensos estudos e produção. Por fim, obrigada à minha banca, Professora Michelle Braz e Professor Célio José Losnak por aceitarem ouvir e avaliar este trabalho, fruto de uma iniciação científica que muito me fez aprender e evoluir como cidadã e ser humano. E à Obeduc e a Capes, por tornarem tais estudos possíveis. A todos, paz e gratidão.

“Não é com ilhas do fim do mundo,
Nem com palmares de sonho ou não,
Que cura a alma seu mal profundo,
Que o bem nos entra no coração.
É em nós que é tudo. É ali, ali,
Que a vida é jovem e o amor sorri”.

(PESSOA, 1977, p.40).

RESUMO

A comunicação pública realizada por governos, incluindo campanhas publicitárias, é um dos fatores que podem contribuir para o desempenho das políticas públicas de atendimento aos direitos da pessoa com deficiência. Este projeto caracterizou as representações simbólicas veiculadas por campanhas publicitárias de conscientização de direitos das pessoas com deficiência, de forma a apontar qualidades e oportunidades de aperfeiçoamento da comunicação pública. Foram analisados vídeos produzidos pelo poder público a partir de categorias de ações e significados, a fim de compreender as possíveis interpretações culturais geradas em âmbito simbólico. Os resultados indicam que os vídeos se caracterizam, em sua maioria, por atender aos requisitos de uma comunicação pública democrática, que traz representações adequadas da deficiência, mas foram notadas oportunidades para ampliar o escopo de informações. O direito à informação é questão chave na comunicação pública, e os vídeos, embora disseminem dados essenciais, não aprofundam o enfoque sobre os meios de acesso aos direitos das pessoas com deficiência.

Palavras chave: pessoa com deficiência; direitos; representações simbólicas; publicidade.

ABSTRACT

Public communication by governments, including publicity campaigns, is one of the factors that can contribute to the performance of public policies to meet the rights of people with disabilities. This project characterized the symbolic representations conveyed by publicity campaigns to raise awareness of the rights of people with disabilities, in order to point out qualities and opportunities to improve public communication. Videos produced by the public power were analyzed from categories of actions and meanings, in order to understand the possible cultural interpretations generated in symbolic scope. The results indicate that the videos are mostly characterized by meeting the requirements of a democratic public communication, which brings adequate representations of the disability, but opportunities to expand the scope of information were noted. The right to information is a key issue in public communication, and videos, while disseminating key data, do not deepen the focus on ways of accessing the rights of people with disabilities.

Keywords: people with disabilities; rights; symbolic representations; advertising.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Legislação e políticas públicas para pessoas com deficiência.....	16
2.1.2 Políticas públicas para pessoas com deficiência.....	21
2.2 Comunicação pública.....	27
2.2.1 Direito à informação.....	35
2.3 Semiótica e representação.....	39
2.4 Cultura e discriminação.....	49
2.5 Análises estrutural da narrativa.....	60
3 MATERIAIS E MÉTODOS	68
3.1 Categorias de análise.....	68
3.2 Amostra.....	69
4 RESULTADOS	73
4.2 Análises globais.....	73
4.3 Discussão dos resultados.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – ANÁLISES INTEGRAIS DOS VÍDEOS	102

1 INTRODUÇÃO

A comunicação pública, em sua essência, existe para atender a interesses públicos, inserindo o cidadão na vida pública, e capacitando-o para que esteja apto a participar de debates e deliberações que influenciarão sua vida em sociedade. Esta comunicação vê o Estado como protagonista no atendimento de demandas e em uma gestão transparente que possibilite a ampla divulgação de informações e a criação de canais para que o diálogo com os cidadãos efetive-se, possibilitando uma construção coletiva que identificará necessidades sociais e trabalhará na elaboração, implantação e controle de soluções.

A informação é a base do conhecimento, e torna-se imprescindível para a participação equilibrada em diálogos e decisões. Para garantir que as informações produzidas pelos poderes públicos atinjam os cidadãos, as mensagens devem ser acessadas e apreendidas facilmente, tornando possível a conexão entre os cidadãos e a comunicação produzida pelo Estado. Os órgãos públicos, neste sentido, são responsáveis por adaptar conteúdo aos diversos públicos que pretende atingir.

Mais que isso, acredita-se que para que uma comunicação pública possa ser de fato democrática, deve ser capaz de representar todas as parcelas sociais, promovendo seu reconhecimento e sua visibilidade na conquista de espaços de participação. Neste sentido, os grupos sociais devem receber especial atenção em virtude de sua dificuldade de participação e da falta de visibilidade que experimentam. Torna-se extremamente importante, desta maneira, saber como estes grupos serão representados nas publicidades institucionais e nas mídias produzidas pelo Estado, a fim de que se possa, a partir deste entendimento, ampliar a democracia, promover reconhecimento e ampliar a participação política e social.

Pessoas com deficiência são um dos grupos histórica e culturalmente colocados à margem da sociedade em decorrência de estereótipos de incapacidade e não adequação. Por meio da evolução social, mudanças foram experimentadas nas conceituações da deficiência, e vêm sendo, pouco a pouco, incorporadas ao repertório cultural a partir de tentativas de institucionalização do modelo social da deficiência, a fim de que visões preconceituosas possam ser alteradas, e este grupo possa ser devidamente representado e incluído como cidadão com direitos assegurados. Para tanto, deve-se buscar entender a comunicação pública sobre a temática da deficiência, buscando, por meio de análises semióticas, compreender se é

executada de forma efetiva, cumprindo seus objetivos de informação, conscientização, representações adequadas e conquista de acessibilidade, participação e inclusão.

O presente trabalho provém da pesquisa de iniciação científica “Narrativas dos direitos da deficiência em campanhas de comunicação”, realizada com bolsa do programa Observatório da Educação (Obeduc), da Capes/MEC, com vigência entre abril de 2016 e fevereiro de 2017 (Projeto 8224/2012, intitulado “Acessibilidade no ensino superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão”). A pesquisa caracteriza as representações simbólicas veiculadas em campanhas publicitárias realizadas pelo Governo Federal e pela TV Câmara e aponta oportunidades de aperfeiçoamento da comunicação pública neste contexto. Por meio de categorias de análise de ações e significados identificados nos vídeos sobre os direitos das pessoas com deficiência, são indicadas possíveis interpretações culturais do tema.

Os vídeos selecionados compreendem campanhas de comunicação produzidas pelo Governo Federal, para o Plano Viver sem Limite; e pela TV Câmara, uma série produzida em comemoração ao Dia da Acessibilidade. São publicidades institucionais que divulgam os direitos das pessoas com deficiência e foram estudadas por meio de categorias de análise extraídas de Barthes (1981), que fundamentaram a busca pela compreensão de relações entre o contexto histórico e cultural do fenômeno estudado e o processo de decodificação.

Na revisão da literatura, na primeira seção, buscando contextualizar a deficiência e suas conceituações, enfoca-se a transição do modelo médico para o modelo social, explicando como a deficiência é vista atualmente em questões legais. Além disso, aborda questões referentes à legislação e às políticas públicas para as pessoas com deficiência que pertencem ao âmbito informacional, educacional, comunicacional e tecnológico. A seção aborda, ainda, as Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com deficiência, além do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que promove os direitos deste grupo através da elaboração de ações e políticas públicas de inclusão e acessibilidade.

Buscando entender o que é comunicação pública, sua relevância na construção de cidadania e a forma como ela deve ser executada por parte do Estado, a segunda seção traz, na primeira parte, a visão de vários autores que a conceituam. A seção enfatiza sua importância no atendimento de interesses públicos, preparando cidadãos para participar da vida política através da disponibilização de informações por parte do Estado, e da consequente

possibilidade que eles adquirem em participar de debates e deliberações acerca de questões fundamentais para a sociedade. Além disso, versa sobre a importância de que estes cidadãos adquiram visibilidade. Na segunda parte, apresenta aspectos da Lei de Acesso à Informação, além de expor brevemente as classes de informação que devem ser contempladas em uma divulgação ativa pelo poder público.

A terceira seção, a fim de compreender como as representações realizadas em publicidades do Estado estão sendo conduzidas, traz questões de semiótica e representação, que procuram explicar como acontece o processo de identificação de signos e significados pela mente humana. A seção explica como as associações são feitas através das apreensões culturais dos indivíduos, responsáveis pelos significados e interpretações concedidas às imagens e conteúdos apreendidos. Além disso, indica como acontecem os processos de comunicação de massa, expondo como se dá a construção de mensagens e seus processos de codificação e decodificação, responsáveis por tentar produzir efeitos de sentido que sejam compreendidos significativamente pela audiência.

A seção quatro da revisão da literatura apresenta uma discussão sobre cultura e discriminação, e busca entender como são formados os preconceitos que acabam por culminar em atos discriminatórios. A partir disso, procura entender como são formados os estereótipos e ideias preconceituosas em relação às pessoas com deficiência, recorrendo a matrizes históricas de interpretação que explicitarão os motivos da visão atual que se tem sobre este grupo. Explica a transição entre o modelo médico e o modelo social, apresentando suas características e evidenciando suas contribuições atuais, e os processos de representação deste grupo na comunicação midiática e na educação especial.

A quinta seção é executada considerando as produções elencadas para a análise, que constituem produções audiovisuais que representam narrativas sobre a deficiência. Neste sentido, a seção apresenta uma análise estrutural da narrativa, expondo a importância que apresenta na vida em sociedade, e seu papel fundamental na formação da linguagem, da cultura e dos cidadãos. A seção apresenta, primeiramente, cinco razões por que acredita na essencialidade do estudo de narrativas. Em uma perspectiva mais semiótica, sustenta como a correta escolha de imagens influencia no sentido pretendido e, posteriormente, abordando questões estruturais, apresenta seus processos de construção e funcionamento.

Terminada a revisão da literatura, segue-se para a descrição dos materiais e métodos utilizados durante o trabalho, onde se apresenta a descrição das categorias empregadas nas análises dos vídeos selecionados. A seguir, a amostra é descrita e detalhada. O trabalho continua com as análises integrais dos dez vídeos, que se encontram no apêndice deste trabalho. Posteriormente, um resumo destas análises é executado, originando as análises globais, que, além de descrever, abordam os principais pontos de convergência encontrados entre as produções. Segue-se a discussão dos resultados obtidos através dos estudos realizados e, conseqüentemente, as últimas considerações.

Os resultados indicam que os vídeos, em sua maioria, trazem representações adequadas sobre a deficiência, fornecendo informações necessárias aos cidadãos e constituindo-se, desta maneira, em uma comunicação pública democrática. Conclui-se também que, em partes, há escassez no repasse de dados. Neste sentido, sabendo que a informação é o cerne da comunicação pública, a fim de capacitar cidadãos e torná-los ativos na discussão e participação política, percebe-se que os vídeos, ainda que apresentem mensagens essenciais, não divulgam, em sua totalidade, os meios para obter acesso aos direitos das pessoas com deficiência.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Legislação e políticas públicas para pessoas com deficiência

A informação, através dos tempos, sempre se constituiu como o principal meio de poder dentro das sociedades. Com o surgimento do Estado Democrático de Direito, o domínio de informação e conhecimento passa a ser fator essencial para a população por permitir o acesso às leis, seus meandros e aplicações para que, a partir dessa consulta e internalização, haja empoderamento e garantia da plena execução de direitos.

Dessa maneira, para que se possa atingir e praticar de fato a democracia, torna-se imprescindível que se desenvolvam meios e tecnologias capazes de tornar o acesso à informação cada vez mais plural e diversificado, com real atenção para sua amplitude. Quanto mais perto destes níveis estes meios puderem chegar, maiores se tornarão os fluxos e a quantidade de informação socialmente produzida e recebida. Consequentemente, mais altas serão as chances encontradas para a prática democrática. (SEEP, 2008)

“A informação é um bem social e um direito fundamental da pessoa humana” (SEEP, 2008b, p. 177). Todos os cidadãos, sem restrições, têm direito à informação e é dever do Estado possibilitar o livre acesso as mesmas. Segundo Martins (2009) deve prevalecer a máxima de que todos os organismos públicos se utilizem de sistemas abertos e acessíveis garantindo, assim, o direito do cidadão à informação. A lei federal 13.146/2015, de Inclusão da Pessoa com Deficiência, dispõe em seu Artigo 1º seu caráter de promoção, igualitariamente, do exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência com fins de cidadania e inclusão social.

Segundo esta mesma lei, após a assinatura pelo Brasil da Convenção das Nações Unidas pelo Direito das Pessoas com Deficiência, e sua promulgação pelo Congresso Nacional em 25 de agosto de 2009 através do Decreto Legislativo nº 186 e do Decreto Presidencial 6.949/2009 em substituição ao Decreto Regulamentar 5.296/04, uma nova definição de pessoa com deficiência é colocada em pauta. De acordo com o Artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

Esta nova definição desconstrói a anteriormente proposta, pautada em modelos médicos que, para Werneck (2005) acabavam por descontextualizar a deficiência, tratando-a como incidente isolado, que não estabelecia qualquer relação com questões de interesse público, econômico, político ou social. No modelo médico, segundo a autora, a exclusão aconteceria única e exclusivamente pelas próprias sequelas e limitações da pessoa com deficiência e a obtenção de direitos e cidadania estaria relacionada ao “tipo” e ao “nível” da deficiência, isto é, quando mais perto da “normalidade” essa pessoa estivesse, mais estariam resguardados os seus direitos perante a sociedade.

Levando-se em conta as delimitações propostas pelo modelo médico e sua real necessidade de adaptação, Araújo (2014) discorre sobre a importância da implementação da Convenção no cenário brasileiro e sobre os diversos avanços que o novo modelo, agora ambiental e social, traria para a ordem jurídica do país. Com a adoção do modelo social, há um progresso considerável em relação à responsabilização da sociedade em garantir a equiparação de direitos para as pessoas com deficiência. A partir de uma mudança de perspectiva, as barreiras, em seu sentido amplo, deixam de ser entendidas como uma consequência das limitações da pessoa com deficiência e passam a ser vistas como uma não adequação social para a plena garantia de direitos a todos os cidadãos. (WERNECK, 2005).

Com essa importante alteração de foco, o Estado assume o dever de se adequar para assegurar a aplicação das leis que garantam a inclusão e acessibilidade em todos os níveis sociais das pessoas com deficiência permitindo, assim, a real participação democrática deste grupo na sociedade. Contudo, apesar das melhorias abarcadas, Araújo (2014) defende que apenas uma normatividade adequada não é suficiente para que se cumpram tais direitos. Para ele, o processo deve vir acompanhado “de uma cultura que identifique a importância desse grupo vulnerável.” (ARAÚJO, 2014, p.29).

Para consubstanciar estes dois fatores: inclusão e acessibilidade e mudança de cultura, é necessário que se promovam alterações sociais profundas em todas as parcelas da sociedade. Para que isso ocorra, o principal caminho dá-se através da comunicação e acesso à informação. Para Werneck (2005) a acessibilidade na comunicação é um dos enfoques menos contemplados nas políticas de inclusão no Brasil mesmo sendo tão fundamental como instrumento que propicia a plenitude dessas mesmas políticas. Portanto, faz-se imprescindível permitir o total acesso das pessoas com deficiência a todos os tipos de informação através de meios adaptados para tal. A partir dessa inclusão e a possibilidade de alcançar conhecimento

necessário sobre todos os seus direitos, será efetiva a participação e fiscalização acerca do cumprimento das leis vigentes.

Da mesma maneira, para a mudança de cultura, faz-se essencial o estímulo a uma cultura que apoie e torne real o desenvolvimento inclusivo, fazendo com que, através da comunicação, haja informação sobre deficiência através de peças que tratem desse tema com a mesma naturalidade e visão crítica com que são tratados outros assuntos. A quebra da posição de invisibilidade em que vivem as pessoas com deficiência é de extrema importância. (WERNECK, 2005).

Além disso, a questão da representação das pessoas com deficiência deve ser minuciosamente pensada para que seja feita de forma igualitária, abrangente e segundo os princípios da diversidade, garantindo o não preconceito e a discriminação. Segundo Broetto, Costa e Napolitano (2015), a mídia, como quarto poder, representa um dos principais meios que poderiam educar para a quebra do preconceito através de representações sociais dos deficientes. Essas representações, através da mídia inclusiva, podem resultar em mudanças de pensamentos e ações, e, conseqüentemente, de cultura dos movimentos sociais e grupos existentes.

Para tanto, para viabilizar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito informacional, comunicacional e tecnológico através das leis, torna-se obrigatória, a partir do Artigo 63, contido no Capítulo II – Do Acesso a Informação e Comunicação – da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, a acessibilidade nos sites de empresas que tenham presença em território nacional e sites de órgãos de governo possibilitando acesso das pessoas com deficiência às informações contidas ali a partir das melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. Fica também previsto que os sites devem conter o símbolo de acessibilidade. (BRASIL, 2015)

Outro artigo que garante maior acessibilidade na obtenção de informações e inclusão é o Artigo 67 que discorre através dos incisos de I a III quais os recursos que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir. Entre eles, a subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição. Estes mecanismos, se aplicados, permitirão o livre acesso de toda a população a todo tipo de informação transmitida através de radio e tv e possibilitarão uma comunicação igualitária, abrangente e democrática. (BRASIL, 2015)

Ainda promovendo o acesso a informação, pelo Artigo 68 fica estipulado que o poder público deve incentivar todo o processo de produção - comercialização de livros que se apresentem em formatos acessíveis e publicações da administração pública com a finalidade de conceder à pessoa com deficiência o direito de aproximação e absorção do conteúdo desses materiais. O parágrafo terceiro desta mesma lei discorre sobre a adaptação e produção de artigos científicos para formatos acessíveis, incluindo Libras. Esta ação discorre sobre um nível de acesso fundamental de informação capaz de promover o acesso à ciência e a educação para todos os cidadãos, sem exceção. (BRASIL, 2015)

Para que esse nível de acesso seja contemplado juntamente com todos os demais, o governo também se preocupará em garantir, através da lei, o acesso aos meios e ferramentas que possam conceder às pessoas com deficiência a plena possibilidade de uso. Para tanto, através do Artigo 74 fica garantido a esse grupo o acesso a produtos, estratégias, recursos e serviços de tecnologia assistiva que vem a ser “todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão”. (BERSCH & TONOLLI, 2006 citado por BERSCH, 2013)

Ainda no Artigo 75, no inciso II o poder público se compromete a fazer um plano de medidas que possam facilitar os processos de importação de tecnologia assistiva nos quesitos alfandegários e sanitários. Além disso, o estímulo à pesquisa para desenvolvimento de tecnologia assistiva no país também é citado no inciso III, através da concessão, por exemplo, de linhas de crédito e parcerias e diminuir ou reduzir por completo a tributação que incide sobre os produtos que compõe essa linha tecnológica, garantido no inciso IV. Por fim, no inciso V, fica estipulada a inclusão desses recursos na rede de distribuição do SUS e de outros órgãos governamentais. Todos estes mecanismos visam simplificar a utilização de tecnologia assistiva pelas pessoas com deficiência fazendo com que, consequentemente, se permita o acesso não só a comunicação e informação, mas que melhorem, principalmente, a autonomia, a mobilidade pessoal e a qualidade de vida. (BRASIL, 2015)

O último enfoque dado em relação à disponibilização e fomento do acesso à informação pelas pessoas com deficiência encontra-se no TÍTULO IV- DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA e tem como foco, no Artigo 78 o estímulo à pesquisa, inovação, difusão e desenvolvimento de tecnologia que possa ampliar o acesso a tecnologias de informação e comunicação e a tecnologias sociais. (BRASIL, 2015)

Como Parágrafo Único a lei determina que deva ser estimulado o uso de tecnologias de informação e comunicação como um meio em que se possam superar limites funcionais e qualquer tipo de barreira que se imponha à educação, à informação e ao entretenimento de pessoas com deficiência. Garante, ainda, como ponto muito importante, a implantação de soluções que tenham por objetivo aumentar a acessibilidade à computação e a sites de internet, em especial os de governo eletrônico. (BRASIL, 2015)

Para que todos esses direitos sejam garantidos, e ações possam ser executadas a fim de tornar possíveis as determinações legislativas e a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde todos os cidadãos tenham pleno acesso e inclusão, são adotadas uma série de políticas públicas envolvendo a participação do governo federal através de Conferências Nacionais sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tão importante quanto a presença do governo, há a participação ativa de conselhos de pessoas com deficiência, que, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (2012), auxilia sobremaneira o processo de desenvolvimento do país ao intensificar o caráter deliberativo e caráter de participação, em construção na sociedade civil.

Para que se entenda, de fato, o que são políticas públicas e o que elas fazem no sentido de promover a cidadania, recorre-se a Souza (2006) que descreve o campo como multidisciplinar e desenhado a partir da junção de teorias sociológicas, econômicas e também da ciência política. Para ela, as políticas públicas afetam a sociedade e a economia e, portanto, tem a necessidade de explicar as relações que se dão entre essas áreas, o Estado e a Política.

Souza (2006) explica que as políticas públicas possuem diversas abordagens, mas que, no geral, as definições acabam por convergir para visões holísticas do tema onde o todo é mais importante que a soma de todas as partes. De forma sintética, explica o campo de políticas públicas como o processo de colocar o governo em ação, executando a posterior análise desses feitos e, quando preciso, fomentar sugestões de mudança. A partir das políticas públicas é possível entender as pretensões do governo e suas reais ações.

Contudo, é importante que se entenda, de acordo com Souza (2006), que a política pública reúne vários atores e níveis de decisão e, ainda que seja efetivada através dos governos, não se limita a participação de atores formais, sendo os informais também muito importantes. Outro ponto relevante que se deve ressaltar é que ela não se resume a leis e regras constituindo-se em ação intencional com objetivos a serem atingidos. Após sua

elaboração, a política envolve planos, projetos, pesquisas e bases de dados e quando implementada, fica sujeita a acompanhamento e avaliação. Políticas públicas formuladas e aplicadas em prol das pessoas com deficiência são enfocadas na próxima seção.

2.1.2 Políticas públicas para pessoas com deficiência

Com a adoção da Convenção das Nações Unidas pelo Direito das Pessoas com Deficiência e de novas definições e diretrizes dentro da legislação, evidenciou-se a necessidade de mudanças estruturais das políticas públicas concebidas para esse grupo. O país muda o foco de suas ações e, buscando intensificar a tônica da participação, há o estímulo de que as pessoas com deficiência sejam atores na busca por emancipação e cidadania. Para tanto, na II Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2008, que tinha como tema “Inclusão, Participação e Desenvolvimento – Um novo jeito de avançar”, abre-se um espaço de participação popular democrático, deliberativo, onde se afirma a solidariedade social e a necessidade de que todos monitorem as políticas públicas. (SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2012).

Como importante acontecimento que teve grande impacto na II Conferência, destaca-se a criação, em 2007, pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, da Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Esta Agenda tinha como foco promover a inclusão e a acessibilidade em todo o país fazendo com que a sociedade pudesse conhecer, detalhadamente, as ações já existentes no programa e, além disso, tivesse a oportunidade de participar através de sugestões que seriam apresentadas durante a Conferência. A ação tinha como intuito a concepção de políticas desenvolvidas a partir da participação popular. (SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2012).

De acordo com a Secretaria dos Direitos Humanos (2012) as propostas definidas dentro da II Conferência foram, em sua maioria, atendidas através do Plano Viver sem Limite, lançado no dia 17 de novembro de 2011 através do Decreto nº 7612, pelo Governo Federal a partir da presidente Dilma Rousseff. O Plano envolve 15 ministérios e a participação do Conade (Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência). Tem por objetivo a promoção dos direitos desse grupo e a adequação do Brasil à Convenção da ONU trazendo ações que pretendem promover, proteger e tornar viável a plena execução dos direitos humanos e as liberdades das pessoas com deficiência.

Entre as propostas delineadas dentro da II Conferência que buscavam atender as áreas de comunicação, acessibilidade e tecnologia assistiva, encontram-se a promoção de campanhas de conscientização através de todas as mídias e a implementação do selo de qualidade para estabelecimentos que cumprissem os requisitos de acessibilidade nesses meios, como determina a legislação. Essa proposta previa a parceria entre o executivo e os demais poderes além de conselhos de fiscalização profissional, associações de classe e ONGs com o intuito de fortalecer o Programa Nacional de Acessibilidade. As ações realmente veiculadas a partir dessa proposta foram a realização de campanhas publicitárias desenvolvidas pelo Governo Federal em muitos meios e formatos. Entre elas, pode-se destacar a Campanha “Iguais na Diferença” e a Campanha do lançamento do Plano Viver sem Limite que aconteceram com todos os recursos de acessibilidade.

A outra proposta realizada dentro da II Conferência de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (2012) prevê a acessibilidade dentro dos meios comunicacionais dos setores públicos e privados. Sinalização tátil, áudio e sonora, tradutor/intérprete de Libras, painel eletrônico para descrição de imagens e equipamento de salas com recursos específicos para uso de pessoas com deficiência são alguns dos exemplos que constavam no documento.

Entre as ações realmente implementadas a partir disso, pode-se constatar que, desde 2008, as emissoras de televisão têm por obrigação a exibição de pelo menos parte de sua programação com legenda oculta. Além disso, os prazos para a adequação à audiodescrição seriam gradativos, chegando a 20 horas semanais no prazo de 120 meses, partir de 1º de julho de 2010 de acordo com a Portaria nº 188, de 24 de março do mesmo ano. Em relação à acessibilidade dentro dos sites e portais governamentais, elaborou-se o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico para que os sites possam ser desenvolvidos de forma a gerar conteúdo que atenda as recomendações legislativas.

A terceira proposta envolvendo o âmbito comunicacional foi a medida que visava disponibilizar livros, jornais e revistas em formatos acessíveis para todas as necessidades das pessoas com deficiência. Também entrariam nessa lista obras artístico-culturais e produtos e serviços de audiovisual com auxílio de tecnologia assistiva. Nesta proposta, entre as ações implementadas estão o projeto para o livro acessível com tecnologia nacional que torna possível o desenvolvimento de livros digitais e acessíveis além de livros digitais falados com uma série de facilidades.

Outras propostas que se converteram em ações reais e estão presentes nos eixos de saúde também apresentam questões que envolvem eixos de comunicação, de acordo com a Secretaria dos Direitos Humanos (2012). Entre elas, encontra-se a previsão para a execução de campanhas educativas e de divulgação em formatos acessíveis e em todos os meios de comunicação sobre saúde, prevenção de acidentes e violências e também acerca de direitos sexuais com o objetivo de fazer com que a sociedade tome conhecimento sobre o novo modelo social adotado em contraposição ao modelo médico anteriormente proposto. Ainda que configurado como primeiro passo, e com a necessidade de muito trabalho e desenvolvimento, entre as ações realizadas para o atendimento dessa proposta deu-se a realização do I Seminário Nacional de Saúde: Direitos Sexuais Reprodutivos e Pessoas com Deficiência que ocorreu em 2009 com a posterior publicação de material em 2010.

Passando para o Eixo Educação da II Conferência também se encontram algumas propostas que convergem com comunicação e acessibilidade. Neste caso, uma delas versa sobre a adequação de salas em questões de recursos multifuncionais, em todas as escolas, de acordo com os parâmetros necessários para o atendimento de qualidade de pessoas com deficiência. Segundo dados da Secretaria dos Direitos Humanos no livro sobre o Avanço das Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (2012), mais de 24 mil escolas já possuíam salas devidamente equipadas em 2011, através do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, o que correspondia a 83% dos municípios brasileiros. Para essa proposta, há previsão de implantação, até 2014, de mais 17 mil salas e mais de 30 mil kits para as que já estão em funcionamento. No total, há previsão de 41 mil salas adaptadas por todo o Brasil através do MEC.

Outra medida que interfere sobre a comunicação das pessoas com deficiência é a adaptação da educação em relação aos professores, que devem estar capacitados para atender as necessidades de acessibilidade e inclusão. A proposta discorre, por exemplo, sobre a contratação de professores de libras, instrutor de libras, professores brailistas, guias-intérpretes e revisores de braile através da realização de concurso público. Para sanar a falta de tais profissionais o Plano Viver sem Limite previa a criação de 27 cursos para Intérprete de Libras/Língua Portuguesa e 12 cursos de Pedagogia em caráter bilíngue. A meta de contratação, até 2013, era de 189 professores e 216 tradutores/intérpretes da LIBRAS/Língua Portuguesa para instituições federais de ensino superior. Para 2014, mais 16 cursos estavam planejados, totalizando 810 vagas. Para o ensino fundamental, haveria oferta em 12 unidades

federais de curso de Pedagogia Bilíngue com mais 360 vagas (SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2012).

A III Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi realizada em 2012, quatro anos após a ratificação da Convenção da ONU. O evento teve como um dos seus enfoques um amplo debate sobre as consequências trazidas para a sociedade pós-inserção da Convenção e traz como temática “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU: novas perspectivas e desafios”. Assim como nos episódios anteriores, a III Conferência buscou contribuir para a estruturação de políticas públicas para este grupo através das medidas aprovadas.

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDP) (2013), entre as propostas aprovadas que contemplam o âmbito de acessibilidade encontra-se uma importante diretriz que visa garantir o caráter participativo nas esferas públicas e sociais ao estimular mecanismos de acesso das pessoas com deficiência nas instâncias de controle social e, principalmente, na implementação de políticas públicas inclusivas. Esta medida torna-se importante tendo em vista que visa estabelecer a participação acessível da pessoa com deficiência em discussões e deliberações que tem como principal objetivo a formulação de ações que atendam as necessidades desse grupo.

Outra proposta que estimula a inclusão em níveis de participação pública é a garantia de acesso à publicidade veiculada pelo governo e por serviços públicos por meio de sua adaptação aos recursos que garantem a acessibilidade. Entre eles, a janela com intérprete de LIBRAS, legenda e audiodescrição. Além disso, visa à garantia de contratação de profissionais intérpretes de libras para concursos públicos.

A fim de garantir a acessibilidade comunicacional em nível social existem propostas que visam à instalação, pelos governos, de Tele Centros Comunitários que disponibilizem tecnologia assistiva e gratuita. De acordo com Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2013) outra proposta que tem por objetivo promover a acessibilidade à cultura, prevê o uso de tecnologias que permitam o contato do usuário através de maquetes tácteis, audiodescrição, intérpretes de libras e mapas em alto-relevo em museus, teatros, cinemas e bibliotecas, por exemplo, com a previsão, nesses espaços, de rotas acessíveis para circulação de cadeiras de rodas.

Entrando, agora, nas passagens relativas ao direito à comunicação, prevê-se a garantia de que todo o material produzido em qualquer esfera de poder seja veiculado seguindo as normas de acessibilidade vigentes como, por exemplo, sistemas de braile, texto digital, legenda e recursos visuais. Uma das propostas busca garantir, em tempo integral, a acessibilidade para pessoas com deficiência aos diversos meios de comunicação de massa através de adaptações necessárias para tal e com a contratação e capacitação de profissional para a elaboração de conteúdo adequado segundo o artigo 47 do Decreto 5.296/2004, que torna “obrigatória à acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis”.

Entre as mais importantes propostas aprovadas para a garantia do real exercício democrático destaca-se o dever de divulgar dentro de todos os meios de comunicação de massa e através de campanhas educativas, em formatos acessíveis, todos os direitos das pessoas com deficiência a fim de haja informação necessária para toda a sociedade, sem exceção, acerca dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência. Mais que isso, tornar público temas como os tipos de deficiência, políticas públicas voltadas para esse grupo, sensibilização para o combate ao preconceito e para o fomento ao respeito de pontos de acessibilidade, além de muitas outras coisas que visam desenvolver o senso de coletividade, responsabilidade social, cidadania e engajamento às causas que ainda necessitam de muita luta até que se conquiste real inclusão e uma sociedade capaz de promover o bem estar social e a garantia de direitos aos mais variados grupos existentes em seu contexto.

Todas essas propostas estruturadas em âmbito participativo através das Conferências realizadas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são um reflexo das necessidades existentes na sociedade e, em sua essência, apresentam as possibilidades de execução de ações e políticas públicas que podem trazer melhorias para a vida desse grupo. Muitas dessas propostas foram atendidas pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. O Plano criou novas políticas públicas e desenvolveu, para isso, quatro eixos temáticos, sendo eles: Acesso à Educação; Atenção à Saúde; Inclusão Social e Acessibilidade.

Dentro desses eixos temáticos, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2014) estabeleceram-se diretrizes que compreendem as ações que serão priorizadas por cada um. Dentro do eixo de Acesso à Educação, por exemplo, o

investimento em recursos e serviços de apoio a educação básica e acessibilidade. Na Atenção à Saúde, ações voltadas para prevenção e reabilitação. Dentro do eixo de Inclusão Social o estímulo à participação social através da inclusão das pessoas com deficiência em todas as vivências sociais com atenção ao trabalho e ao cuidado com pessoas em situação de pobreza extrema. Por fim, o eixo de Acessibilidade que enfatiza a busca de acesso à tecnologia, à moradia e aquisição de equipamentos tecnológicos que são capazes de facilitar e criar vieses de participação para as pessoas com deficiência.

O Plano Viver sem Limite nasceu após a adoção da Convenção da ONU pelos direitos das pessoas com deficiência e, portanto, sob as novas égides que governam as ações voltadas para essa parcela populacional, pautadas nas novas diretrizes que levavam em conta o modelo social que se contrapunha a políticas assistencialistas e focava a promoção de direitos. Com o caráter mais amplo do novo modelo que, segundo Werneck (2005) valoriza individualidades e passa a discussão para o contexto da diversidade, direitos humanos e a ética da diversidade, reconhece-se a multiplicidade de fatores que envolvem a deficiência e a necessidade de que estratégias sejam pensadas para interligar as políticas públicas em um âmbito geral.

O Plano estabelece oito diretrizes que guiarão a discussão, formulação e execução das políticas públicas em cada um dos eixos temáticos. Dentre elas estão a garantia de um sistema educacional inclusivo, ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho através da sua devida capacitação e ampliação e qualificação das questões relacionadas à saúde das pessoas com deficiência. Estes pontos são a base para a construção de toda a série de ações em prol da melhoria da qualidade de vida e a estruturação de uma sociedade acessível e inclusiva que possa, a partir de todas as adaptações decorrentes desses acontecimentos, tratar a pessoa com deficiência como cidadão. (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014).

Um dos objetivos principais do Plano é articular estados e municípios que, com o apoio do Governo Federal possam desenvolver as políticas públicas necessárias para a atenção dos direitos das pessoas com deficiência. Através do termo de adesão são divididas as responsabilidades e gastos entre os parceiros, assim como o SUS (Sistema Único de Saúde). Não é obrigatório que todos os municípios formalizem sua participação, o que não os impede de executar ações voltadas para esse grupo. Porém, a vinculação ao Plano seria uma forma dos governantes de demonstrar preocupação em relação aos direitos das pessoas com deficiência.

A vinculação dos locais ao Plano, de acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2014) ocorreu em 2014. No primeiro semestre, 25 estados e o Distrito Federal já se apresentavam como adeptos, além de mais de um quarto dos municípios brasileiros. Mais que aderir, os locais começaram a formar Comitês do Viver sem Limite e também a criar versões locais do Plano, onde incluíam políticas públicas de caráter regional. A participação vai além da execução das políticas públicas e compreende também o monitoramento das ações implementadas tanto em caráter local como nacional.

Essas mudanças fizeram com que as questões sobre políticas públicas fossem, em maior medida, discutidas e formuladas para promover os direitos das pessoas com deficiência e sua real inclusão social. Para que isso ocorra de maneira permanente, um longo caminho ainda deve ser percorrido e transformações devem continuar ocorrendo gradativamente a fim de que se alcancem níveis ideais de participação e adequação da sociedade aos direitos fundamentais de todos os cidadãos.

Essa participação, por fim, apenas será alcançada quando todos puderem ser sujeitos sociais em constante atuação na busca da consolidação de interesses públicos junto aos governos. A garantia de que uma sociedade possa ser democrática passa pela adequação e efetivação conjunta entre governos e população das metas elaboradas para o bem-estar social. Com a complexidade desta ação, são necessários trabalhos que visem desenvolver melhorias na Comunicação Pública efetivada no país que objetiva dar voz à pluralidade social, incluindo diversos grupos no processo de resolução das demandas sociais.

2.2 Comunicação Pública

No processo de integração da sociedade às atividades desenvolvidas pelo governo, existe, como meta para a conquista da verdadeira prática democrática, a participação das diversas parcelas da população na construção e manutenção da vida pública do país. Isto significaria proporcionar a possibilidade de inclusão dos vários grupos existentes no processo de tomada de decisões governamentais a fim de que se possa obter um equilíbrio através da prática da cidadania. Para que isso ocorra, esforços vêm sendo concentrados para a melhoria das práticas de comunicação pública, desenvolvidas para promover e efetivar o interesse público dentro do espaço do Estado-Nação.

Segundo Duarte [(2011), (2012)], a comunicação pública visa, em sua essência, o atendimento aos interesses públicos e da sociedade, representada pelo cidadão, sendo um bem

coletivo que abarca questões referentes a ações governamentais, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, em certos casos, empresas privadas. Para tanto, entende que o governo é o principal responsável pela condução dessas demandas e pela execução e articulação dos pontos essenciais para que se possa caminhar para uma comunicação pública efetiva. Entre eles, está a realização de uma gestão de governo aberta e transparente, que torne possível a participação cidadã através da qualificação de canais e meios de comunicação. Estes canais devem transmitir as demandas de interesse público e, além disso, serem capazes de possibilitar cooperação de todas as pessoas desejosas por fazê-lo.

A gestão de governo aberta, capaz de entender e atender a sociedade, amenizando problemas como educação, saúde e exclusão social através da conexão gerada pelos canais de comunicação, para Kunsch (2012) deve ser a tônica dos dias atuais. Barreiras e burocracias devem ser eliminadas para que haja diálogo com os cidadãos, buscando a solução de obstáculos a partir da percepção e do consenso gerado através do contato entre as duas pontas da esfera social. Para Koçouski (2012), o agente responsável pelo atendimento do interesse público deve reconhecer e possibilitar que os cidadãos participem da discussão de assuntos importantes relativos à “condição humana” e a “vida em sociedade” a partir de seu direito à informação, interação e influência.

Brandão (2012), ao conceituar comunicação pública demonstra as várias faces que ela pode assumir dentro da esfera social. Uma das dimensões caracterizadas por ela é a de identificação com a comunicação governamental, praticada pelo Estado, colocando-o como agente de transmissão de informações à população a fim de promover uma gestão aberta e transparente e fomentar a cidadania. Nesta abordagem, o Estado seria o responsável por engajar a sociedade ao incitar sua participação a partir da divulgação de suas ações, do chamado para atividades específicas e da prestação de contas, atividades realizadas com o objetivo de manter o fluxo informacional entre governos e cidadãos.

Diferenciadas por muitos autores, a comunicação pública, para Duarte (2011), abrange a *comunicação governamental* e a *comunicação política*. Para ele, a comunicação governamental seria representada pelo relacionamento que se dá entre Executivo e sociedade enquanto que a comunicação política pode ser entendida como ações realizadas pelos governos para a disseminação de ideias relacionadas ao poder e que necessitam de aceitação da opinião pública. A comunicação pública, assim, por representar o processo de

comunicação que se dá a fim de atender a interesses coletivos a partir da garantia de direito a informação e participação na vida pública, engloba os dois tipos de comunicação.

Nota-se, neste sistema, que o primeiro estágio a ser executado dentro do processo da comunicação voltada ao interesse público é a informação. Para Rolando (2011), em sua metáfora do prédio e seus andares, produzida para exemplificar os diversos estágios da comunicação pública, dentro de um edifício de sete andares o espaço da informação estaria presente do térreo ao quarto andar do edifício, estando dividido em diferentes estágios que vão desde a execução de uma comunicação básica, passando pelas campanhas com o intuito de divulgar assuntos de grande interesse público, chegando à relação que indivíduos estabelecem com o sistema midiático, representado por uma grande concentração e interligação de informações.

Porém, apenas informação não é o suficiente. Segundo Duarte (2011), a comunicação pública, além de informar, representaria o espaço de troca e interação acerca de demandas públicas visando à participação e o diálogo. Para ele, este tipo de comunicação é essencial para que outros aspectos da cidadania possam ser colocados em prática a partir da promoção da inclusão social em diversos aspectos da vida pública, como, por exemplo, a elaboração, implantação e controle de ações e políticas públicas feitas através das demandas identificáveis através dessa mesma cooperação. Ele destaca que, ainda que seja base, a informação, por si só, representa uma via unilateral, sendo necessária a existência de comunicação, capaz de abranger aspectos mais profundos que dizem respeito ao fluxo bidirecional gerador de influências e de real participação.

Desta maneira, a comunicação pública deve representar, para Matos (2011), um processo político onde a sociedade não atue apenas como ente passivo em suas relações, apenas recebendo informação de instituições políticas sem a possibilidade de que se desenvolvam espaços de interlocução. Mais que isso, a autora acredita que essa vertente da comunicação deve atuar como meio de interação, busca por entendimentos e acordos entre as parcelas da população e os governos para a formulação de ações e políticas que beneficiem o todo social. Para que ocorra participação e diálogo de cidadãos ativos, porém, existe a necessidade de que se desenvolvam espaços onde seja possível o debate e a deliberação. Para Zémor (2012), a comunicação pública precisa permitir que todos os indivíduos interessados tenham a possibilidade de se manifestar em processos de tomadas de decisão interferindo a favor da coletividade.

Entendendo que comunicação pública representa muito mais que o ato de só informar, mas está pautada no processo de interação, diálogo, troca e produção, pode-se inferir que, para que este processo ocorra de forma equilibrada e justa, onde os cidadãos sejam capazes de contribuir efetivamente na expressão de demandas públicas e deliberações, é essencial que haja informação suficiente para que todos se encontrem em níveis equânimes de discussão. De acordo com Duarte (2012, p.62), o direito a informação é assunto recorrente nas discussões a cerca da comunicação pública: “a informação é a base primária do conhecimento, da interpretação, do diálogo, da decisão”.

Neste sentido, para atingir graus satisfatórios de uma comunicação pública efetiva é fundamental que, primeiramente, desenvolvam-se graus adequados de disponibilização de informação para a sociedade, que tem direito a recebê-la e acessá-la. Segundo Weber (2011) é necessário que sejam visíveis as ações dos governos para que se efetue o processo de *accountability* e da demonstração da relação existente entre Estado e sociedade. Para ela, o dever atribuído ao executivo, legislativo e judiciário de viabilizar informações e estabelecer relações com os cidadãos faz com que sejam criados, por exemplo, mecanismos de comunicação que propiciem a propagação de informações.

Para Duarte (2012), estes mecanismos tem a intenção de fornecer conteúdo necessário para que a população possa obter maior compreensão acerca de determinados temas. Os instrumentos que segundo ele refletem estes canais de comunicação são, por exemplo, relatórios, bancos de dados, publicações institucionais, discursos, manuais, boletins eletrônicos e a internet. Para garantir, porém, que as mensagens repassadas através desses meios possam de fato atingir seus receptores, ainda segundo Duarte (2011), é necessário que se cumpram alguns pré-requisitos, materializados pelos dois primeiros eixos dos quatro (Transparência, Acesso, Interação, Ouvidoria Social) elaborados pelo autor como sendo os eixos centrais da comunicação pública.

Como primeiro pré-requisito o autor elenca como eixo a “Transparência”, entendida como o dever do Estado em repassar todas as informações de interesse público de forma ética e responsável. O segundo eixo, complementar à transparência, remete ao “Acesso”, ação imprescindível para tornar possível a conexão entre cidadão e a comunicação produzida pelas entidades públicas. Para Duarte (2011), as entidades públicas são responsáveis pela adaptação de conteúdos aos diversos grupos sociais com a finalidade de torná-los compreensíveis e

facilmente apreendidos. Mais que isso, a informação adaptada deve ser encontrada sem grandes dificuldades e a sociedade estimulada a busca-la e direcionada a como fazê-lo.

Para que o Estado possa estabelecer essa conexão com os cidadãos seguindo tais pré-requisitos e garantir visibilidade que, para Weber (2011) constitui-se em um dos principais pontos da democracia, são utilizados alguns produtos informacionais e comunicacionais elencados por ela através de suas pesquisas. Acerca dos produtos informacionais Weber destaca a Publicização, a Prestação de Contas, Prestação de serviços, Informação jornalística, Mídias públicas, Mídias sociais, Propaganda e Relações Públicas.

Porém, para Zémor (2012), as instituições públicas tem o dever de, além de informar, mostrar aos cidadãos que essa informação existe e onde pode ser encontrada. Ações de publicidade devem focar na exposição das informações disponibilizadas pelos governos. Devem, por exemplo, fazer publicidade sobre o acesso a bases de dados, documentos públicos, sobre a existência de publicações oficiais, relatórios, sites na internet, prestação de serviços e todos os tipos de dados elaborados para os cidadãos, possibilitando seu acesso com o intuito de cumprimento de ações cidadãs de participação.

O grande obstáculo encontrado nos dias atuais para que se estabeleça a comunicação entre os atores sociais, para Duarte (2012), não é a falta de instrumentos e mecanismos de informação, mas fazer com que esses meios sejam conhecidos e utilizados de forma correta pelos principais interessados na absorção dos conteúdos a fim de tornarem-se sujeitos conscientes e capazes de agir e tomar decisões frente aos acontecimentos sociais.

Para que esse processo de tomada de decisão aconteça de forma coerente, além da necessidade de conteúdo informativo, é imprescindível que este acesso possa ser proporcionado a toda população e, mais que isso, promova sua participação e seu reconhecimento. Para Matos (2011), não há como uma comunicação pública ser de fato democrática se não for representativa das várias camadas do todo social, fazendo com que tenham voz na articulação das demandas da sociedade, na resolução das mesmas e no desenvolvimento de sua visibilidade, isto é, na conquista de espaço para o debate de questões que precisam ser reconhecidas por toda a população.

Porém, ainda segundo Matos (2011), a questão levantada é sobre como lidar com a problemática dos grupos sociais excluídos e com a sua dificuldade de participação e de conquista de visibilidade. Para ela, deve-se entender como se dá a organização destes grupos

“às margens” do sistema que, em busca de reconhecimento, acabam por procurar meios de inclusão em associações, a fim de discutirem suas necessidades e levá-las ao poder público para que possam, de fato, alcançar o estágio de “comunicadores públicos”. Há extrema importância, ainda, em entender como as demandas desses grupos serão conduzidas pelo governo nas questões de representatividade na publicidade institucional e nas mídias, como meio de ampliar a democracia. Os grupos excluídos precisam ser reconhecidos como sujeitos e representados como tal através da comunicação com eles e para eles.

Neste sentido, Lopez (2011) fala sobre uma comunicação que passa a ser pública quando, primeiramente, é feita por meio da coletividade, ainda que representada por indivíduos e, em segundo lugar, quando está destinada a construir o que é público. Para que isso se efetive, deve ser “uma comunicação inclusiva e participativa, cuja vocação não poderia estar a serviço da manipulação de vontades ou da eliminação de individualidades (...)”. (LOPEZ, 2011, p.65). Isto é, uma comunicação realmente pública necessita da atuação dos diversos atores sociais, devidamente reconhecidos e representados no fluxo de interação governo-cidadão.

Para que isso aconteça, Duarte (2012) fala sobre a necessidade de adaptação da comunicação das instituições às diversas camadas sociais e às situações específicas de cada cidadão. Essa segmentação ocorre quando há uma preocupação em ouvir, entender e materializar necessidades em ação, como ocorre, por exemplo, com a geração de comunicação inclusiva para pessoas com deficiência. Neste caso, é papel dos órgãos públicos moldar sua informação aos mais variados formatos a fim de possibilitar o acesso dos diversos públicos que compõem a esfera social. Para o autor, “um processo de comunicação orientado pela escuta ativa dos gestores gera conhecimento próximo da realidade que qualifica os padrões de decisão [...] e aumenta a eficiência da comunicação entre os envolvidos”. (DUARTE, 2012, p. 68).

Para Kunsch (2012), a comunicação digital entre governo e cidadão é muito importante à medida que possibilita uma ampliação do acesso às informações governamentais, facilitando a comunicação e sendo uma das “maiores conquistas” tecnológicas no que concerne a promoção da cidadania. O e-gov, ou governo eletrônico, segundo Monteiro (2011) tem aumentado sua atuação através da comunicação estabelecida com os cidadãos, da prestação de serviços, da divulgação de informações, das pesquisas de opinião e das discussões realizadas acerca de assuntos relevantes de interesse público. Desta

maneira, nota-se que a internet e a comunicação digital experimentam grandes possibilidades de crescimento e desenvolvimento no sentido de democratizar o acesso à informação, constituindo-se em um dos principais meios a serem explorados pelos governos em decorrência de suas possibilidades.

Assim sendo, a partir da utilização dos meios tecnológicos em ascensão e de outros mecanismos, o desafio é fazer com que a população, considerando toda a individualidade de seus sujeitos, possa ter acesso às informações divulgadas e a participação possa acontecer de forma equânime, através de regras pré-estabelecidas que possibilitem uma discussão plural e democrática. Insere-se, neste contexto, a necessidade de profissional habilitado para entender as diversas necessidades e características sociais, adaptar a comunicação e atuar como mediador das relações de intercâmbio entre governo e cidadãos.

Mais importante que isso, um profissional que atue no engajamento no que diz respeito à interação dos indivíduos com a realidade pública através da informação e de sua participação na construção de espaços de discussão e deliberação sobre as demandas sociais. Para Duarte (2012) o desafio fundamental desse profissional é “comunicar sobre a comunicação”, isto é, fazer com que os indivíduos tomem conhecimento do fornecimento de conteúdo realizado por entidades públicas e sobre sua possibilidade de acessá-lo. Ademais, fazer com que estes assuntos passem a ser de interesse de todos, qualificando, desta maneira, os processos de comunicação.

Para Novelli (2009), as relações públicas governamentais inserem-se como forma de mediar essas relações entre governo e população no sentido de prover os meios de acesso que tornem viável a comunicação. Elenca quatro principais objetivos estratégicos das relações públicas praticadas dentro do contexto governamental, sendo eles: Conceder à população explicações claras acerca das funções governamentais; Estabelecer um fluxo contínuo de informações sobre as atividades da administração pública; Possibilitar, através de canais de comunicação, a participação social na política e nas ações do governo e, por último, criar canais onde a administração pública possa alcançar o cidadão.

Segundo a autora, há um histórico de alienação acerca das funções do governo no Brasil, o que faz com que a população não saiba a quem atribuir responsabilidades políticas, culpabilizando poderes erroneamente. A ação das relações públicas governamentais se efetivaria, neste caso, na promoção de informação sobre o assunto, a fim de que os cidadãos

possam saber de quem exigir seus direitos e cobrar por ações. Em relação ao outro objetivo estratégico proposto por Novelli (2009), fica clara a necessidade de que se mantenha, de forma constante, a rede de informação entre governo e cidadão com o intuito de manter a “transparência e publicização” das ações governamentais. Estas ações deixam clara a vinculação da atividade de relações públicas governamentais com a promoção de informação no que concerne às ações base da comunicação pública.

Quando se entra no âmbito dialógico desta comunicação, compreendido pelos dois últimos objetivos, o papel das relações públicas governamentais, para Novelli (2009), encontra-se em criar canais de comunicação para que governo e sociedade possam interagir. Possibilitar a expressão, incitar a participação, e entender a população através de pesquisas de opinião pública que visam coletar informações em relação ao poder público e a funcionalidade das políticas públicas, são ações realizadas para que se garanta o diálogo entre essas duas pontas, a fim de validar o caráter democrático da comunicação pública.

Na construção desse diálogo, a comunicação pública deve ser capaz de estimular o fluxo comunicacional entre a população, gerando confiança e aumentando seu nível de conhecimento, de engajamento e de formação de um pensamento social. A partir disso, insere-se na discussão o conceito de capital social, entendido por Matos (2005) como o “engajamento cívico” promotor de participação e construtor de relacionamentos de confiança e recíprocos. Neste sentido, o capital social torna-se requisito e também produto da comunicação pública à medida que prepara ambientes e indivíduos para a prática desta comunicação (MATOS, 2009, p.130).

O capital social precisa da comunicação para existir e tornar-se efetivo, porém, será gerado por um tipo de comunicação que, segundo Matos (2009), deve realizar-se, em sua concepção, em prol da coletividade e respeitando os pontos que a tornam realmente democrática, abarcando as pessoas em sua individualidade e, dessa maneira, sendo acessível, horizontal e inclusiva.

A comunicação capaz de promover o debate acerca das questões públicas engloba, a partir de infraestrutura adequada, os indivíduos engajados e motivados pelo reconhecimento de seu papel social e pela forma equilibrada de participação e deliberação, sendo este o ponto chave para a construção do caráter social dos participantes e, conseqüentemente, de um “intercâmbio social produtivo” (MATOS, 2009, p.131).

Estes fatores podem ser considerados o elo que se estabelece entre comunicação pública e capital social, entendendo que a construção de capital social requer a existência da comunicação, e não há comunicação democrática sem a prévia agregação de capital social. Para que isso aconteça, o exercício inicial do governo é promover uma gestão na qual o acesso à informação e a transparência sejam premissas básicas e estejam amparadas legalmente.

2.2.1 Direito à informação

A democracia pode ser mais efetiva quando os indivíduos participam ativamente das pautas governamentais com poder de discussão e deliberação junto ao poder público. Para que isso aconteça, torna-se imprescindível que a sociedade possa ter acesso a todo tipo de informação necessária para tornar-se capaz de debater de forma equilibrada e justa. Além de todas as informações de caráter coletivo, o direito a informações pessoais também é imprescindível para o cumprimento de “metas sociais” segundo Mendel (2009). Neste sentido, entra em discussão a questão das leis que regulamentam esta série de direitos sociais.

A Lei de Acesso à Informação, n.º 12.527, promulgada em 18 de setembro de 2011, regulamenta o direito dos cidadãos a receber informações públicas de órgãos e entidades sem necessidade de solicitações. O Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012 define os meios a serem utilizados para garantir esse direito e classifica as informações em passíveis ou não de serem divulgadas em relação a aspectos de segredo e sigilo. A lei é recente e representou um grande avanço para a regulamentação do acesso no Brasil.

É preciso ressaltar que, embora a sociedade como um todo venha evoluindo no que concerne à adoção de leis que regulamentem o acesso à informação, que ganhou força a partir do estabelecimento do artigo 19 da Declaração dos Direitos Humanos e da ampliação do entendimento e execução de governos mais transparentes, o Brasil, como indicam Napolitano, Resende e Rothberg (2013), ainda apresenta uma forte tradição de segredo e sigilo reforçada por sua cultura política.

Para os autores, a cultura brasileira, que sustenta historicamente ações de clientelismo e patrimonialismo, pode ser uma barreira à aplicação da Lei de Acesso à Informação. A execução dessa Lei representaria a divulgação de informações que prejudicariam a efetivação dessas práticas culturais, e, portanto, necessitariam manter-se em sigilo para que interesses particulares continuassem sendo praticados. Na visão dos autores, um dos motivos que

poderia dificultar a real aplicação da lei por parte do governo, seria o receio da revelação de dados que se constituem em “vantagens para políticos ou administradores difíceis de justificar aos olhos do público em geral”. Além disso, fatos que podem demonstrar à população “a aplicação de critérios administrativos inadequados, impróprios ou, em última instância, corrompidos” (NAPOLITANO, REZENDE, ROTHBERG, 2013).

Analisando-se, porém, as regulamentações que se referem à transparência ativa e, neste caso, às informações que devem ser fornecidas pelo governo sem necessidade de solicitação, pode-se notar que a lei discorre no artigo 6º sobre o dever do poder público na disponibilização de informações transparentes e de amplo acesso. No artigo 7º fica estabelecido que haja orientação sobre como obter acesso e sobre os locais específicos onde a informação pode ser encontrada. Além disso, no artigo 8º é colocada como responsabilidade do Estado a divulgação ativa de informações de interesse coletivo em locais de fácil acesso, determinando-se, no inciso VIII, a obrigatoriedade de se garantir às pessoas com deficiência a acessibilidade ao conteúdo veiculado de acordo com a lei 10.098 e com o artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência. (BRASIL, 2011).

Ainda segundo o artigo 8º da Lei de Acesso à Informação (2011), em seu parágrafo 2º, fica estabelecida a necessidade de que a informação disponibilizada pelo governo seja lançada através de todos os meios existentes, sendo de caráter obrigatório para este fim a utilização de sites oficiais. Para regulamentar as atividades promovidas nestes sites o parágrafo 3º cita, por exemplo, a necessidade de ferramentas de pesquisa, de linguagem clara e de fácil compreensão, de atualização constante de informações e indicação ao usuário de como se dá a comunicação com o órgão responsável pelo site.

Das disposições presentes no Decreto 7.724 que mais se articulam com a essência do conceito de comunicação pública no que se refere ao seu primeiro estágio de gerar informação, encontra-se o Capítulo III que trata da Transparência Ativa a ser desenvolvida pelo poder público, isto é, o dever do governo em trabalhar ativa e constantemente na divulgação de informações em seus sites na internet de direito e interesse social, sem que elas tenham sido solicitadas por qualquer indivíduo.

Neste capítulo ficam estabelecidas as regras de como deve ser exercida essa comunicação dentro dos sites oficiais. Indicações que discorrem sobre quais informações devem estar presentes, como, por exemplo, os programas e projetos de governo e detalhes

sobre recursos financeiros e orçamento. Tratam, ainda, da regulamentação dos formatos de informação, sua localização dentro do site e qual deve ser sua abrangência, além de prever mecanismos de interação. (BRASIL, 2012).

Ainda sobre a Transparência Ativa que deve ser realizada pelo governo, uma importante contribuição que necessita ser analisada encontra-se na “Lei Modelo Interamericana sobre o Acesso à Informação Pública e Guia de Implementação” produzida em sistema participativo que incluiu um grupo de trabalho com representantes de todos os Estados-Membros da OEA (Organização dos Estados Americanos), além da Comissão Jurídica Interamericana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão e o Departamento de Gestão Pública Eficaz da OEA. O documento procura estabelecer normas e melhores práticas no que concerne ao direito de acesso a informação. No tópico de análise aqui considerado, o documento cita as 16 principais classes de informação que precisam ser contempladas por uma divulgação ativa do poder público.

A 1º delas, compreendida pela divulgação de como se dá a organização das entidades públicas em níveis estruturais, repassa informações que abarcam quais são as funções governamentais e os deveres que competem a cada membro. Além disso, discorre sobre questões práticas que indicam localização, horário de funcionamento e nomes de seus representantes incluindo, na 2º classe, referências às qualificações e salários de altos funcionários. Estas classes demonstram um dos primeiros estágios de transparência e construção da cidadania à medida que explicita o funcionamento do poder, e concede à população a oportunidade de entendê-lo a fim de garantir os seus direitos. (OEA, 2012)

Fica estabelecida pela Organização dos Estados Americanos (2012), na 3º classe, a explanação dos métodos de trabalho das entidades, além da prestação de contas, como, por exemplo, a exposição de mecanismos de fiscalização interna e externa que sejam relevantes para as autoridades públicas. Incluem a divulgação de relatórios, planos de ação estratégica, códigos de governança corporativa e indicadores de desempenho. Fica também definida, na 4º classe, a aclaração dos orçamentos, planos de despesa e relatórios anuais de gastos. Ademais, na 5º classe, ocorre a divulgação sobre os procedimentos de aquisição, execução de contratos, diretrizes, políticas e monitoramento de desempenho de dados.

O documento, na 6ª classe, discorre sobre a concessão de informações sobre todos os componentes e subcomponentes do salário real, abrangendo todas as categorias de funcionários da administração pública. O documento trata de assuntos diretamente relacionados ao interesse da população e tem como principal classe, a 7ª, onde há o detalhamento acerca dos serviços públicos. Isto possibilitaria a todas as camadas sociais o conhecimento sobre os serviços prestados pelo governo e sua real utilização pelos cidadãos. É importante que esse detalhamento aconteça através de informação acessível e inclusiva para que não seja praticada a exclusão a partir desse ato. Além disso, determina, na 8ª classe, a criação de mecanismos para que a população seja capaz de fazer pedidos e reclamar de possíveis falhas ou omissões das ações das autoridades e da administração pública. Nesta classe, percebe-se a abertura de um canal que torna possível o início da interação entre governo e cidadão, começando a desenvolver outros aspectos referentes à comunicação pública, no que diz respeito à construção do diálogo entre esses agentes.

A 9ª classe elenca a divulgação da descrição dos poderes e a metodologia utilizada para tomar decisões. A 10ª classe discorre sobre a comunicação que deve ser feita por parte das autoridades públicas através de estatutos, políticas ou manuais, sobre a subtração de qualquer de suas funções que venham a incidir diretamente sobre o público em geral. Este mesmo público, abordado na 11ª classe, deve ter a possibilidade de conhecer, através de divulgação, todos os mecanismos ou procedimentos que os permitam participar e influenciar no exercício do poder e na formulação de políticas, tornando-se, desta maneira, conscientes das vias existentes para a integração governo-cidadão. (OEA, 2012)

Entre as outras classes, encontra-se, na 12ª, a divulgação de guias simples que possam facilitar o acesso por conter dados sobre: os tipos e formas de informação que o poder público detém, as categorias de informação que ele publica e, além disso, deixar claros quais são os procedimentos necessários para se solicitar informações internas. Na 13ª classe há menção a uma lista, que foi descrita no artigo 17 do presente manual, que expõe os pedidos recebidos através dessa Lei e todas as respostas produzidas em virtude deles. O documento diz que estas informações devem estar em seus sites oficiais e disponíveis através de todos os escritórios que disponibilizam acesso ao público. A indicação, na 14ª classe, é de que os cidadãos sejam informados através de listas, que tragam dados referentes a todos os subsídios fornecidos pela autoridade pública. Além disso, fica clara, na 15ª classe, a necessidade de que estejam veiculadas, nestas listas, informações solicitadas com frequência pela população e, na 16ª

classe, indica-se que aí também estejam presentes informações adicionais que o poder público julgue necessárias.

Com tudo isso, fica claro o dever do governo em fornecer, a partir de todas as maneiras cabíveis, as informações pertinentes à população de forma ativa e consistente. Para tornar o exercício democrático eficaz, torna-se imprescindível a construção de práticas cidadãs que garantam a informação, o diálogo e a participação social equânime nas decisões governamentais. Tais ações devem constar em textos legislativos a fim de que se tornem obrigatórias e possam, cada vez mais, garantir o direito ao Acesso à Informação de forma mais ampla.

2.3 Semiótica e a representação

A construção da cidadania começa a partir do desenvolvimento de um governo realmente democrático e gerador de transparência, informação e participação. Para atender aos diversos tipos de particularidades das pessoas presentes nesta sociedade, faz-se necessário, principalmente, acessibilidade e inclusão. Com a efetivação desses pontos chave, torna-se viável a possibilidade de reconhecimento de parcelas populacionais marginalizadas, levando-as a serem vistas, de fato, como parte do todo social e capazes de influir nas decisões do poder público. Para que isso aconteça, este reconhecimento deve ser facilitado através da adequada representação simbólica destes grupos em todos os meios. Para entender como se dá este processo, é necessário que se discorra sobre definições semióticas e representação.

Para estudar semiótica é imprescindível que se entenda, primeiramente, a sua distinção, segundo Santaella (2007), da ciência da linguagem verbal, a Linguística. Diferente desta, a Semiótica não se restringe apenas a esta delimitação sendo responsável pelo estudo de todos os tipos de linguagem. Neste quesito, cabe destacar a pluralidade de linguagens existentes e que são capazes de comunicar, não restringindo este aspecto à questão da língua falada ou escrita. Como um fenômeno muito mais complexo, deve-se entender o processo comunicativo tomando como base todos os tipos de mensagens existentes produzidas na sociedade, capazes de repassar informação independente de seu formato.

Incluem-se, neste campo, desde sinais da natureza até imagens, sons, cheiros e expressões. Isto é, tudo o que está no mundo capaz de produzir sentido. Esta linguagem, concebida como “uma gama incrivelmente intrincada de formas sociais de comunicação”, (SANTAELLA, 2007, p.13) deve ser entendida como o todo inteligível das expressões

significadas a partir da interação social. A Semiótica para Santaella (2007) seria, então, a ciência que versaria sobre os tipos de linguagens existentes e suas construções de significado derivadas de seus signos.

Para Joly (2012), um signo constitui-se como tal quando é capaz de ser interpretado pela mente humana, causando relações de sentido e tornando-se lógico a partir de associações realizadas pelo cérebro para explicar os fenômenos. Neste sentido, citando Peirce (1978), a autora discorre que signo pode despertar sentidos intencionais, quando algo é produzido ativamente para ser uma representação, ou, ainda, pode fornecer informações que serão entendidas por estarem socialmente institucionalizadas e dotadas de significado.

Este signo que, para Peirce, “representa alguma coisa para alguém”, na descrição de Coelho (1983), está presente em uma relação triádica de signo composta por este último, também entendido como *representamen*, pelo Objeto (ou referente) e pelo Interpretante (ou referência). Nesta tríade, a instituição representada, isto é, o que se busca significar, é denominado objeto. Este objeto será responsável por incitar uma imagem na mente de “quem” o contempla, e esta imagem é denominada interpretante. Este interpretante, a partir do momento que estabelece relações de sentido para o receptor e passa a representar algo para o mesmo, é então denominado signo, ou *representamen*.

Entendendo a definição de Peirce sobre signo, e abordando os estudos de semiótica desenvolvidos pelo autor, Santaella (2007) faz uma análise Fenomenológica dos fatos, considerada, por Peirce, parte inicial fundamental para qualquer ciência. A partir dela, delineiam-se categorias gerais e universais para alocar os fenômenos existentes e, neste caso, a Semiótica é tomada como instrumento de classificação e descrição de todos os signos. Após muitos anos de estudo e revisões, seguindo sempre a forma triádica proposta por Peirce, três categorias são delimitadas e, segundo Santaella, mesmo que sejam diferentes em essência e conteúdo, estão interconectadas e, por motivos das características de funcionamento da consciência, acontecem de forma simultânea. São elas: Primeiridade, Secundidade e Terceiridade.

Por Primeiridade entende-se, no estudo de Santaella (2007) sobre Peirce, o ato primeiro e presente de pensamento, incontável e produzido instintivamente a quem de forças mentais intencionais. Representa a consciência imediata em resposta a um fenômeno, o ato de sentir antes do reconhecimento deste próprio ato, pois, a partir da percepção, deixa de

ser primeiro e já não está mais no presente. Neste instante exato em que se toma conhecimento da qualidade de sentimento presente, passa-se para o nível categórico da Secundidade, onde a assimilação passa a existir. Considerando-se este fato, a Secundidade pode ser entendida como todo tipo de sensação e reação produzida pela mente a partir da tomada de conhecimento acerca de um fenômeno. A produção de efeitos sobre o corpo humano, a corporificação da qualidade do sentimento e a interação com o mundo real são as características que permeiam esta categoria.

Para completar a relação da tríade encontra-se, então, a Terceiridade, instalada na mente como nexos causal das categorias anteriores. Após as reações produzidas em virtude da percepção dos fenômenos, surge, como consequência, a interpretação dos mesmos para estabelecimento de relações de significado. Isto é, opera-se na mente o processamento de informações a partir dos signos estabelecidos culturalmente, a fim de encontrar pontos de conexão e sentido e, por fim, o entendimento do fato apresentado. (SANTAELA, 2007).

Além das categorizações realizadas, Peirce, de acordo com Coelho (1983), propôs classificações para os signos a partir das relações existentes entre os componentes da definição triádica, isto é, entre o signo, o objeto e o interpretante. Classificações estas que também obedecem ao esquema de tríade sempre utilizado pelo autor. Entre as dez tricotomias propostas, retoma-se aqui, em especial, a que considera as relações que se estabelecem entre o signo e seu objeto, apresentando as conexões mais facilmente detectáveis no meio. Nesta divisão, o signo adquire caráter de ícone, índice e símbolo, exemplificados adiante.

Quando o signo apresenta uma relação de proximidade representativa com o objeto, isto é, quando se estabelece, para o signo, um rol de características que remetem ao objeto em questão, este, para Peirce, revisado por Coelho (1983), é chamado de Ícone, ou signo icônico. Joly (2012) discorre que o ícone pode ser, por exemplo, “um desenho figurativo”, ou uma imagem que tenha por objetivo representar ou fazer alusão a algo, neste caso, parecer-se com algo, como o desenho ou a foto de uma casa, que, em sua função de qualidade, busca referenciar uma casa propriamente dita. Ainda segundo a autora, esta similaridade acontece não só em questões visuais, abarcando também outros níveis sensoriais. A imitação de sons de animais, de cheiros diversos, de sabores de alimentos e de tecidos particulares pode ser considerada um ícone, à medida que é formulada para equivaler ao que se buscava reproduzir.

Quando a relação do signo com seu objeto, porém, torna-se material, isto é, influenciada pelo mundo físico, tem-se, de acordo com Santaella (2007), o que Peirce avaliaria como a constituição de um Índice. A partir da indicação, através dos signos, de coisas com as quais ele está “factualmente” ligado, tem-se a formação do Índice, isto é, algo que serve como indicativo de um fenômeno realmente existente. A posição do sol no céu, por exemplo, é tomada como um indicativo das horas do dia. As nuvens, quando escuras, são um índice da chuva. Importante ressaltar ainda que estes signos indiciais, todos concretos, só o são pela existência de uma mente que os identifica como tal.

Partindo, por fim, para a definição do que seria o Símbolo, Peirce, na leitura de Coelho (1983) o cita como um signo que se conecta com o objeto a partir da existência de convenções socialmente aceitas que tornam possível tal representação. A linguagem, segundo Santaella (2007) é aqui considerada como exemplo de sistema que apresenta sua funcionalidade a partir do estabelecimento de leis gerais, que determinam, para uma coletividade, o significado das palavras e de suas formações. Isto é, a palavra, como objeto, tendo seu signo instituído a partir da definição de uma lei abstrata geral para designá-la.

Nota-se que, além da possibilidade de cada signo ser um ícone, um índice ou um símbolo, as três classificações podem mesclar-se, resultando em algumas combinações. Como exemplo disso, Joly (2012) cita situações onde o índice pode ser também icônico, quando apresenta semelhanças com o objeto representado, no caso de pegadas ou marcas de pneu na areia que são parecidos com pés e pneus reais. Pode haver, ainda, a relação entre símbolos e ícones quando, dentro da linguagem, a palavra, em sua classificação simbólica, mantém relação sonora de proximidade com aquilo que representa, transformando-se também em ícone, como é o caso das onomatopeias.

Peirce, em seu vasto estudo sobre a semiótica, estabeleceu e aprofundou muitas relações e explicações para a relação triádica dos signos, porém, não foi o único a dar início a este tipo de estudo. Ferdinand Saussure repassou, em seu curso de Linguística Geral, diversos conceitos linguísticos estabelecidos através de seus estudos, e que deram origem a Semiologia, diferente da essência Semiótica proposta por Peirce, porém, também dedicada ao estudo do signo. Saussure via a língua como uma estrutura, e buscava identificar a relação existente entre os elementos gerais de sua composição, que a transformam em mecanismo de transmissão de significados. Dentro dessa estrutura, a língua apresenta-se inteligível a partir de determinadas combinações sígnicas que, por sua vez, só tem sentido por estarem imersas

em um campo de significação atribuído por convenções sociais. A língua como um “fenômeno social”, para Saussure, é o fator chave de estudo da ciência linguística. (SANTAELLA, 2007).

Para estudar a estrutura da língua, Saussure (1970) parte do entendimento da unidade linguística como algo duplo, e considera estes componentes do signo como psíquicos, com vínculos estabelecidos através de associação cerebral. Em sua visão, seria errado pensar que os sentidos se dariam pela ligação de uma coisa a uma palavra. Na verdade, a ideia seria de ligação entre um conceito a uma imagem acústica, isto é, a uma referência interpretativa causada por este som. Para Saussure, o signo seria a interconexão entre essas duas faces psíquicas e a consequente formação do sentido final. Como definição de cada uma dessas partes, o autor empregou o termo *signo* para a designação do todo; *significante* para indicar a transição dedutiva executada pela mente a partir da imagem acústica e *significado* para o que diz respeito ao conceito que se tem em mente sobre o elemento, neste caso, a definição apreendida socialmente.

Porém, nesta apreensão social sobre os sentidos determinados para cada signo, vê-se que a associação que se estabelece entre significante e significado não tem relações de proximidade ou semelhança, ou seja, a combinação acústica que representa o significante não se estabelece por apresentar determinada sequência que remeta ao significado. A relação entre um e outro é totalmente arbitrária à medida que foi estabelecida através de uma regra e não através de correspondência de sentido. A arbitrariedade do signo é colocada por Saussure (1970) como um dos princípios do estudo da Semiologia. Esta vertente de estudo, para o autor, tem por objetivo estabelecer uma “ciência da linguagem verbal” através dos estudos da Linguística e dos sistemas de signos estabelecidos socialmente.

Nos dois estudos apresentados, percebe-se que, embora distintos em suas linhas de atuação, ambos propõem a explicação de como se dão os processos comunicativos entre os seres humanos em suas relações interpessoais, e em suas interações com o mundo a sua volta. Esta comunicação acontece através das potencialidades interpretativas da mente, capazes de realizar associações e estabelecer relações de sentido por meio da apreensão cultural de regras sociais. Os signos apresentam-se das mais variadas formas aos olhos dos indivíduos que, a partir de suas características cerebrais, tendem a transformá-los em imagens mentais a fim de atribuir significado a todas as mensagens recebidas.

Contudo, será aqui priorizada a classificação do signo que, em seu formato, existe para realizar ilustrações, ou seja, para ser imagem. Retoma-se a definição de Peirce, apresentada em Joly (2012), sobre os signos que são imagéticos por assemelharem-se a outra coisa, isto é, por estabelecerem relações de analogia com o que representam. Importante entender, neste sentido, que “imagem” não se restringe apenas a aspectos visuais, abrangendo outras categorias signílicas que são também representação.

Dentro deste rol, encaixam-se os signos “plásticos”, que compreendem, por exemplo, as cores e as formas, e linguísticos, exemplificado pelas metáforas. Para Joly (2012), à medida que simbolizam algo, imagens podem ser colocadas na categoria das representações e “sua função é, portanto, evocar, querer dizer outra coisa que não ela própria, utilizando o processo de semelhança” (JOLY, 2012, p.39). Este processo, a partir de seus níveis de aplicação, é em grande parte considerado o problema da imagem. Se há demasiada semelhança, pode haver confusão entre imagem e objeto e, se ela não é suficiente, forma-se uma imagem sem nenhuma utilidade.

Para entender este processo de representação por meio da imagem figurativa que, de acordo com Joly (2012), é extremamente importante culturalmente, a questão que vem a mente é como cada uma dessas imagens adquire sentido e se há uma linguagem específica ou uma forma de leitura especial para as mensagens que provém dali. Estas perguntas foram propostas inicialmente por Barthes, que dedicou seus estudos às imagens dentro da publicidade. Barthes (1982) optou por esse nicho por considerar este espaço produtor de significações intencionais para as imagens, onde os signos seriam tratados de forma plena por precisarem representar uma mensagem clara, “franca” ou pelo menos “enfática”.

Dentro da publicidade, em seus estudos, Barthes (1982) propõe a existência de três mensagens que, em conjunto, formarão o sentido completo da imagem. Porém, para que se apreenda este sentido, por questões de análise, o autor isolará cada parte constituinte para fazer uma leitura independente e mais detalhada. São elas: a mensagem linguística, a mensagem icônica não codificada, também entendida como a mensagem literal ou mensagem denotada, e a mensagem icônica codificada, vista como a mensagem simbólica, ou mensagem conotada. Esta última estaria suportada pela mensagem literal, isto é, seria construída a partir dos elementos figurativos presentes na imagem que, em um primeiro momento, estão desprovidos de códigos e são notados através da percepção, ou seja, a partir de um saber

naturalizado que, posteriormente, será percebido como código, e então interpretado, dando ênfase à mensagem conotada.

Retomando cada uma, em primeiro lugar, Barthes esclarece os aspectos da mensagem linguística e de suas funções quando ela encontra-se junto a outras mensagens, sendo base para a identificação e interpretação das mesmas. Parte do princípio de que as imagens são polissêmicas, e, por isso, passíveis de muitas interpretações. Neste sentido, para que se possa guiar a leitura destas imagens para o objetivo pretendido, utiliza-se da mensagem linguística que, neste caso, tem a função de explicar e aclarar apenas o sentido que se quer prevalecer. Na função de “ancoragem”, pode-se levar o leitor apenas a fazer a identificação dos objetos presentes na mensagem literal, ou levá-lo a interpretação previamente direcionada da publicidade, quando se trata da mensagem conotada. A mensagem linguística pode também estabelecer o sentido de “etapa” onde, juntamente com a imagem, dá o sentido completo da mensagem. Isto é, tem com a imagem uma relação de complementaridade, fazendo com que a mensagem apenas tenha sentido com a presença conjunta desses dois elementos.

Partindo para a explicação da mensagem denotada, é importante ressaltar, segundo Barthes (1982), que dificilmente a imagem literal aparecerá, em publicidade, em seu estado puro. Este tipo de mensagem constitui “o primeiro grau do inteligível”, isto é, a primeira identificação realizada pela mente ao se ter contato com a imagem, a constatação do que cada coisa representa em seu estado natural sem passar por nenhum tipo de transformação. Embora não estabeleça nenhum código, este tipo de mensagem literal é essencial para dar suporte e estruturar os símbolos da mensagem conotada, fazendo com que ela se torne natural aos olhos do receptor. É importante ressaltar, de acordo com Joly (2012), que há uma diferença entre os processos mentais da percepção, que ocorre no nível da denotação e a interpretação das imagens, feita a partir da assimilação cerebral e do entendimento dos significados presentes.

Esta mensagem conotada é vista por Barthes como uma mensagem de interpretação cultural, por revestir a imagem de elementos simbólicos, que necessitam conhecimentos sociais previamente institucionalizados para serem interpretadas e significadas. Em relação a este fato, esta mensagem pode apresentar diversas leituras distintas à medida que é feita por diferentes pessoas, a partir de seus repertórios individuais. Além disso, cada leitura feita de forma individual não é unívoca, fazendo com que cada imagem possa conter diferentes significados. Em publicidade, embora as interpretações sejam pessoais, são geradas a partir de convenções estabelecidas socialmente, ou seja, que apresentam um significado comum a um

determinado grupo, uma ideologia. A conotação da mensagem publicitária, neste sentido, é intencionalmente produzida e planejada levando em conta tal ideologia com a expectativa de atingir determinado objetivo.

Para este estudo, torna-se importante ressaltar os aspectos da conotação utilizados em mensagens publicitárias, produzidas pelos governos para grupos específicos que enfrentam problemas com representação. Para Joly (2012), as imagens devem ser vistas como mensagens visuais construídas a partir de uma série de signos e, portanto, uma forma de interação e comunicação com determinadas parcelas sociais dotadas de uma série de saberes culturais. Tendo em vista o poder comunicativo da imagem, torna-se necessário entender e analisar se ela, como um todo, é capaz de produzir adequadas representações a partir da constatação do público para quem foi produzida e seu objetivo como canal de transmissão.

A partir disso, pode-se constatar a importância de coerentes veiculações por parte dos governos no que concerne a representação das diversas categorias de cidadão, principalmente as que são fortemente estereotipadas e, por isso, necessitam ser devidamente ilustradas a fim de promover a desmistificação, a disseminação do conhecimento e o reconhecimento social.

Para isso, recorre-se ao estudo de Hall (2009) sobre os processos de comunicação de massa e seus sistemas de codificação e decodificação. Para ele, é interessante pensar o processo comunicativo como um intrincado sistema de etapas distintas, mas que mantém relação entre si. Estas etapas envolveriam desde a produção da mensagem até a sua reprodução, que, para ser garantida, depende da continuação do fluxo comunicativo sem a interrupção de nenhuma das fases que, embora articuladas, mantém modelos próprios de existência, não garantindo a efetivação da fase posterior.

Neste intervalo, a produção das mensagens é feita através da incorporação de significados devidamente ordenados, através de códigos discursivos estabelecidos por regras de linguagem para atender a diversas audiências. A produção desses discursos, porém, deve ser feita com a sua posterior tradução para “práticas sociais”, a fim de que tenha a capacidade de estabelecer relações de sentido e atinja os efeitos esperados na recepção. Se não há produção de sentido, para Hall (2009), não há “consumo”, isto é, não existe a possibilidade de apreensão de conteúdo da mensagem se esta não puder enquadrar-se, dentro do processo comunicativo, aos aspectos discursivos comuns a determinado público alvo.

Para que isso se estabeleça, os emissores “devem produzir mensagens codificadas na forma de um discurso significativo” (HALL, p.368, 2009), que possibilitem sua subsequente decodificação significativa pelo receptor. Isto é, um discurso deve ser codificado a partir da constatação do repertório ideológico de seu destinatário, a fim de que a mensagem represente um sentido identificável pelo mesmo. Neste caso, um sentido que possa ser decodificado significativamente pela audiência. Apenas a partir desse processo efetivo de decodificação, apreensão e entendimento do que está sendo comunicado, é que haverá a produção de efeitos nos indivíduos a partir da geração de sentido.

Porém, dentro desse processo comunicativo de codificação/decodificação, alguns problemas podem surgir, resultando em mensagens errôneas, difíceis de decodificar ou mal interpretadas. Estes desencontros ocorrem em função do que Hall (2009) classifica como assimetria comunicativa, ou seja, a má-compreensão e falta de efetividade da mensagem. Esta situação ocorre, principalmente, pelas diferenças existentes entre quem produz e quem recebe as mensagens. A posição ocupada por estas duas parcelas, e a relação que se desenvolve entre elas dentro do processo comunicativo, pode acarretar falhas em virtude da geração de códigos destoantes e da não correspondência entre eles.

Estes fatos podem ocorrer, por exemplo, quando uma representação é feita de forma equivocada e não abrangente, acarretando a não assimilação dos grupos ali ilustrados. Esta assimetria acontece quando indivíduos devem produzir representações de situações das quais não tem total conhecimento ou de grupos aos quais não pertence. Ocorre à medida que as mensagens são produzidas a partir de conhecimentos institucionalizados para o grupo produtor e desconhecidos pelos receptores, causando ineficácia e dificuldades de decodificação.

O que se pode dizer, contudo, é que, de acordo com Hall (2009), a leitura de qualquer tipo de mensagem só pode ser feita através da aplicação de códigos, sendo os signos icônicos também codificados. A representação icônica aparentemente real de algo é produto de uma articulação da linguagem com o objeto existente. Esta articulação é feita a partir das convenções sociais que, com a intervenção dos devidos códigos, permitirão a identificação de signos arbitrários com o seu significado. Hall destaca, porém, que as mensagens dificilmente estarão dotadas apenas de seus sentidos literais, mas os combinarão com a sua conotação.

Para o autor, quando há conjugação dos dois sentidos, o signo tem capacidade de adquirir, através do nível conotativo, uma maior possibilidade de interpretação por estar na categoria de uma decodificação ideológica, onde associações diversas podem ser experimentadas dando ao signo um caráter mais fluido e menos fixo, característica do sentido denotativo. Na publicidade, por exemplo, os signos visuais são usados para conotar qualidades, situações e valores que estarão implicados ou implícitos na imagem em questão. A combinação de elementos em uma mensagem que, para determinada sociedade, tem significados que transcendem a sua literalidade, gerará conexões com seus sentidos conotativos e associação dos mesmos com a marca ou entidade emissora.

Esta conexão com os sentidos conotativos é realizada, segundo Hall (2009), através de códigos que ligam os signos aos sentidos sociais ideológicos, fazendo com que estes signos adquiram o poder de determinada significação cultural nas mensagens em que estão presentes. Estas significações culturais estariam imersas em “mapas de sentido”, isto é, um instrumento de agrupamento e explanação das convenções sociais atribuídas aos diversos signos existentes.

Ressalta-se, contudo, que a característica da conotação que possibilita a fluidez do signo em relação aos seus sentidos, conquistados a partir de determinações da cultura, faça com que o processo de codificação/decodificação não estruturado corretamente possa, em decorrência dessa amplitude, não ser correspondente. Mesmo que a fonte emissora apresente objetivos previamente definidos, apostando em determinada leitura por parte dos receptores, que privilegie sentidos tidos como “dominantes”, a interpretação desejada pode não acontecer. Em vista disso, a codificação deve estabelecer alguns “limites e parâmetros” para que a decodificação ocorra, a fim de evitar ilimitadas leituras da mensagem e garantir um processo de comunicação efetivo. (HALL, 2009).

Tendo em vista as diferentes situações a que está submetido o processo comunicativo, e o entendimento de como opera a codificação/decodificação, considerando os personagens envolvidos e, por isso, os diferentes meios de produção, torna-se interessante a realização de uma análise e a busca de um entendimento mais profundo das mensagens. Joly (2012) destaca a importância de que a percepção e a interpretação sejam tomadas como momentos distintos, a fim de que se possa reconhecer e decifrar, nas mensagens, suas possíveis significações além do seu estado literal.

Deve-se tentar compreender na interpretação, segundo Joly (2012), o que a mensagem, nas circunstâncias em que está sendo analisada, provoca de significações. Para tanto, além de buscar entender o contexto de sua produção, é necessário que se assumam, primeiramente, a posição de receptor para elencar quais as relações de sentido são percebidas nesta extremidade. A análise, para a autora, pode aumentar o poder comunicativo da imagem, à medida que requer observação atenta, busca por conhecimentos e, deste modo, uma maior amplitude de informações do que a mensagem pode emitir.

Para Joly (2012), uma das funções da análise é a verificação da eficácia das mensagens visuais, realizada principalmente dentro da publicidade e do marketing. Este tipo de análise recorre a saberes semióticos para entender, e então avaliar, em que nível essas mensagens estão sendo funcionais dentro do objetivo pretendido para que se possa, caso necessário, melhorar e potencializar sua atuação no meio em que está inserida. Neste sentido, depreende-se que este tipo de estudo pode ser extremamente útil, por exemplo, no que concerne a todas as mensagens produzidas pelo poder público a fim de examinar em que nível atendem a questões de representação, elaboração coerente de conteúdo, garantia de assimilação do grupo a que a mensagem se destina e conquista dos resultados pretendidos.

Nota-se, a partir de um maior entendimento sobre semiótica e sobre questões de representação, que a elaboração e veiculação de mensagens, principalmente quando destinadas ao grande público com intenções determinadas, vai além da simples produção mecânica de informações. Torna-se imprescindível que variados conhecimentos sejam considerados e aplicados a partir da determinação de públicos e objetivos. Neste sentido, além da importância de que a comunicação pública seja praticada entre governos e população, é fundamental que a sua elaboração seja estudada, pensada e analisada para uma reprodução adequada do que se pretende transmitir.

2.4 Cultura e discriminação

A falta de conhecimentos aprofundados sobre os indivíduos e suas relações, a cultura previamente estabelecida e imposta aos cidadãos e a convivência em uma sociedade que, a partir disso, preocupa-se em perpetuar a falta de reflexão de seus membros sobre diversos assuntos importantes no contexto da vivência social, a fim de manter as suas estruturas de dominação, gerará, conseqüentemente, um ambiente com interações pautadas em conhecimentos superficiais e guiadas por estereótipos. Neste cenário, o preconceito surge

como foco nos processos de formação de um sujeito e, por conseguinte, materializa-se nos contatos que ele estabelecerá com os outros indivíduos. Este preconceito, em um ciclo, se instala no cidadão através dos ensinamentos adquiridos por meio de seus relacionamentos e é propagado, prejudicando sua própria interação com o meio social por alterar seu desenvolvimento e a forma como entende e lida com os outros. O indivíduo é influenciado pelo meio e, conseqüentemente, o influencia.

Na revisão de Silva (2006), essa incorporação dos pensamentos sociais habituais por parte dos indivíduos acontece pela não recorrente formulação de ideias que diferem das previamente determinadas. Assim sendo, há uma aceitação do real imposto e a perpetuação das formas de preconceito pela falta de reflexão gerada sobre a sociedade e as individualidades presentes em cada forma de vida. Para a autora, a constatação da diferença surge como um medo e uma ameaça a ser combatida dentro da proposta de normalidade social. Esta normalidade, instituída por uma cultura que se converteu em mercadoria, propaga padrões e exclui o que se desvie da rota determinada. Executa esse trabalho com a geração de alienação que impede a formação do pensamento crítico capaz de desmistificar as formas de preconceito apreendidas e rechaçar os comportamentos discriminatórios derivados desse pensamento.

Este ser social influenciado pela cultura, na leitura de Silva (2006), é propenso a encaixar e adequar tudo o que é novo ou diferente a categorias preexistentes e a estereótipos específicos, frutos de generalizações e classificações. Este processo de simplificação ocorre como uma resposta imediata do pensamento que, no processo de reconhecimento, busca fazer analogias com o que já lhe é familiar. “O estereótipo oferece pronto o conteúdo reduzido e vazio concedido pela pseudocultura bloqueadora da possibilidade de pensar a realidade de forma dialética” (SILVA, 2006, p. 425).

A dinâmica do preconceito faz com que as pessoas, ao incorporarem uma opinião formulada como produto da construção social, também a tomem como verdade absoluta e se fechem para a sua contestação. Isso impede que o indivíduo possa tomar conhecimento de fatos que poderiam causar-lhe uma reflexão crítica acerca de suas crenças, fazendo com que conceitos fossem revistos. A aversão ao diferente faz com que o contato com outras ideias seja evitado por proporcionar ao indivíduo pensamentos que ele foi ensinado a negar e pela possibilidade de comparação com esse “outro” discriminado e considerado não adequado aos padrões de normalidade social (SILVA, 2006).

Neste ciclo, segundo revisão de Silva (2006), a pessoa detentora de pensamentos preconceituosos, ao taxar os diferentes como desviantes da norma, além de gerar a exclusão de minorias sociais, também as culpabiliza pelos medos e inseguranças das majorias, que temem ser igualadas. Estas ações impensadas e a economia de reflexão, para a autora, são comportamentos que podem levar ao ato discriminatório. Silva (2006), em sua revisão de Adorno (1995), cita que a violência direciona-se aos que são vistos como fracos dentro do todo social. Esta constatação de fraqueza e da diferença, vista como um entrave ao cumprimento de funções sociais é o que faz com que haja, através de indivíduos preconceituosos, a negação das parcelas não enquadradas através do não pertencimento gerado pela discriminação.

Neste sentido, pode-se entender a exclusão e o preconceito existentes em relação às pessoas com deficiência à medida que suas características físicas são vistas, segundo Silva (2006, p. 426) como uma “falta, carência ou impossibilidade”. O modelo de sociedade existente, criado para suportar apenas determinadas parcelas sociais, faz com que o corpo deficiente não seja capaz de cumprir as metas diárias de sobrevivência impostas e pensadas para pessoas sem deficiência.

A sociedade, em sua formação, exige demasiadamente o uso do corpo para a realização de trabalho e para qualquer tipo de contribuição social em que o indivíduo deva participar. Isto é, para cumprir sua função social, as pessoas devem ser capazes de utilizar seus atributos corporais para atender aos modelos criados, que necessitam de pessoas fortes e saudáveis, eficientes para o modelo de produção. Estas pessoas, consideradas completas e adaptadas, por fim, têm medo de lembrar-se desta fragilidade impeditiva do cumprimento das regras sociais e, nesta atitude de negação é que está o preconceito e a discriminação.

Este preconceito ativa-se, neste caso, pelo impacto causado pelo corpo com deficiência. As motivações, no entanto, são na maioria das vezes geradas inconscientemente pela apreensão cultural socialmente imposta. Assim sendo, considera-se estranha a pessoa que se encontra em um estado de “imperfeição” em um ambiente que ensina e preza pelo corpo saudável e belo e que considera qualquer tipo de disfunção ou impossibilidade física, uma fatalidade e um obstáculo para a convivência harmônica do cidadão.

Para Silva (2006), a convivência com pessoas com deficiência representaria uma lembrança constante de como não se quer ser e da possibilidade de igualar-se a elas. Além

disso, o fato de não saber como se comportar em relação a essa situação dificulta ainda mais o contato. As relações sociais são geralmente pautadas na identificação com o outro e no conhecimento prévio que se tem sobre ele. Neste caso, existe a falta de informação ou sua superficialidade, e acaba-se por utilizar os rótulos dessas pessoas para mediar a interação. Isto é, há uma estereotipação de como funciona a vida das pessoas com deficiência e é com esta conceituação negativa que os indivíduos passam a se relacionar.

Estes estereótipos, na maioria das vezes, são fortes a ponto de fazer com que as próprias pessoas com deficiência passem a se relacionar com eles e acreditar que sua forma de vida deve ser como a ditada pelo modelo. Nesta linha, ao incorporarem comportamentos determinados, passam a negar suas possibilidades de atuação dentro do meio, reforçando a ideia de que, devido a sua condição, não estão aptas a participar da dinâmica social quando, na verdade, é este arranjo específico que não está pronto e adequado para oferecer subsídios a todas as formas de se estar no mundo e de existir em um corpo.

Estes pensamentos de auto culpabilização, de negar-se como indivíduo, e todos os sentimentos de preconceito e piedade em relação às pessoas com deficiência, foram historicamente construídos com base na visão de não adaptação destes sujeitos a um sistema pensado apenas para pessoas específicas e que não atende os requisitos básicos para contemplar todos os seus cidadãos. Estes pensamentos que atribuem a culpa ao indivíduo não adaptado e não ao sistema falho em suas construções, podem ser explicados, por exemplo, em decorrência da postulação do modelo biomédico da deficiência, encarada como uma disfunção dentro do padrão de normalidade de funcionamento da espécie. Este modelo, na revisão de Diniz, Barbosa e Santos (2009), foi considerado um avanço a época de sua criação por desvincular as causas da deficiência de aspectos metafísicos e religiosos e entendê-la como ciência, isto é, como um fato biológico explicado pela genética, pela embriologia, por doenças e envelhecimento. Perdurou por muito tempo até ser contestado pelo modelo social.

O modelo social, segundo revisão de Diniz, Barbosa e Santos (2009), vem para derrubar a tese de que a deficiência é um problema do indivíduo que a possui e sim, um problema político e social de uma sociedade que impõe barreiras aos seus cidadãos. A deficiência não deve ser tratada como uma condição de doença ou lesão constatada por estudos médicos, mas sim, como uma forma de opressão ao corpo que apresenta variações de existência não consideradas na construção do espaço social.

Para os autores, o modelo médico propõe que as dificuldades e dependências encontradas pelas pessoas com deficiência são uma consequência de suas limitações corporais, isto é, há uma responsabilização do indivíduo que, por suas especificidades, não pode participar plenamente da vida em sociedade. Para o modelo médico, a deficiência é vista como uma “desvantagem natural” que deve ser revertida através de procedimentos médicos a fim de que o corpo possa sair da condição considerada indesejada, para viver de acordo com os padrões biomédicos de normalidade. A deficiência não é vista como uma forma de diversidade, mas como uma condição que necessita ser alterada por recursos médicos, reabilitações ou práticas educacionais.

O modelo social vem para refutar essa tese propondo que, ao contrário, as limitações e impedimentos encontrados pelas pessoas com deficiência não são causados por suas características individuais, mas pelas barreiras sociais decorrentes de uma sociedade não adaptada que estreita as possibilidades de inserção e participação dessa parcela social. Neste sentido, a Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil em 2008 e baseada no modelo social, considera que esta participação, regulada pelas barreiras do ambiente, deve ser cuidadosamente pensada para a formulação de ações e políticas públicas na construção de espaços mais democráticos.

Com a inserção do modelo social e a responsabilização da sociedade pelos impedimentos das pessoas com deficiência, Diniz, Barbosa e Santos (2009), em sua revisão, argumentam que o próximo passo seria a desvinculação da conceituação de anormalidade sobre este indivíduo. A questão de um corpo normal é um entendimento puramente cultural e estético de como deve ser o modelo ideal, trazendo uma visão negativa sobre quem está desviado desse padrão. Com as discussões trazidas pelo modelo social e a nova conceituação sobre a deficiência, trazida pela Convenção da ONU, iniciam-se uma série de transformações sociais em prol dos direitos dessa parcela populacional.

Entre as transformações ocorridas após o novo caráter adquirido pela deficiência, os autores citam duas consequências importantes. A primeira delas foi a desvinculação do pensamento que propunha, como única maneira de conceder bem-estar às pessoas com deficiência, a utilização de recursos médicos que funcionariam com o intuito de curar e corrigir aspectos considerados patológicos. A segunda mudança foi a abertura de novas possibilidades de discussão sobre a deficiência e uma ressignificação do seu conceito, agora pensado como apenas mais uma das maneiras de se estar em um corpo. O tema da deficiência

passa, então, do ambiente privado para a vida pública fazendo com que também as pessoas que antes experimentavam uma vida de reclusão e cuidados familiares pudessem entender que a questão da deficiência nada tem a ver com um prejuízo individual, mas com a promoção de direitos e justiça na construção de cidadania.

Embora as discussões tenham ganhado o espaço público, e as definições tenham passado por evoluções importantes na forma de se entender a deficiência, vê-se que ainda há um grande caminho a ser percorrido no que concerne à representação desses indivíduos nos meios existentes, mas, principalmente, nos meios de massa, grandes propagadores e influenciadores da população em geral. De acordo com Silva (2006), vive-se em uma cultura onde o corpo é tratado como produto passível de ser definido por padrões estéticos reforçados pela mídia. Este corpo ideal, divulgado enfaticamente através dos meios de comunicação, carrega traços de perfeição, beleza e juventude.

Este modelo atinge, no Brasil, através da produção televisiva, majoritariamente a um público com baixos níveis de escolaridade e, por consequência, menor propensão a formulação de pensamento crítico contestador de mensagens inconscientes e sutis com alto poder de persuasão e convencimento. Neste sentido, segundo Silva (2006), com mais facilidade de absorver, através deste instrumento formador de ideologias, as ideias apresentadas. O processo de escolha do que será apresentado decorre de muitos fatores, porém, pauta-se pela adequação aos padrões culturais e ao que está presente na sociedade. O problema da pouca representação das pessoas com deficiência na mídia se instala nesse ponto e acaba por entrar em um ciclo de acontecimentos que dificulta a mudança desta realidade.

Por não participarem ativamente da vida social, em decorrência da não adaptação do meio às suas especificidades com a imposição de barreiras que impossibilitam sua plena inserção, as pessoas com deficiência tendem a estarem menos presentes na vida pública. Além disso, há a carga histórica de preconceito e discriminação contra as pessoas não enquadradas ao modelo de normalidade dos corpos perfeitos. Estes fatores impedem a interação e aumentam o abismo existente entre a vida das pessoas com deficiência e as parcelas sociais consideradas normais, gerando desinformação e desconhecimento.

Em virtude disso, estas pessoas são minimamente ou erroneamente representadas nos meios televisivos, o que acaba por produzir conceitos equivocados e estereotipados sobre suas vidas, dificultando o repasse de informações corretas, a reconstrução de pensamentos

preconceituosos, sua aceitação e a construção de espaços de participação social que promoveriam a reversão deste ciclo de invisibilidade e exclusão.

De acordo com Silva (2006), as poucas aparições reservadas às pessoas com deficiência são muitas vezes feitas em campanhas publicitárias em prol de instituições que tem por objetivo a arrecadação de fundos para seu financiamento. Nestas mensagens, estas pessoas são retratadas, na maioria das vezes, a partir de sua vitimização ou de seu potencial heroico pelo enfrentamento de tantos obstáculos, reforçando a imagem de um indivíduo com características consideradas anormais e do sentimento de compaixão e piedade. As matérias veiculadas sobre o assunto são para mostrar, muitas vezes, a “suposta prestação de serviços, informações imprecisas e errôneas, personagens caricatos em que predominam discursos beneficentes, preconceituosos e sensacionalistas” (SILVA, 2006, p. 428).

Silva (2006), em sua revisão discorre que, embora possa haver um interesse por parte dos meios de comunicação em realizar uma cobertura completa e coerente, há falta de informação sobre todos os aspectos da vida das pessoas com deficiência. As matérias realizadas não tem como finalidade a divulgação de serviços de melhoria de qualidade de vida e, muitas vezes, sequer sabem ao certo quais são os direitos desses cidadãos. Além disso, e principalmente, percebe-se que estes meios de comunicação de massa, em nenhum momento, são utilizados como mecanismos de pressão dos governos para melhorias de serviços e criação de políticas públicas em prol dos direitos desses cidadãos. Ao contrário, enfocam entidades filantrópicas, medidas assistencialistas e ações beneficentes praticadas por voluntários considerados pessoas benevolentes pela realização de atos de caridade.

Neste sentido, a educação especial também é considerada, segundo Skliar (1999), como uma prática de caridade, relacionada mais com a medicalização do que com a pedagogia e executada através de técnicas discriminatórias. A educação especial, segundo o autor, é vista como uma sub-área da educação, tendo sua importância relativizada em decorrência do preconceito existente em relação a seu público. Exclui, dessa maneira, a pauta mais importante em relação a este assunto, que é o tratamento das pessoas com deficiência como cidadãos, sujeitos políticos e sociais detentores de direitos.

Em consequência do preconceito e desta falta de reconhecimento, em sua revisão, Skliar (1999) cita que, por muito tempo, os participantes do processo de educação especial foram descritos, julgados e caracterizados como objetos de estudo. Eram analisados dentro de

um processo que, ao contrário das expectativas, não acontecia para ser promotor de direitos, mas para funcionar como uma prática medicalizada, mais preocupada em cuidar e tratar das características tidas como impróprias das pessoas com deficiência do que atender a seus principais propósitos de educação. A prática da medicalização pode ser vista, segundo Skliar (1999, p.20), como uma “ideologia dominante” ao estar presente não somente no tratamento do corpo deficiente, mas, acima de tudo, permeando todas as suas atividades diárias.

A educação especial também refere-se a seus sujeitos através de caracterizações imprecisas, colocando-os em classificações binárias onde sempre são tratados como o oposto da normalidade operante no sistema e, por isso, mitificados através de discursos que os apresentarão como pertencentes a um grupo de iguais independente de suas deficiências. Além disso, como sujeitos despreparados para viver em sociedade em decorrência de seus comportamentos considerados agressivos, infantis, e impeditivos de relacionamentos coerentes com as demais pessoas. São colocados em um mesmo plano discursivo onde suas diferenças e particularidades são desconstruídas por meio de expressões que se preocupam em descrevê-los apenas como pessoas com deficiência, apagando suas identidades e seus valores como sujeitos.

O problema das definições e caracterizações, segundo Skliar (1999), está em considerar as diferenças como pertencentes ao complexo da diversidade, isto é, como integrantes de um conjunto de acontecimentos desviantes da norma, mas que devem ser considerados aceitáveis. A questão política da diferença é sobreposta pela preocupação com a aceitação da diversidade. O problema das definições binárias, para o autor, está em perpetuar o modelo da normalidade quando se considera a primeira classificação como o padrão social e a segunda, seu oposto, o desvio. Porém, o que se deve levar em conta, em todos os casos, é que a diferença não representa o contrário da cultura da normalidade, mas uma forma adicional de se estar no mundo como ser humano.

O preconceito e o não entendimento sobre a questão das pessoas com deficiência afeta não só a questão da educação, mas todas as etapas da vida que necessitam de interação social. A participação no mercado de trabalho é uma das principais vertentes dessa exclusão e a forma como são vistas dentro do ambiente organizacional, através da imposição de estereótipos, é também tema de estudo em relação à discriminação generalizada sofrida por esse grupo. Neste sentido, Freitas e Marques (2007) têm por objetivo demonstrar, por meio de uma análise histórica, o significado das atribuições feitas às pessoas com deficiência a partir

de conjunturas específicas, com o intuito de contextualizar a estereotipação. Para isso, apresentam algumas matrizes interpretativas da deficiência que predominaram através dos períodos da história, guiando as ações sociais em relação a esse grupo e suas possibilidades de inserção.

A primeira matriz interpretativa, de acordo com Freitas e Marques (2007), é a do Modelo da Subsistência/Sobrevivência, que surgiu na Grécia Antiga. Neste período, as explicações para todos os acontecimentos eram feitas através de mitos. Além disso, deve-se levar em conta a convivência em uma sociedade agrária e militar. Os mitos e este tipo de organização fazem com que o papel do homem forte e belo seja considerado extremamente necessário para sua sobrevivência e subsistência. Neste contexto, a pessoa com deficiência é vista como alguém que teria dificuldades em sobreviver e contribuir socialmente em um ambiente em que as atividades a serem desempenhadas necessitam de força e corpos considerados completos e saudáveis.

Esta matriz também apareceu na Segunda Guerra Mundial, com algumas transformações. A Europa precisava aliar sua necessidade de mão de obra com os soldados chegados da guerra que, agora com algumas deficiências, ainda eram detentores de capital social e cultural, vistos com alguma capacidade de contribuição social. A visão sobre as pessoas com deficiência começa a se alterar em virtude dessa precisão e da possibilidade de promoção de subsistência/sobrevivência. A continuidade do modelo mostra que a inserção dessas pessoas só acontece após a validação de sua função no mercado de trabalho. Esta linha de pensamento segue presente nas demais matrizes que, de uma forma ou de outra, requerem a cooperação social como forma de aceitação.

Outra matriz citada por Freitas e Marques (2007) é a da Sociedade Ideal e a Função Instrumental da Pessoa. Vigora no período clássico onde o encontro de culturas acontece em decorrência das novas atividades comerciais e faz com que os mitos percam credibilidade. Platão e Aristóteles dominam os pensamentos da época e, segundo a revisão dos autores, os filósofos tem em comum a ideia de que coletividades sobrevivem a partir da divisão de ofícios, devendo ser o Estado a estrutura de maior importância para todos. Nesta matriz, os indivíduos só são considerados como sujeitos se forem perfeitos e puderem exercer sua função social, devendo ser abandonados em caso de possuírem qualquer deficiência.

Este tipo de direcionamento também foi defendido durante a Segunda Guerra, pautado, por exemplo, em teorias darwinistas que propunham a evolução constante do corpo e consideravam corpos incapacitados como passíveis de eliminação por não cumprirem sua função social, não contribuírem para a formação de uma sociedade perfeita e pela ideia da redução de custos para o Estado. Neste contexto, e ainda justificado por este modelo, surge, inclusive, a Operação Eutanásia, uma parte da medicina do Terceiro Reich responsável pela eliminação de pessoas com deficiência com a justificativa da compaixão e da busca de uma raça pura. Isto é, a busca de uma sociedade de indivíduos perfeitos capazes de cumprir sua função instrumental.

A matriz da Deficiência como Fenômeno Espiritual teria surgido, segundo a revisão de Freitas e Marques (2007), na Idade Média, onde a igreja era a principal responsável pela cultura e pela educação social, e a existência de Deus deveria ser certificada através de aspectos racionais. Neste contexto, com a crença de que o homem estaria submetido aos desígnios divinos, a deficiência era entendida como um sinal capaz de justificar e comprovar os poderes sobrenaturais. A pessoa com deficiência, neste período, poderia ser considerada receptora de uma escolha divina ou uma apropriação demoníaca e, neste caso, merecedora de condenação e morte pela Inquisição. Porém, também a partir daqui, este grupo passa a ser visto como um sinal divino aos homens para que praticassem a caridade. Nesta matriz, portanto, considera-se a deficiência um fenômeno que só pode ser explicado metafisicamente.

A matriz da Normalidade é resultado da transição da interpretação que explora a deficiência como algo espiritual. Tem sua origem na Idade Moderna, momento em que ocorrem grandes revoluções e avanços científicos. Neste contexto, a ciência começa a ser usada como explicação para os fenômenos e a deficiência passa a ser considerada uma doença, um problema genético. A teoria mecanicista passa a permear o período e a explica-lo, fazendo com que a deficiência seja considerada uma falha na construção matemática do corpo e, portanto, um desvio do padrão de normalidade operante. Assim descrita, a deficiência é tida como algo que precisa ser corrigido, tratado e amenizado com o intuito de que essas pessoas se adaptem a estruturas construídas para corpos considerados normais.

A matriz de Inclusão Social, segundo revisão de Freitas e Marques (2007), surge no Século XX, um período de intensas transformações sociais e intensificação da luta pelos direitos humanos e das minorias. Surgem, a partir daí, ações no intuito da conquista de direitos para esse grupo que possibilitem sua participação social. Nesta nova interpretação, a

deficiência desloca-se de seu conceito de anormalidade e doença para uma consequência de não adequação do ambiente para a convivência das pessoas com deficiência. Deslocando o problema para o âmbito político e social, há o entendimento de que estas pessoas devem ser incluídas através da adaptação das estruturas às suas especificidades e o Estado deve garantir os direitos de participação.

A última matriz de interpretação citada por Freitas e Marques (2007) em sua revisão é a Técnica. Esta matriz passa a considerar a deficiência como um problema técnico que deve ser inserido nas organizações como um aspecto de gestão da diversidade. Esta gestão pode ser vista, de acordo com duas correntes predominantes, como uma vantagem competitiva ou uma ação que auxiliaria o desenvolvimento do trabalho do grupo dentro da instituição. O que está em vigor nessa matriz é a interpretação técnica da diversidade “vista como um recurso a ser controlado, planejado e administrado para a obtenção de resultados para as organizações de trabalho, o que oferece às pessoas com deficiência a possibilidade real de inclusão nas organizações” (FREITAS E MARQUES, 2007, p.73).

O que se pode constatar, a partir das matrizes interpretativas e do seu entendimento é que, apesar de suas diferenças, a tônica preponderante sempre foi a discriminação e o preconceito em relação às pessoas com deficiência. Ainda que avanços tenham sido experimentados com o surgimento, por exemplo, do modelo social e da atribuição política aos problemas enfrentados por este grupo, o sentimento que ainda se tem em relação às diferenças é o de tolerância. Segundo Silva (2006, p.430), esta tolerância manifesta-se como “limite do aceitável”, um sentimento forçosamente necessário para que se possa conviver harmonicamente em uma sociedade de diferenças, onde a relação com o outro deveria ser algo natural.

Para Silva (2006), a palavra tolerância vem ganhando espaço com o intuito de promoção das diferenças. Porém, em uma sociedade tão desigual, muitas vezes, esse reconhecimento aparece acompanhado de uma noção de superioridade que não cumpre verdadeiramente o propósito de aceitação natural do ser. Materializa-se, ao contrário, como um sentimento de aceitação por benevolência que estabelece limites de contato.

A tolerância tem como objetivo a coordenação de conflitos em uma sociedade de diferentes, mas não busca alcançar suas resoluções. As desigualdades sociais fazem com que haja a negação de indivíduos considerados alheios ao padrão de igualdade colocando-os,

segundo Silva (2006, p.432) em posições de “cidadãos de segunda categoria”. A tolerância, que surge do discurso da diferença, de nada adianta se as causas da não aceitação dessa condição não puderem ser desconstruídas e reformuladas para a construção de uma sociedade que atinja níveis satisfatórios de democracia.

2.5 Análise estrutural da narrativa

Para um estudo semiótico sobre publicidades, suas imagens e, mais precisamente, sobre as sequências de imagens que constituem narrativas, formalizadas em vídeos publicitários, torna-se interessante pontuar quais os motivos considerados essenciais para o estudo das narrativas e o papel representado por elas na vida em sociedade, na construção da linguagem, da cultura, e na formação dos cidadãos como sujeitos. Para Motta (2013), estudar as narrativas é entender a existência humana, considerando que estão presentes durante toda a vida, dando sentido a ela. Para isso, o autor elenca cinco razões pelas quais acredita que estudá-las é essencial.

A primeira razão citada por Motta (2013, p. 27) para estudar as narrativas é “entender quem somos”. Para ele, constantemente, indivíduos descrevem-se e contam sobre suas vidas através de relatos. Essas narrativas são construídas com base nos fatos que cada indivíduo seleciona para projetar-se ao mundo, isto é, há uma construção intencional do eu que cada um deseja mostrar. As pessoas, neste sentido, são suas próprias narrativas, acumuladas desde seu nascimento e atualizadas a cada dia através das novas experiências. Segundo revisão do autor, temos um *script* que abarca todas essas vivências, sendo responsável pela construção de significados, a absorção cultural e a forma como cada um estabelecerá suas relações com o meio.

Motta (2013) discorre que, para a construção de significados, alguns autores acreditam na existência da narrativa nessas relações antes mesmo da apreensão da linguagem. Outros, nesta linha, dizem que essa inclinação inata para a construção de narrativas é o que impulsiona os indivíduos à aprendizagem da língua. A mente humana funciona através da percepção de sequências de acontecimentos em constante movimento. Para compreender o mundo, a mente tem necessidade de organizar os fatos temporalmente e, assim sendo, o entendimento só acontece através da formulação de narrativas.

Aprender e conhecer significados são processos que se dão através da observação e do posterior enquadramento do novo dentro dos limites do que já se compreendeu. Diariamente,

faz-se uma leitura do ambiente, interpretando-o e buscando para todos os acontecimentos, posições em uma linha condutora e explicações que façam sentido dentro da rede de significados de cada indivíduo, isto é, o repertório cultural absorvido por cada um. Neste sentido, é imprescindível que, para entender o mundo e constituírem-se como sujeito, as pessoas façam uso da estrutura narrativa.

A segunda razão fornecida por Motta (2013, p.32) para o estudo da narrativa, muito importante no que diz respeito ao estudo da semiótica, é entender como são formuladas, pelos homens, as “representações e apresentações do mundo.” Para o autor, representar é criar um símbolo para referir-se a algo. Para ele, vive-se em um mundo onde, cada vez mais, conhecimentos são construídos através de experiências virtuais da realidade, onde representações passam a ser de extrema necessidade para estabelecer a ligação entre objeto e indivíduo. Há uma grande significação de todas as coisas com a finalidade de que o desconhecido possa acercar-se ao repertório já adquirido e passe a fazer sentido. Para tanto, o estudo das narrativas torna-se essencial para que se entenda como são concebidas tais representações.

Essa construção simbólica, segundo o autor, forma o sistema de valores comuns propagados socialmente, utilizados para estabelecer uma ordem e classificação do mundo que possibilite a comunicação e interação. Estas representações mentais da realidade são formadas através de narrativas experimentadas cotidianamente ao longo da vida, responsáveis por compor os conhecimentos e a cultura de cada cidadão. Segundo o autor, sugere-se cada vez mais que o mundo vivido pelo homem é construído por ele através de suas representações. O homem atribui sentido às coisas para que o ambiente torne-se coerente. Mais que representar o mundo, acaba por criá-lo através de suas definições e categorizações. As narrativas são utilizadas, neste sentido, para ser o suporte de toda a apresentação e representação da realidade e, portanto, merecem ser estudadas para que se entenda o surgimento de cada significado.

A terceira razão para se estudar narrativas, segundo Motta (2013), é entender quais são as diferenças entre representações ficcionais e factuais. Para tanto, mais que simplesmente classificar narrativas em gêneros, deve-se fazer um estudo mais aprofundado sobre os personagens e seus discursos a fim de identificar, através dos recursos linguísticos e suas estratégias de aplicação, a condição real ou fictícia de uma narração. Deve-se entender, porém, que entre as duas situações existem fronteiras culturalmente impostas, fazendo com

que as diferenças entre elas se desloquem. O fato é que podem ocorrer interações entre os tipos de narrativas e os discursos midiáticos atuais fazem com que essa distinção entre real e factual torne-se cada vez mais imprecisa.

Para que se possa identificar cada uma das narrativas, é preciso que se recorra a verificação da intencionalidade comunicativa de quem detém o ato de fala. Motta (2013) cita sua adesão a teoria dos atos de fala de Paul Ricoeur (1999), que defende a ideia de que não há como pensar uma narrativa sem considerar a existência de intenções em cada discurso com a finalidade de atribuição de sentido. Em sua revisão, o autor cita que a intencionalidade do discurso deriva dos estados mentais dos seres humanos, sendo o ato de fala a expressão física desses estados.

Para o autor, toda expressão narrativa é uma construção estratégica do interlocutor que tem o poder de selecionar e ordenar a sequência dos fatos de acordo com o que deseja repassar aos seus receptores. Neste linha, Motta (2013) define que o que pode diferenciar as narrações factuais das fictícias é, além desse desejo presente no interlocutor em contar ou não uma história verdadeira e as características que daí decorrem, a legitimidade atribuída ao veículo e ao narrador são pontos que influenciam na constatação de quão real ou não é uma narrativa. Diferentes relações se estabelecem em cada um dos casos proporcionando a verificação e, para que se possam realizar tais constatações, faz-se necessário o estudo das narrativas.

A quarta razão proposta por Motta (2013) para o estudo das narrativas é a questão da satisfatória adaptabilidade de sua estrutura, tanto a ficção como à historiografia. A discussão proposta pelo autor gira em torno de como acontecem as recriações e representações do passado através das narrativas históricas. Em sua revisão, porém, o autor coloca em pauta a discussão sobre a existência de historiadores narrativistas e não +narrativistas e a contestação se apenas a narração é capaz de formular uma explicação científica plausível sobre o passado.

A quinta razão pelo qual o autor considera importante estudar as narrativas, consiste em sua função social de explicar desvios de comportamento padrão, a fim de reestabelecer a ordem social e promover uma negociação de sentidos para que novas ações, desconhecidas ou consideradas erradas, passem a ser familiares. Segundo Motta (2013), a cultura faz com que os indivíduos sigam linhas de ação determinadas sem contestarem seus reais significados. Quando algo se desalinha e foge da ordem estabelecida traz consigo o sentimento de

distanciamento da moral, da ética, da estética e da cultura que precisa ser rapidamente explicado para que sentimentos de incerteza e indeterminação possam ser sanados.

A sexta razão de estudo das narrativas, para o autor, é a realização de seu entendimento para posterior aperfeiçoamento. As narrativas e os diversos meios em que podem ser aplicadas renovam-se constantemente e precisam ser analisadas para que haja aprimoramento de suas técnicas e conseqüentemente, da história. Motta (2013) discorre as formas de se conceber narrativas e a existência de guias utilizados para cada produção. Existem diversas estratégias para a elaboração eficaz de uma narração, a fim de que cumpra seus objetivos iniciais. As narrativas, segundo o autor, são universais e responsáveis pelo desenvolvimento social e cultural dos indivíduos, apresentando e representando o mundo a sua volta, permitindo a vivência e o estabelecimento das relações humanas.

Motta (2013) situa que, a cerca de um século, com o chamado “giro linguístico”, a linguagem começou a adquirir maior importância no contexto do conhecimento, com uma conseqüente volta das narrativas ao âmbito central da busca pelo sentido e do significado de todas as coisas. Considerada parte indissociável do pensamento, a linguagem passa a ser vista como a própria atividade mental, isto é, como o pensamento em si, que só pode se estruturar através desse sistema de comunicação capaz de dar sentido ao mundo. Cita-se, em sua revisão, que os acontecimentos são percebidos e formados na mente linguisticamente.

Neste sentido, em sua revisão, o autor discorre que o ser humano apenas pode conhecer o ambiente em que está inserido e dar sentido a ele através da linguagem, que se constitui na mediação necessária para que se tome conhecimento da realidade e absorva-se a cultura para sua formação como ser social. A cultura, desenvolvida através da linguagem para estabelecer significação e coordenar ações e acontecimentos, é discutida pelo autor durante o capítulo, que discute sua constituição, sua predominância e suas conseqüências dentro da sociedade. Para Motta (2013, p.69), o homem é produto e produz a cultura através do “empalavramento” do mundo. A narrativa, então, volta a ganhar seu espaço central à medida que a linguagem é tomada como fundamental ao desenvolvimento da relação entre o homem e o que o cerca. Desta maneira, estudar as narrativas e todos os seus meandros torna-se essencial para o conhecimento sobre o próprio ser humano e todo o mundo.

Sabendo das várias razões para seu estudo e aproximando-se do objeto e dos elementos e estratégias que o compõe, Joly (2007) propõe uma breve análise de como a

escolha dos elementos para a composição da imagem influencia na obtenção do sentido pretendido. Um dos pontos citados é o enquadramento que se confere a imagem, que tem a ver com a distância entre a objetiva e o que se está enfocando. Os enquadramentos presentes nas imagens estudadas pela autora, por exemplo, são vertical e estreito e horizontal e largo e podem representar, respectivamente, a ideia de grande proximidade e afastamento.

A escolha do ângulo e da objetiva também são itens que diferenciam a atribuição final de sentido. A escolha do ângulo, segundo Joly (2007, p.109) pode determinar o nível de realidade presente na imagem. Pode haver a impressão de “esmagamento” ou “magnificação”, porém a autora ressalta que um ângulo normal, que está a altura do personagem e de frente é o que mais dá o tom de naturalidade à imagem. A seleção da objetiva também é responsável pela representação pretendida. Segundo a autora, algumas objetivas podem também naturalizar a imagem por conseguir focalizar nitidamente todos os planos e captar a profundidade de campo. Também são alcançados, dependendo da objetiva escolhida, outros efeitos como, por exemplo, a dramatização e, efeitos de desfocagem que permitem direcionar o olhar do receptor para pontos específicos da imagem.

Outro ponto de interferência na construção de significados é a composição da mensagem. A composição, segundo Joly (2007), é um recurso indispensável nesta construção, com a função de determinar o direcionamento da leitura. Na mensagem publicitária, por exemplo, a composição é capaz de induzir o olhar de seu destinatário para onde estão localizadas as principais informações. O sentido da leitura é sempre previamente estudado e decidido estrategicamente para que a imagem possa cumprir seu objetivo inicial. Em publicidade, existem configurações de leitura para cada intenção publicitária.

A escolha das formas, de acordo com Joly (2007), também garante a definição dos sentidos pretendidos. Carregando significações culturais, as formas são utilizadas nas mensagens a partir dos conhecimentos prévios sobre o que representam para seu público-alvo. Em publicidade, as intenções pretendidas com a escolha das formas são, geralmente, associações simples e habituais para possa haver rápida identificação de sentido. Da mesma forma, a eleição das cores e da iluminação também é feita baseada em suas interpretações estabelecidas culturalmente. O contato com a luz e as cores nas mensagens pode causar, no indivíduo, as mesmas sensações vivenciadas em suas experiências com elas. Desta maneira, a luz pode trazer sensações relacionadas, por exemplo, a estações do ano ou períodos do dia,

enquanto que as cores são adaptadas as suas significações sociais como a representação da violência pela cor vermelha, e a paz pela cor branca, em algumas culturas.

Percebe-se, então, que a mensagem icônica é construída através da seleção e utilização intencional de cada elemento da composição visual, com o intuito de atingir uma significação maior causada pela interpretação e relações de associação presentes no todo. Segundo a autora, as representações sugeridas efetivam-se através do processo de conotação, que se estabelece a partir das imposições socioculturais, apostando no conhecimento que se tem sobre o destinatário escolhido e seus conhecimentos capazes de decifrar e compreender o significado pretendido.

Barthes (1971), em outra vertente de estudo, fará uma introdução à análise estrutural das narrativas, desvelando como se dá sua formação e seu funcionamento. Para isso, discorre inicialmente sobre a importância e predominância das narrativas em todas as sociedades, culturas, e no desenvolvimento da vida. Em sua revisão, para a classificação das narrativas, deve haver a consideração de que, ou encaixam-se em uma perspectiva artística, por constituírem-se apenas em um aglomerado de acontecimentos; ou assemelham-se a um padrão de construção detentor de regras, possível de ser analisado.

Sua análise estrutural começa pelo estudo da linguística dentro das narrativas. A frase, dentro da linguística, é entendida como o todo mais completo que pode se formar. O discurso, como um todo de significação, composto pelo encadeamento de várias frases, respeita as características de sua formação, mas não se sobrepõem a ela. Nesta linha, a narração também se constitui em uma grande frase, alinhada aos seus processos de formação, porém, com significados originais e não reduzida a uma simples soma de períodos. Em decorrência disso, a linguística busca promover o conceito de nível de descrição, a fim de classificar os elementos que formam uma narrativa.

Barthes (1971) discorre sobre os vários níveis linguísticos em que uma frase pode ser analisada, citando que estes níveis têm entre si uma relação hierárquica onde cada um deve ser descrito como unidade individual, porém, apenas adquire significação quando relacionado a outros níveis presentes no todo. Estas relações podem ser, segundo o autor, distribucionais, quando a relação se dá em um mesmo nível, e integrativas, quando há relação entre níveis. Para que haja conquista de sentido, porém, apenas relações distribucionais não bastam, havendo necessidade de uma integração hierárquica. A narrativa, no mesmo sentido, também

possui vários níveis e apenas adquire sentido quando se estabelecem conexões e implicações entre eles. Barthes, em seu texto, irá propor, para fins didáticos e em caráter provisório, três níveis presentes em uma narrativa, sendo eles o nível das funções, das ações e da narração, que se encontram ligados entre si.

Para começar o estudo sobre as funções, primeiramente, Barthes (1971) ressalta a necessidade de estabelecer as unidades presentes em uma narrativa. Analisando as relações integrativas, confere-se a partir delas, a algumas unidades, um caráter funcional. As unidades apresentadas sob este aspecto existem para produzir efeitos posteriores dentro da narrativa, isto é, tem a função de existir naquele contexto a fim de promover fatos que serão essenciais para o desencadeamento futuro da trama. De acordo com Barthes, todas as unidades que compõem uma narrativa possuem uma função, que existe em variadas formas. Além disso, cada função pode carregar em si mais de um significado, podendo ser estes denotados ou conotados, capazes de produzir diferentes meandros na narração.

Estas funções, de acordo com Barthes (1971, p.31), podem ainda ser divididas em classes, tomadas aqui pelo autor com o nome de “funções”, sendo esta classe distribucional, e a classe dos “índices”, de caráter integrativo. A classe das funções, em sua constituição, representa os acontecimentos que serão responsáveis por desdobramentos posteriores da narrativa. A classe dos índices, por sua vez, apresentará ao receptor, informações que serão pertinentes ao entendimento do todo como, por exemplo, caracterização de ambientes ou personagens. Porém, o autor destaca que, para que os índices possam adquirir seu sentido pleno, há necessidade de transferir-se para níveis mais elevados da narrativa, levando em conta que suas referências incidem sobre ações de personagens ou narração.

No nível das ações, Barthes (1971) discorre sobre a importância secundária dada aos personagens por alguns teóricos clássicos, submetidos às ações da narrativa. Com o tempo, a constituição dos personagens passa a ser mais desenvolvida e, deixando de ser apenas considerados como instrumentos para a realização de ações, passam a deter um caráter psicológico, uma caracterização que os constituía como pessoa. A análise estrutural, no entanto, teve problemas nessa consideração dada aos personagens, trabalhando para atribuir-lhe uma classificação de participantes. Desta maneira, os personagens são tomados pelo que executam e não por sua essência. Para Barthes (1971, p.46), deve-se ressaltar que os personagens devem ser entendidos, porém, como participantes em ações que, ao contrário dos

pequenos atos do primeiro nível, devem ser entendidas como as “grandes articulações da práxis”.

Sabendo que os níveis adquirem significado apenas se estão interligados, os personagens, em nível acional, apenas podem ser plenos e adquirir sua significação quando inseridos no terceiro nível, que compreende a narração, ou seja, no discurso. Para Barthes (1971), uma narrativa constitui-se, sempre, de um narrador e um ouvinte e, dentro de sua estrutura, as duas partes são significadas de maneira específica. Os signos da narração, porém, são mais facilmente percebidos e alguns tipos de narradores são considerados possíveis dentro de uma obra. Porém, o principal ponto é que, em todos eles, narradores e também personagens, são considerados seres realmente vivos e não apenas pontos de uma história, como assim o são. O autor, ser vivo e material, não pode ser confundido com o narrador e disso depende a possibilidade de uma análise estrutural, pois, quem fala na narrativa, não é quem escreve, na vida real.

No nível narracional, segundo o autor, estão presentes os signos da narrativa, isto é, os elementos que são responsáveis pela integração das funções e ações dos níveis anteriores, formulando o sentido do todo. Barthes (1971) cita que estes signos são códigos de formação do discurso, regras de concepção da narrativa. Porém, para o autor, assim como a linguística para na frase, a análise para no discurso. Neste discurso, para o autor, há uma liberdade de criação que encontra-se, contudo, limitada entre os códigos existentes na língua e nos códigos da narrativa. Esta constituição subtrai da narrativa um caráter representacional, concedendo-lhe uma lógica própria e uma maneira de diversificar e ir além da repetição, primeira forma dada ao homem. A narrativa dá a possibilidade de que, segundo sua lógica, o homem possa colocar nela toda a sua experiência sem fazer, com isso, que nada se repita. Sua essência está na significação, transcendendo a mera exposição do real e a simples compreensão da linguagem.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Categorias de análise

As categorias de análise selecionadas para o vídeo foram construídas com base em Barthes (1981).

O ENIGMA

A categoria Enigma visa mostrar, através de um panorama geral, a narrativa a ser desenvolvida durante o vídeo, colocando em pauta o assunto principal e apresentando uma prévia dos temas abordados. Mais que apresentar um conjunto descritivo da obra, esta categoria aliará, de maneira sucinta, o conteúdo aos objetivos pretendidos. Além disso, ressalta com qual contexto legal o vídeo dialoga, considerando o conteúdo da obra e a sua finalidade.

A AÇÃO

O intuito desta categoria é a reconstituição de todo o vídeo com descrição detalhada das ações. Dá ao receptor, desta maneira, uma ampla visão da produção audiovisual, estimulando a reconstrução mental do objeto. Objetiva-se, através da reconstrução do vídeo, apresentar todos os pontos pormenorizados a fim de que se molde uma rede de sentidos para quem lê. Esta ação poderá estabelecer na mente dos receptores, as conexões que envolverão o próximo nível de análise, onde cada quadro será desdobrado através dos aspectos semióticos que carrega.

O SÊMICO

Nesta categoria, procura-se analisar cada elemento que constitui o vídeo e trazer à tona seus níveis de significação mais profundos, estudando as conotações atribuídas a cada signo do vídeo. Por fim, através da reconstituição dos diversos significados inseridos em cada item, entender o significado de cada passagem, alcançando, desta maneira, o objetivo semiótico traçado, que será abordado na próxima categoria.

O SIMBÓLICO

O simbólico representa a junção de todos os significados apreendidos através da análise semiótica realizada, de forma separada, de cada passagem do vídeo. Busca um entendimento amplo sobre o que vídeo, através da união de todos os significados específicos de cada elemento, procura representar em seu panorama geral, formulando a ideia abstrata que emerge daquela produção em decorrência das conotações encontradas.

O CULTURAL

Esta categoria, de maneira mais ampla que a anterior, tem a função de compreender como o contexto histórico e cultural da recepção influenciará no processo de decifração do vídeo. Neste sentido, busca localizar, em cada construção de significado, a base histórico-cultural motivadora da cena, tentando pautar como será o entendimento do público a partir do conhecimento destas vertentes.

3.2 Amostra

Os dez vídeos analisados pertencem a dois conjuntos distintos, cada qual produzido por órgãos específicos e cumprindo finalidades particulares. As análises integrais dos seguintes vídeos encontram-se no apêndice do presente trabalho. O primeiro conjunto analisado comporta cinco vídeos produzidos pelo Governo Federal para a divulgação do Plano Nacional do Direito das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, em 2012. Os vídeos foram divulgados na TV e encontram-se, agora, no site da Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência, nas abas reservadas para o Plano Viver sem Limite. (www.pessoascomdeficiencia.gov.br).

O segundo conjunto compreende os vídeos de uma campanha idealizada pela TV Câmara, como parte das comemorações do Dia da Acessibilidade, também em 2012. Os vídeos constituem uma série, denominada “Convivendo com as Diferenças”. As produções são um conjunto de cinco animações que foram veiculadas na televisão e encontram-se agora na página oficial da TV Câmara no Facebook (<https://www.facebook.com/tvcamara>), repostados em 2015 com o intuito de relembrar a campanha. Seu possível objetivo é incentivar a convivência entre pessoas com e sem deficiência, dando dicas para melhorar as relações e enfatizando a importância de se eliminar preconceitos.

O primeiro conjunto, que compreende os vídeos de 1 a 5, expõe informações sobre os direitos das pessoas com deficiência, divulgando informações sobre as políticas públicas elaboradas para este grupo através do Plano Viver sem Limite. Os vídeos enfocam o fim do preconceito; as vagas ofertadas para pessoas com deficiência através do Pronatec; o crédito concedido para a aquisição de produtos e tecnologias assistivas através do Crédito Acessibilidade; o direito a moradias adaptadas dentro do Plano Minha Casa Minha Vida e como a geração de acessibilidade no ambiente social pelo Estado facilitaria o processo de inclusão de pessoas com deficiência. Por meio de conteúdos que ilustram e expõem direitos, o fim do preconceito e a geração de acessibilidade, o Governo Federal tinha como possível objetivo tornar públicas estas questões, a fim de promover a comunicação pública, informar aos cidadãos o que a legislação lhes garante e disseminar conhecimento e capital social.

O segundo grupo enfoca, de acordo com as falas da narradora, formas supostamente adequadas de relacionamento com pessoas com deficiência. O vídeo, por meio da narração, questiona se há constrangimento ao encontrar pessoas com deficiência, e, a partir da resposta positiva, percebida nas ações do personagem, que possivelmente representa o público em geral, dá continuidade ao conteúdo. Com a representação deste constrangimento sentido pelo personagem a produção procura sinalizar, através da fala e do tom de voz da narradora que, se existe constrangimento, está na hora da mudança, e anuncia uma série de dicas que nortearão os comportamentos aparentemente ideais e esperados ao se relacionar com este grupo. A série é dividida em cinco vídeos, cada um tratando de uma deficiência específica e dando os direcionamentos referentes a ela. Além das dicas, alguns vídeos apresentam leis existentes para a deficiência em questão, cumprindo também o seu papel na disseminação de informação sobre direitos da população. A série também se inclui no rol da comunicação pública ao divulgar variados aspectos sobre direitos, inclusão e acessibilidade.

A escolha dos conjuntos foi feita com base no atendimento dos requisitos da pesquisa, que tem como objeto de análise a comunicação pública realizada pelo Estado. Acredita-se que, a efetividade desta comunicação pública pode influenciar positivamente o cumprimento das políticas públicas que têm como foco as pessoas com deficiência. Neste sentido, a pesquisa visa caracterizar as representações simbólicas contidas em peças de conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência, identificando ações e significados e, a partir daí, procurando entender as possíveis interpretações culturais que se dão no âmbito simbólico

desta comunicação. Desta maneira, podendo ressaltar qualidades e identificar pontos de aperfeiçoamento.

Assim sendo, os conjuntos encaixam-se nos critérios de análise da pesquisa, contendo vídeos que estão caracterizados como comunicação pública, produzidos pelo poder público e que expõe os direitos das pessoas com deficiência. A partir deste material, é possível realizar a análise de seus significados simbólicos, buscando entender o que cada peça, através da construção de suas significações, pretendeu passar ao público. Os vídeos permitem um estudo pormenorizado de suas imagens, seus conceitos e seus objetivos, permitindo traçar, ao final, um panorama geral sobre o que o conjunto de imagens, sons e descrições pretendem e constroem no imaginário social.

Os vídeos do primeiro conjunto encontram-se todos no site da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com deficiência, na aba “Campanhas” do Plano Viver sem Limite, no seguinte endereço: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viversem limite/campanhas>.

Em ordem de análise, e com os links de acesso independente, são:

- Plano Viver sem Limite – Audiodescrição:
<https://www.youtube.com/watch?v=HYpAlgR0OKA>;
- Plano Viver sem Limite – Pronatec:
<https://www.youtube.com/watch?v=VcvsZkdHAWI>;
- Plano viver sem Limite – Minha Casa, Minha Vida II:
<https://www.youtube.com/watch?v=2M38byJjkis>;
- Plano Viver sem Limite – Crédito Acessibilidade
<https://www.youtube.com/watch?v=oO7yhUiMsPQ>;
- Plano Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Vídeo Institucional:
<https://www.youtube.com/watch?v=BDKW3JrkC9E>.

O segundo conjunto, que compreende a série “Convivendo com as Diferenças”, foi repostado na página do *Facebook* da TV Câmara, no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/tvcamara>. Em ordem de análise, e com os links de acesso independente, são:

- Convivendo com as diferenças – Surdos – TV Câmara:
<https://www.youtube.com/watch?v=f63tBCyDMyM>;
- Convivendo com as diferenças – Deficientes físicos – TC Câmara:
<https://www.youtube.com/watch?v=k80gx0QLPbw>;
- Convivendo com as diferenças – Cegos – TV Câmara:
<https://www.youtube.com/watch?v=nWjjyPUWZo0>;
- Convivendo com as diferenças – Deficientes Intelectuais – TV Câmara:
<https://www.youtube.com/watch?v=IY2OLBVdt10>;
- Convivendo com as diferenças – Cadeirantes:
<https://www.youtube.com/watch?v=yoYPJ1dUM4w>.

4. RESULTADOS

4.1 Análises globais

As análises globais constituem-se em um resumo das análises integrais que se encontram no apêndice que integra o presente trabalho. As análises integrais executadas durante o trabalho remetem a dois grupos de vídeos, produzidos por diferentes órgãos governamentais. Estes órgãos compreendem o Governo Federal e a TV Câmara, e cada grupo contém 5 vídeos, totalizando 10 produções analisadas.

O primeiro conjunto, produzido pelo Governo Federal, é formado por vídeos que são campanhas executadas para o Plano Viver sem Limite. São 5 vídeos elaborados com pessoas reais, ao contrário do segundo grupo que é constituído por animações, e procura disseminar informações pertinentes às pessoas com deficiência, além de dados sobre o Plano. Englobam os vídeos de 1 a 5 da análise realizada.

O vídeo 1, de 30 segundos, apoia-se na audiodescrição para fazer valer o sentido pretendido no receptor. Pode-se dizer que foi produzido, possivelmente, com o intuito de desconstruir preconceitos ao questionar as percepções dos receptores em relação aos personagens. Nas cenas, pessoas aparecem desempenhando atividades comuns do dia a dia, como crianças brincando, amigos confraternizando e pessoas praticando atividades físicas. Todas elas eram descritas pelo narrador e, além da descrição da atividade, narra-se que naquele grupo existe uma pessoa com deficiência. A deficiência possuída contrasta frontalmente com a atividade desempenhada, dissipando possíveis expectativas, pois, de acordo com o repertório cultural predominante, a realização daquela ação não é comumente associada com a deficiência possuída pelo personagem, em virtude da crença de incapacidade.

Para atingir o objetivo pretendido, no final do vídeo, o narrador questiona se, caso não houvesse audiodescrição, e, neste caso, se desconhecesse o fato de que pessoas com deficiência estavam presentes no grupo, não se teria pensado que todos ali eram normais. Guiado pela possível resposta afirmativa à pergunta realizada, o narrador incentiva que se continue pensando que todas pessoas são normais, finalizando com a afirmação de que as pessoas são mais que suas deficiências. Desta maneira, pode incentivar os receptores a pensar nas pessoas com deficiência através de um outro olhar, que as vê como seres humanos capazes, que não devem ser definidos e limitados por suas deficiências.

O vídeo 2 pertencente aos vídeos que divulgam as políticas públicas oferecidas pelo Estado, e com 19 segundos de duração, fala sobre a oferta de vagas para as pessoas com deficiência através do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. No vídeo, aparecem informações sobre o direito de acesso das pessoas com deficiência ao programa, número de vagas, site e postos de atendimento para maiores informações. As cenas trazem pessoas desfrutando destes benefícios, incluídas e integradas no grupo em que se encontram, além de ambientes acessíveis as suas necessidades. Buscam disseminar a representação de que os programas de governo foram bem-sucedidos e a imagem de um Estado cumpridor de direitos.

O vídeo 3 divulga políticas públicas do programa Minha casa, Minha vida para informar a existência de casas adaptáveis às necessidades das pessoas com deficiência. O vídeo, de 19 segundos, se passa em um conjunto habitacional onde um homem cadeirante caminha com grande facilidade e expressão de felicidade na parte externa das casas. Posteriormente, entra sem obstáculos em uma casa que está adaptada para ele, também parecendo satisfeito com os supostos benefícios concedidos pelo Estado.

O vídeo 4 informa sobre o Crédito Acessibilidade, direito concedido por lei às pessoas com deficiência. O vídeo, de 19 segundos, apresenta dados sobre este direito. Nas imagens, pessoas aparecem em uma loja escolhendo seus equipamentos, também com expressões de contentamento com a realização daquela ação. O vídeo exhibe um homem cadeirante caminhando com um grupo de pessoas não cadeirantes, reafirmando as informações repassadas pelo narrador durante a produção. Também neste caso, verifica-se uma representação de satisfação das pessoas com a realização da política, além da imagem de um Estado cumpridor de seus direitos, do funcionamento da máquina pública e das políticas públicas para as pessoas com deficiência.

O vídeo 5 apresenta duração de 6 minutos e 37 segundos. Também pertencente ao Plano, este vídeo expõe como a acessibilidade nos ambientes sociais, além do fim do preconceito, poderiam proporcionar uma vida mais justa e inclusiva para as pessoas com deficiência. Além disso, ressalta como é necessário que o governo continue trabalhando para que este grupo possa estar totalmente integrado socialmente. O vídeo procura, com os dados e imagens, mostrar que as deficiências não impedem que nenhum cidadão desempenhe qualquer tipo de atividade, e como a acessibilidade de ambientes poderia facilitar este processo. Com quatro personagens principais, cada qual com a sua deficiência específica, o

vídeo procura expor, através do discurso deles que, para a sociedade se tornar mais inclusiva, o governo deve continuar fazendo seu papel para garantir bem-estar e uma vida mais democrática para toda a população.

O segundo grupo comporta uma série produzida pela TV Câmara, a campanha Convivendo com as Diferenças, idealizada pelo canal para a comemoração do Dia da Acessibilidade. Os vídeos, que compreendem os números de 6 a 10 da análise, são pequenas animações de estética simples, cada uma tratando de uma deficiência específica. As animações da campanha disseminam orientações de convivência e comportamento possivelmente ideal em relação às pessoas com deficiência como, por exemplo, no caso de pessoas com deficiência visual, a maneira de se iniciar o contato, de caminhar a seu lado, além de como se comportar em relação ao cão guia. Através de um jogo de perguntas e respostas, a narradora afirma que chegou a hora de dar fim ao constrangimento experimentado ao se encontrar pessoas com deficiência.

O vídeo 6 trata dos surdos, com 54 segundos de duração. As dicas apresentadas tratarão da mudança de vocabulário em relação a sua designação, da maneira correta de se dirigir a eles no momento da interação, tanto física quanto verbal, das formas como eles se comunicam e de uma lei que garante a presença de intérprete em eventos públicos. O vídeo número 7, de 1 minuto de duração, fala sobre os deficientes físicos não cadeirantes. Aqui, existem orientações sobre como deve ser a interação no momento da caminhada, do manejo dos equipamentos assistivos e o comportamento ideal ao se deparar com uma queda. Fala, ainda, sobre a necessidade de planejamento de todas as saídas de casa em decorrência da não adaptação dos ambientes em geral, além da importância de orientação aos donos de estabelecimentos de que façam estas adaptações.

No vídeo 8, que fala sobre os cegos, há dicas, por exemplo, de como iniciar uma conversa, de qual a maneira correta de caminhar ao lado dos deficientes visuais e como se deve alertar a eles sobre a existência de barreiras, em 51 segundos de vídeo. Traz informações sobre como deve ser o tratamento dado ao cão guia, além de indicar a existência de leis que garantem a sua presença em todos os ambientes. No vídeo 9, explora-se a deficiência intelectual em 59 segundos de vídeo. Nesta produção, as informações giram em torno do ritmo de aprendizagem deste grupo e como esta velocidade não influencia em sua capacidade, sendo apenas mais uma de suas características. Ademais, o vídeo fala sobre a importância de

que os deficientes intelectuais executem tarefas como estudar e trabalhar igualmente a outras pessoas, devendo ser tratados de forma usual, sem superproteção e de acordo com a sua idade.

No vídeo 10, as dicas são sobre a deficiência física, falando especificamente de quem utiliza a cadeira de rodas. A produção, de 1 minuto e 10 segundos, indica a suposta maneira ideal de interagir com um cadeirante, adaptando-se a sua altura para o momento da interação. Expõe as maneiras de movimentar a cadeira em obstáculos, e, além disso, ressalta a importância do respeito às leis que garantem aos deficientes as vagas reservadas. Para isso, faz uma comparação do que significa, para eles, o desrespeito a estes espaços, o que gera sua impossibilidade de locomoção. A produção possivelmente procura, com isso, suscitar pensamentos que façam com que as pessoas sem deficiência tomem consciência de que seus atos representam um problema, podendo modificar estes comportamentos.

Em relação aos pontos de convergência encontrados entre as análises, de uma forma ou de outra, todos os vídeos são responsáveis por trazer informações supostamente pertinentes à melhoria de vida das pessoas com deficiência. São dados que fazem jus ao caráter de Comunicação Pública atribuído às produções, buscando desvelar tanto os direitos que envolvem aspectos legais em relação às pessoas com deficiência, quanto ações simples do dia a dia, por muitas vezes desconhecidas, e que podem trazer mais conforto, interação social e qualidade de vida.

Os dados dos vídeos são produzidos tanto às pessoas sem deficiência como às pessoas com deficiência. São direcionados às pessoas com deficiência ao divulgarem mensagens que informam sobre seus direitos e incentivam a sua convivência plena em sociedade através da luta por acessibilidade e maior inclusão, procurando conceder mais autonomia e poder através do empoderamento obtido pela informação. Pode-se depreender, ainda, que os vídeos também estimulam o fim de um possível preconceito das próprias pessoas com deficiência com a sua condição, mostrando-lhes que são pessoas normais, detentoras de direitos e devem estar incluídas sem prejuízos no todo social.

Para as pessoas sem deficiência, os vídeos fornecem variadas informações acerca de como deve ser o tratamento concedido aos deficientes e, principalmente, tenta desconstruir e eliminar preconceitos para, assim, dar fim a discriminação por meio da disseminação de novos pensamentos acerca deste grupo. Este fato pode ser observado mais precisamente nos vídeos um e cinco, do Plano Viver sem Limite, e os vídeos de número 6 a 10, da campanha

Convivendo com as Diferenças. Estes vídeos têm como possível objetivo inserir e integrar, acabando com ações prejudiciais e mostrando que pessoas com deficiência também são normais, e, por isso, podem e devem conviver socialmente de forma harmônica.

Todos os vídeos analisados parecem buscar a conscientização da população para a construção de uma sociedade mais justa, onde as oportunidades possam ser concedidas a todos de maneira mais democrática. As informações sobre direitos, de forma geral, também são direcionadas às pessoas sem deficiência, que devem entender e estar cientes dos aspectos legais a fim de ajudar quem necessite, e, mais importante que isso, poder respeitar e cumprir as leis. Os dados explícitos sobre aspectos legais só não estão presentes em três dos dez vídeos, sendo eles, o vídeo 1, que através da audiodescrição incentiva o fim do preconceito, o 7, que fala sobre os deficientes físicos não cadeirantes, e o vídeo 9, que dá as orientações sobre os deficientes intelectuais.

Outro ponto importante que pode ser encontrado e deve ser destacado em todos os vídeos é a naturalização da deficiência. As produções parecem buscar, cada qual de uma maneira específica, tornar a deficiência algo natural dentro do ambiente social, buscando inclusão total e o fim do preconceito. Este processo acontece nos vídeos do Plano Viver sem Limite, por exemplo, com a reprodução de imagens em que pessoas com deficiência aparecem incluídas em diversos grupos sem qualquer tipo de distinção, desfrutando de convívio harmônico e sem discriminação, caminhando por lugares acessíveis e exercendo seus direitos como cidadãos. Estas cenas são responsáveis por repassar aos receptores, mensagens que tem como possível objetivo eliminar todos os preconceitos estabelecidos em relação às pessoas com deficiência. Isto é feito através da demonstração de variadas imagens onde aparecem realizando ações que geralmente não são associadas a elas, pela crença de impossibilidade ou inadequação.

Nos vídeos da Campanha Convivendo com as Diferenças, a naturalização ocorre de modo mais explícito, pois a série é produzida e direcionada para este fim. Através da voz da narradora e do conceito criado para a produção, os vídeos tem o possível intuito de expor que o comportamento em relação às pessoas com deficiência e a visão que se tem sobre elas deve ser alterada, tornando-se naturais. As falas de início e de término do vídeo, que indicam ser necessário o fim do constrangimento em relação às pessoas com deficiência, pois deficiência não é representa uma doença; e sobre cidadania significar saber conviver com as diferenças,

são um dos exemplos deste novo direcionamento que se busca conceder à deficiência e ao comportamento de todos em relação a ela.

As dicas mostradas durante os vídeos procuram sugerir a maneira correta de se interagir com cada tipo de deficiência através de cenas que ensinam, por exemplo, como deve ser a fala ou o contato físico apropriado a cada uma delas. Os vídeos têm como possível intuito tornar estes atos, geralmente desconhecidos ou não executados, algo que seja corriqueiro e comum, fazendo com que a integração deste grupo passe a acontecer de maneira natural. As cenas, que indicam modos supostamente ideais de realizar o contato com este grupo, considerando suas especificidades, parecem ter como principal objetivo, posicionar as pessoas com deficiência em um mesmo patamar que toda a população, ressaltando que suas alteridades precisam ser respeitadas e vistas como algo natural, ao mesmo tempo em que devem estar inseridas socialmente sem nenhum prejuízo físico ou moral.

Nos vídeos 2, 3, 4 e 5 do Plano Viver sem Limite, o ponto de convergência encontra-se na representação de um Estado cumpridor de direitos, através da divulgação das políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência. No vídeo 5, por exemplo, são citados dados de melhorias alcançadas, frisando que o país estava se tornando mais justo, com pessoas conseguindo realizar sonhos através da ascensão social experimentada no período. A imagem de um Estado cumpridor de direitos nos outros vídeos aparece através da divulgação das políticas públicas Minha casa, Minha Vida, Pronatec e Crédito Acessibilidade, programas de governo que atendem aos direitos das pessoas com deficiência.

Além disso, esta imagem aparece nestes vídeos através das diversas menções no início e no final de cada produção sobre as políticas serem parte do Plano Viver sem Limite, do Governo Federal. Percebe-se a possível exaltação do governo na repetição desta fala, de modo que esta informação possa fixar-se na mente da população. Outro ponto que se destaca nos vídeos indicados acima é a demonstração da qualidade dos programas do governo. A suposta eficácia das ações do Estado é enfatizada por meio das expressões de satisfação e contentamento das pessoas que aparecem usufruindo dos programas. Nestes vídeos, as pessoas com deficiência aparecem inseridas nos ambientes executando as ações de forma fácil, parecendo estar incluídas, como idealmente deveria acontecer. Os recursos fornecidos pelo Estado também parecem funcionar e ter qualidade suficiente para promover uma vida mais prática e acessível a este grupo.

Em contrapartida, uma possível interpretação que pode ser retirada dos vídeos 2, 3 e 4, que repassam informações sobre as políticas públicas, é a leitura que, ao contrário de considerar o Estado um cumpridor de direitos, o coloca como um benfeitor social. As imagens mostradas nesses vídeos, representando pessoas com deficiência usufruindo dos programas de forma feliz, como se ganhassem um benefício, e a ênfase dada ao Governo Federal como responsável por aqueles programas, junta-se com a visão predominantemente disseminada pela mídia que, segundo Silva (2006), coloca os deficientes em uma posição de incapacidade, merecedores de pena e caridade por sua condição.

Em virtude desta junção, pode haver a leitura, por parte da população, de que aqueles programas direcionados às pessoas com deficiência pelo Governo Federal são, na verdade, uma forma de ajuda e benevolência para com este grupo que, segundo a mídia, precisa de apoio pela situação em que se encontra. Embora esta seja uma possível análise, direcionada por imagens culturalmente e midiaticamente disseminadas, deve ser fortemente combatida, pois, um Estado democrático de direito não é coerente com a promoção de ações de caridade como motor de mudanças sociais.

Um aspecto importante, porém destacado em apenas duas produções, o vídeo 5 e 7, de forma explícita ou não, é a menção ao conceito do que compreende o modelo social da deficiência, em vigor na atualidade. Neste modelo, acredita-se que as limitações encontradas por pessoas com deficiência não são causadas em virtude das características de seus corpos, mas da falta de adaptação do ambiente para comportar suas alteridades. A causalidade passa da esfera física para a esfera social, e a responsabilização, neste caso, para a esfera pública e privada, deixando de incidir somente sobre o cidadão e sua deficiência.

No vídeo 5, o assunto é abordado através da fala dos personagens durante todo o vídeo, sendo este o assunto primordial da produção. A menção explícita ao que compreende o conceito de modelo social, porém, aparece primeiramente quando, Gabrielzinho do Irajá, que é cego, é filmado caminhando com um colega que o auxilia ao seu lado, falando que não é deficiência que os impede de exercer a cidadania, mas a dificuldade da sociedade em eliminar barreiras e garantir o pleno exercício dos direitos. A outra cena que faz referência ao conceito do modelo social é a que Juliana, deficiente física e cadeirante, aparece dizendo que hoje não é a limitação individual que determina a deficiência, mas sim, as barreiras que ainda existem ao redor, nos transportes, nos espaços, na informação, na comunicação, nos serviços e na

convivência social. Quando menciona as barreiras, diversas fotos de ambientes com apenas escadas, e não adaptados, aparecem em tela cheia.

No vídeo 7, o tema começa a ser abordado quando se solicita ao receptor, como uma das orientações, que se verifique com antecedência se os lugares planejados para levar a pessoa com deficiência são adaptados. Neste momento, procura-se incitar o pensamento de como uma simples saída de casa pode ser difícil para este grupo, em consequência de ambientes não acessíveis, verdadeiros causadores das limitações. No final do vídeo, a orientação é sobre a importância de alertar a proprietários sobre a necessidade de adaptação de seus estabelecimentos, evidenciando a necessidade de ambientes preparados para receber a todos, sem distinção. As duas menções à questão da acessibilidade no ambiente social parecem sugerir, no vídeo, uma referência ao modelo social ao sinalizar a importância de que os lugares estejam adaptados, representando que, na verdade, as limitações da deficiência são causadas pelo ambiente físico, que as impede de livre circulação e vivência, e não pelas características de seus corpos.

Por último, outro ponto de conexão que se encontra nos vídeos 1, 5 e 9 é a colocação explícita, através de narrações e falas dos personagens, de que as pessoas são muito mais que suas deficiências, devendo ser vistas, respeitadas e tratadas como qualquer outro indivíduo, sem que se projete a sua deficiência como algo maior que ela própria. Nestes três vídeos, existem cenas que parecem enfatizar a capacidade das pessoas com deficiência em desempenhar todos os tipos de atividade sem prejuízos. As imagens retratadas nestes vídeos são de pessoas com deficiência exercendo atividades geralmente não designadas a eles por conta do preconceito. Os vídeos comunicam que as capacidades deste grupo não devem ser definidas por suas características físicas. Desta forma, sugerem uma possível reflexão acerca da necessidade de evitar a visão de que uma especificidade possa determinar tudo o que uma pessoa é, tudo o que pode sentir, pensar e fazer.

O possível objetivo pretendido nas produções destacadas acima é o de incentivar o fim do preconceito em relação às pessoas com deficiência, fazendo com que se deixe de ver as alteridades como condições impostas e, por isso, condições merecedoras de pena. O plano ideal é passar a enxergar a deficiência apenas como mais uma das maneiras de se existir em um corpo. Todos os vídeos analisados, sem exceção, mostram que as pessoas com deficiência tem o direito de conviver harmonicamente no meio social, devendo ser percebidas como

qualquer outro indivíduo capaz de desempenhar todo tipo de atividade, sem experimentar julgamentos prévios que os classifiquem como incapazes em decorrência de suas deficiências.

4.2 Discussão dos resultados:

Para que a sociedade possa aprimorar suas práticas democráticas, torna-se necessário que atinja níveis satisfatórios de participação política da população. Para que isto aconteça, a comunicação pública assume papel essencial no que diz respeito ao engajamento cívico através de suas práticas que estimulam a interação entre Estado e cidadão. Neste sentido, é ideal que esta comunicação seja constantemente aperfeiçoada, a fim de que alcance os objetivos finais de uma população capacitada e apta a ter voz nos processos de decisão política. A vertente comunicacional aqui considerada compreende a análise de campanhas publicitárias elaboradas pelo Estado, que tivessem por objetivo promover a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência.

O foco deste estudo consistiu em pormenorizar componentes plásticos, icônicos e linguísticos das mensagens midiáticas analisadas, a fim de entender os significados pretendidos através das representações simbólicas. A partir da revisão de livros, artigos e documentos, os resultados desta pesquisa foram interpretados com o intuito de entender se, tanto a forma, como o conteúdo das produções analisadas, carrega as qualificações ideais para cumprir seu papel de comunicação pública por meio de mensagens e representações adequadas. Além disso, pretende-se formular sugestões de melhoria fundamentadas nos trabalhos revisados.

De acordo com Duarte [(2011), (2012)], a comunicação pública tem como principal objetivo o atendimento de interesses públicos, conquistados através de uma gestão de governo aberta e transparente que possibilite a participação da população através do aprimoramento dos canais e meios de comunicação responsáveis por transmitir as demandas sociais. Brandão (2012), que a classifica como comunicação governamental, entende que o Estado é responsável, por exemplo, pela transmissão de informações à população, pelo engajamento social através da divulgação de suas ações, e do chamado para atividades que promovem o diálogo e o poder de construção e decisão do cidadão junto aos poderes públicos. Para Duarte (2011), a comunicação pública é essencial para que a cidadania possa ser colocada em prática com a inclusão social que permitirá, por exemplo, a formulação e o controle conjunto de

políticas públicas produzidas segundo as necessidades identificadas através desta participação.

Pensando nisso, os vídeos analisados são compreendidos como produções de comunicação pública executada pelo Estado, à medida que repassam a população informações acerca das pessoas com deficiência direcionadas tanto a elas, como a todos os cidadãos. Divulgação de políticas públicas, dados referentes a aspectos legislativos, promoção de educação cidadã a partir de conteúdo que busca pela inclusão deste grupo e pelo fim do preconceito e discriminação, formam um conjunto de vídeos que pode ser categorizado como a primeira instância do processo que compreende a execução de comunicação pública na sociedade: informar e capacitar às pessoas para que estejam aptas a entender e participar da vida pública do país. Neste caso, no que diz respeito às questões referentes às pessoas com deficiência, sua inclusão social e a garantia de seus direitos.

Para Duarte (2012), a informação é a base primária para o conhecimento, a interpretação e o diálogo. Portanto, a fim de que se possam construir discussões justas e equilibradas entre as duas pontas da esfera social, torna-se imprescindível que haja, inicialmente, a capacitação dos cidadãos através da ampla divulgação de informações, por parte do Estado, que sejam relevantes para a formação de ambientes com altos níveis de conhecimento, que influenciem na construção de uma convivência política mais harmônica e na conquista de opiniões consistentes para os processos de decisão. Para Weber (2011), para que o processo de *accountability* aconteça, as ações do Estado precisam estar visíveis, e a relação que se estabelece com a sociedade, a partir daí, faz com que surjam mecanismos para que mais informações sejam disseminadas, como, por exemplo, a internet e publicações institucionais.

As produções analisadas, de maneira geral, buscam conquistar melhorias para a vida das pessoas com deficiência através dessa divulgação de informações. Ao apresentar aspectos legislativos nos vídeos que tratam das políticas públicas do Plano Viver sem Limite e nas menções sobre leis específicas em vídeos da série Convivendo com as Diferenças, objetivam tornar público à população em geral os direitos concernentes às pessoas com deficiência, a fim de que este grupo possa usufruí-los. Além disso, com o intuito de que as pessoas sem deficiência estejam cientes para respeitá-los e serem, também, um canal de divulgação. Os vídeos, além disso, são responsáveis pela disseminação de informações que visam promover uma vida mais justa e confortável às pessoas com deficiência, através de dados que educam

sobre comportamentos ideais no momento da interação com este grupo e buscam a conscientização para o fim do preconceito contra eles e sua real inserção na sociedade.

Para Duarte (2011), porém, não basta que as mensagens da comunicação pública sejam apenas produzidas e replicadas. Elas necessitam ser repassadas de fato aos seus receptores e atingi-los de maneira eficaz. Para tanto, o autor discorre sobre a necessidade de que se cumpram os dois primeiros eixos dos quatro formulados por ele (Transparência, Acesso, Interação, Ouvidoria Social), entendidos como eixos centrais da comunicação. A “Transparência” compreende o dever do Estado na transferência de informações que são de interesse público de maneira ética e responsável. Deste modo pode-se depreender, a partir das análises dos vídeos, que buscaram fornecer dados essenciais sobre políticas públicas, além de divulgar outros canais onde mais dados poderiam ser encontrados, que o poder público buscou ser transparente em relação aos direitos das pessoas com deficiência, sendo coerente com este eixo essencial proposto pelo autor.

Mais que ser transparente, o Estado preocupou-se em, nestes vídeos, além de anunciar as políticas públicas, mostrar meios para que maiores informações pudessem ser encontradas, a fim de tornar possível o acesso e a efetivação destas políticas. Para Zémor (2012), as instituições públicas tem o compromisso de, além de informar, mostrar à população em que lugar haverá o detalhamento destes dados. O autor fala sobre a necessidade de se fazer publicidade sobre documentos públicos, sites na internet, prestação de serviços e tudo que corresponder aos interesses dos cidadãos a fim de possibilitar o acesso aos seus direitos.

Os vídeos, neste sentido, constituem-se nesta publicidade destacada pelo autor, à medida que foram produzidos e divulgados em meios de amplo acesso, com o intuito de atender a maior parcela da população. De acordo com a lei 10.098, de Acesso à informação, de 2011, consta no artigo 6º o dever do poder público em divulgar informações transparentes e de amplo acesso e, no artigo 7º, estabelece-se que exista orientação sobre como esta informação pode ser encontrada. (BRASIL, 2011). Esta visibilidade, para Weber (2011), constitui-se em um dos pontos principais da democracia e, para garanti-la, o autor destaca a utilização de alguns produtos informacionais como, por exemplo, a Publicização, a Prestação de contas e a Prestação de Serviços.

O segundo eixo destacado por Duarte (2011) como central da comunicação pública é o “Acesso”, que diz respeito a uma das mais importantes pautas na concretização desta

comunicação para as pessoas com deficiência. Este eixo é essencial para que haja, de fato, comunicação entre as entidades públicas e a população e, para o autor, o Estado é responsável por tornar sua informação acessível e adaptada aos diversos grupos sociais. Para Matos (2011), não há como a comunicação pública ser realmente democrática se não for representativa destes grupos, fazendo com que conquistem visibilidade e voz nas demandas sociais e em seu processo de resolução.

Contudo, Matos (2011) diz que, a questão que deve ser levantada é sobre como lidar com a dificuldade enfrentada por grupos marginalizados para a conquista desta visibilidade e de participação. Em consequência disso, a autora fala que a discussão que deve prevalecer é como as demandas destes grupos serão tratadas e conduzidas pelo governo nas questões de publicidade institucional. Nestes meios, os grupos excluídos devem experimentar uma representação adequada e coerente, reconhecidos como sujeitos e tratados do mesmo modo em uma comunicação em que eles sejam parte constituinte, e também recepção. Para Lopez (2011), a comunicação é pública quando feita por uma coletividade, destinada a construir o que é público e utilizando-se da atuação de diversos atores sociais, adequadamente reconhecidos e representados na relação que se estabelece entre governo e cidadão.

Porém, o “Acesso” a que se refere Duarte (2012) vai além da representatividade nesta comunicação. De acordo com o autor, para que todas as pessoas possam ter este acesso à comunicação, deve haver uma adaptação das mensagens às características específicas de cada cidadão. O Estado, neste caso, deve estar preocupado em entender as demandas sociais a fim de garantir que a informação repassada possa atingir a todos, o que abarca, por exemplo, a geração de comunicação inclusiva para pessoas com deficiência como forma de democratização do acesso.

Percebe-se que, entre os vídeos analisados, há preocupação com esta geração de “Acesso”, fazendo com que as pessoas com deficiência sejam não só representadas adequadamente, mas possam, inclusive, acessar e participar desta comunicação através da possibilidade de apreensão de seu conteúdo adaptado. Este fato se concretiza com a presença de legendas em todas as produções, além da audiodescrição nos vídeos um e cinco, como consta no Artigo 67, nos incisos I e II, os serviços de radiodifusão devem permitir legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição (BRASIL, 2015). Existe, ainda, a obrigatoriedade de garantir às pessoas com deficiência acessibilidade ao conteúdo veiculado

pelo Estado, como consta na lei 10.098 e com o artigo 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência. (BRASIL, 2011).

Outro ponto a ser ressaltado, presente em todos os vídeos analisados e que também se encontra no rol das características capazes de incluir as produções no que se define comunicação pública, é o caráter extremamente social, gerador de valor e engajamento cívico na população, o que compreende o conceito de capital social. Os vídeos, direcionados tanto a pessoas com deficiência como sem deficiência, têm como possível intuito promover a educação cidadã no meio social, a fim de fomentar uma convivência mais justa, democrática e livre de preconceitos. Percebe-se que, de maneiras distintas, todas as produções parecem buscar a melhoria das relações sociais e da qualidade de vida, principalmente, das pessoas com deficiência. Isto acontece ao divulgarem seus direitos, o que envolve aspectos legais, e, além disso, orientar sobre a melhor maneira de executar ações simples do cotidiano que dizem respeito à interação com este grupo, visando incentivar maior inclusão, naturalização e conforto neste contato.

Para Matos (2005), o capital social pode ser entendido como engajamento cívico que é capaz de promover a participação e criar relacionamentos de confiança e recíprocos. Para a autora, há necessidade de que este capital exista para execução adequada de comunicação pública, que, efetivando-se, é capaz de gerar mais capital social. Para Matos (2009), este ciclo que engloba a geração de capital social precisa de uma comunicação que seja capaz de promover o debate sobre questões públicas, com indivíduos engajados e motivados pelo reconhecimento de seu papel social.

Pensando nisso, pode-se sugerir que os vídeos buscam, através da divulgação de informações, promover a conscientização da população acerca de aspectos da vida das pessoas com deficiência, fazendo com que todos se sintam responsáveis pela construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. As produções buscam, possivelmente, aumentar o capital social ao incentivar o fim do preconceito e da discriminação, fazendo com que, através de uma população engajada e ciente de seu papel social, desenvolva-se o respeito mútuo e o reconhecimento, no outro, de um cidadão detentor de direitos.

Deve-se destacar, porém, que embora os vídeos atendam a requisitos que podem categorizá-los, a partir dos autores revisados, como comunicação pública realizada pelo Estado, encontra-se uma produção do Plano Viver sem Limite que, sutilmente, abandona a

neutralidade da informação, e, ultrapassando alguns limites, serve como qualificação explícita de órgãos de governo. O vídeo dois, sobre o Pronatec, apresenta no final um personagem que fala sobre a qualidade dos órgãos CINE e CRÁS. No vídeo, ele diz: “Verdade, eles te orientam direitinho”, atribuindo juízo de valor aos postos que são de responsabilidade do Estado. Neste sentido, acaba por tornar-se parcial, direcionando as interpretações para uma possível exaltação da máquina pública, o que, dentro deste nicho comunicacional, não deve acontecer. Para Lopez (2011), para que uma comunicação seja realmente pública, deve ser inclusiva e participativa e, portanto, não pode eliminar individualidades ou ser alvo de manipulação.

Outra característica dos vídeos também merece atenção por não atender integralmente aos quesitos de uma comunicação pública democrática. O fato a ser tratado é sobre os vídeos da campanha Convivendo com as Diferenças que, ao apresentarem aspectos legislativos referentes às deficiências citadas, não oferecem informações adicionais que tragam dados sobre como aquela lei está sendo aplicada, os resultados que proporciona ou como a sociedade pode contribuir para sua efetivação. Os resultados indicam que os vídeos se caracterizam, em sua maioria, por atender aos requisitos de uma comunicação pública democrática, que traz representações adequadas sobre a deficiência, e, em parte, pela escassez de informação. O direito à informação é questão chave na comunicação pública, e os vídeos, embora disseminem dados essenciais, não aprofundam o enfoque sobre os meios de acesso aos direitos das pessoas com deficiência.

Contudo, entrando em questões de produção de conteúdo, para que os vídeos elaborados por órgãos governamentais tenham sentido, é necessário que a construção de significações seja estrategicamente pensada para que as mensagens possam atingir os possíveis objetivos pretendidos. Neste sentido, recorre-se à semiótica para entender e pormenorizar os detalhes das imagens dos vídeos, analisando se cumprem com seu papel em disseminar representações adequadas no que diz respeito à identificação da pessoa com deficiência. Para Santaella (2007), há uma grande diversidade de linguagens capazes de comunicar e, para entender o processo comunicativo é necessário que se leve em conta todos os tipos de mensagens produzidas socialmente e capazes de repassar informações.

A partir disso, pode-se perceber nos vídeos analisados, que cada mínimo detalhe pode ser responsável por estimular a geração de significações mentais previamente objetivadas, assim como sugerido em cada análise realizada. Para Santaella (2007), imagens, sons e

expressões são capazes de produzir sentido e constituem-se em um conjunto de formas sociais de comunicação, isto é, são significadas por meio da interação social. Para Pierce (1978), citado por Joly (2012), um signo, quando elaborado para ser uma representação, pode originar sentidos intencionais e também conceder informações que só serão compreendidas por terem seus significados institucionalizados socialmente.

Sendo assim, sabe-se que os vídeos, campanhas publicitárias do Estado e, neste sentido, representações da realidade intencionais feitas para levar uma mensagem ao receptor, baseiam-se nas significações históricas e culturais atribuídas à deficiência para construir o significado pretendido. Os vídeos buscam, na verdade, tentar desconectar a deficiência dos estereótipos adquiridos através da história e da cultura, procurando ressignificá-la a fim de eliminar preconceitos associados a ela. As produções, possivelmente, procuram alterar os significados institucionalizados socialmente, que veem a deficiência como um problema que torna as pessoas incapazes de viver de forma harmônica e realizar as atividades propostas pelo ambiente, desviando-se do padrão de normalidade vigente.

Busca construir, assim, uma nova visão sobre a deficiência, com o intuito de naturalizá-la e dotá-la de novos significados institucionalizados, onde ela não é mais vista como o fator que limita o indivíduo, e que deve ser merecedor de pena e caridade. Nesta nova visão, é a sociedade que impõe barreiras para as necessidades específicas deste grupo, não estando adaptada para recebê-los. Coloca-se, desta maneira, o Estado e os indivíduos como responsáveis pela falta de inclusão e acessibilidade, tornando-os protagonistas nas mudanças que precisam ser operadas.

Porém, ainda referindo-se a produção das mensagens, é necessário que, para alcançar os objetivos pretendidos, segundo Hall (2009), haja uma codificação e decodificação adequada do processo comunicativo. Para o autor, os emissores devem codificar suas mensagens de acordo com o repertório ideológico de seus receptores, a fim de que o sentido possa ser decodificado e compreendido corretamente, havendo apreensão de seu conteúdo. Contudo, dentro deste processo comunicativo, ainda segundo Hall (2009), podem surgir falhas de interpretação, gerando assimetria comunicativa e falta de entendimento da mensagem. Desta maneira, ainda que os emissores tenham objetivos predefinidos, a ampla leitura possível pelos receptores, em virtude de seu repertório cultural, pode fazer com que a interpretação esperada não aconteça.

As análises realizadas, em consequência disso, puderam sugerir o surgimento de possíveis assimetrias comunicativas nos vídeos do Plano Viver sem Limite, que falam sobre as políticas públicas executadas pelo Estado. A partir do olhar realizado sob a perspectiva da população e de seu repertório cultural, pode-se depreender uma leitura por parte dessa recepção, que não é desejada pelos poderes públicos. Neste caso, a combinação das imagens, mensagens, e da constante menção ao Governo Federal vista nos vídeos, com o pensamento cultural predominante sobre a deficiência, faz com que a divulgação das ações do Estado coloque sua imagem em uma posição de bem feitor e caridoso.

A satisfação dos personagens e a aparente qualidade dos programas apresentados faz com que haja a suposta interpretação, por parte população, de um Estado que está praticando boas ações e auxiliando as pessoas com deficiência, em virtude da visão histórica de incapacidade comumente associada a este grupo. Porém, esta leitura de um Estado que pratica caridade, ao contrário da que o coloca como cumpridor de direitos é algo que, na verdade, deve ser evitado, pois, o ideal de um Estado democrático não é condizente com a ideia de caridade para a promoção de mudanças sociais.

Deve-se entender, ainda, como surgiu a visão histórica e cultural da deficiência, causadora dos preconceitos e consequentes atos discriminatórios em relação a este grupo. Esta visão, como sugerem as análises, busca ser alterada através dos vídeos estudados, que trabalham na construção de sua naturalização, da conscientização da sociedade em geral e, com isso, da inclusão social das pessoas com deficiência. Para Freitas e Marques (2007) que, em uma descrição histórica, falam sobre as matrizes da deficiência que vigoraram e foram responsáveis pela conceituação atual, a matriz da Normalidade explica os motivos da deficiência ser considerada desviante de um padrão na mente de muitas pessoas.

Segundo Freitas e Marques (2007), esta matriz tem origem na Idade Moderna, onde a ciência experimenta grandes avanços e passa a ser considerada para gerar explicações sobre os fenômenos. Entre estes fenômenos, encontra-se a deficiência que, em uma leitura científica, é tomada como uma falha genética, e, portanto, como uma doença. Neste sentido, considerando a teoria mecanicista usada no período, a deficiência é explicada como uma imperfeição na construção matemática de um corpo e, assim sendo, representa um desvio do padrão de normalidade vigente. A deficiência é tida como uma condição que precisa ser alterada, tratada a fim de que os corpos consigam sobreviver às estruturas de um mundo idealizado para pessoas julgadas normais.

Dentro dessa matriz, considera-se a definição binária de normalidade/anormalidade, construindo, a partir daí, grupos classificatórios que encaixam os indivíduos em níveis superiores e inferiores e, desta maneira, criam grupos marginalizados e excluídos socialmente. A proposta de explicação da deficiência, a partir dessa matriz, e responsável pela formação do pensamento histórico de preconceito é o modelo biomédico da deficiência, refutado durante os vídeos analisados através da alusão ao modelo que vem para substituí-lo, o modelo social. Para Diniz, Barbosa e Santos (2009), o modelo médico responsabiliza o indivíduo pelas limitações de seu corpo, que, em teoria, não o deixariam participar da vida social pelas dificuldades encontradas. Segundo os autores, este modelo propõe que a deficiência é uma desvantagem, uma condição indesejada que precisa ser corrigida por práticas médicas a fim de que o indivíduo possa encontrar-se no padrão de normalidade e possa viver em uma sociedade edificada para tal.

Pode-se entender, a partir daí, um dos exemplos de como pensamentos preconceituosos e estereotipados em relação à deficiência surgiram e foram propagados ao longo dos anos, e, embora enfrentando alterações e melhorias, ainda persistem no imaginário social. Estas ideias tornam-se completamente prejudiciais à medida que enquadram estes indivíduos em categorias de inferioridade e doença, colocando-os em posições de isolamento que dificultam sobremaneira a integração social e não incentivam a acessibilidade por parte do Estado, já que a culpabilização recai sobre o indivíduo com deficiência.

Para tanto, com o surgimento de novas perspectivas em relação à deficiência, busca-se alterar estas visões danosas em relação a este grupo, colocando-os como cidadãos detentores de direitos. Os vídeos, neste sentido, procuram refutar estas interpretações incentivando um novo olhar sobre as pessoas com deficiência, suas vidas e seu modo de se relacionar. Possivelmente tentam, por meio das significações, desvincular o conceito de normalidade e naturalizar a deficiência, exibindo-a como mais uma das condições existentes para se estar em um corpo, e que deve desfrutar do ambiente social sem grandes obstáculos ou prejuízos morais.

As produções expõem, através dos vídeos do Plano Viver sem Limite, pessoas devidamente incluídas, em espaços acessíveis e desfrutando de seus direitos, além de contestar a imagem recorrente de incapacidade associada a elas, e de responsabilizar o Estado pelas mudanças que ainda devem ser feitas para uma completa integração. Nos vídeos da Campanha Convivendo com as Diferenças, procura-se focar a visão de que a deficiência

não deve ser considerada uma doença, como geralmente é vista, mas uma condição que deve ser respeitada, pois cidadania significa saber conviver com as diferenças. E é isso que o vídeo propõe por meio das orientações repassadas para a conscientização da população sobre como se deve proceder para uma convivência mais justa, democrática e inclusiva.

Porém, ainda torna-se necessário entender como estas ideias se instalam e se solidificam na mente dos cidadãos, gerando pensamentos que levam ao ato discriminatório. Para Silva (2006), os indivíduos não costumam refletir sobre as ideias que lhes são repassadas, acabando por incorporá-las e propagá-las. Neste ciclo, geralmente não há espaço para novas ideias e a percepção do que é diferente passa a ser uma ameaça e um medo que precisa ser refutado para não causar transtornos à proposta de normalidade. De acordo com Silva (2006), os indivíduos, influenciados pela cultura, tendem a relacionar tudo o que é novo a categorias mentais já existentes, criadas a partir de visões comuns. Esta resposta imediata do pensamento deve-se ao processo de reconhecimento, que busca fazer associações com que o indivíduo é conhecido. Assim sendo, os estereótipos presentes socialmente internalizam-se com certa facilidade na mente dos indivíduos, em um processo de não contestação reforçado pela própria cultura.

Neste sentido, ainda de acordo com Silva (2006), o preconceito gera uma aversão ao diferente em virtude da falta de reflexão, fazendo com o que a interação com este diferente seja evitada por parte dos indivíduos preconceituosos. Eles buscam afastar de si ideias que aprenderam a negar e evitam, desta maneira, a comparação com este ser não adequado aos padrões de normalidade. Estas atitudes acabam por excluir as minorias e levar a atos discriminatórios que, de acordo com Adorno (1995), citado por Silva (2006), são direcionados a pessoas tidas como fracas e incapazes de cumprir sua função social, em uma sociedade detentora de um modelo que exige excessivamente a utilização do corpo para trabalhar e contribuir socialmente. As pessoas sem deficiência, que se consideram completas, perfeitas e normais, acabam por temer a lembrança e o contato com pessoas com deficiência que representam fragilidade e impossibilidade de execução das funções sociais, produzindo atitudes discriminatórias e, por conseguinte, a exclusão.

Estes sentimentos de preconceito e discriminação são fortemente retratados e refutados nos vídeos 1 e 5 do Plano Viver sem Limite, além de todos os vídeos da campanha Convivendo com as Diferenças. No vídeo 1, a construção de sentido da produção versa, justamente, sobre a ligação da deficiência à sentimentos de incapacidade, e a consequente

assimilação ao padrão de normalidade. A produção apresenta grupos de pessoas executando atividades que, pelos pensamentos de preconceito predominantes, geralmente não são associadas às pessoas com deficiência. Com a audiodescrição do vídeo, toma-se conhecimento que, em cada cena, existe uma pessoa com deficiência executando uma atividade que, em virtude do repertório cultural vigente, não poderia estar sendo realizada por ela.

Vê-se, aí, que o vídeo parece apostar na falta de contestação e na rápida assimilação das ideias disseminadas socialmente para alcançar seus possíveis objetivos, além de uma população que ainda carrega muitos preconceitos e estereótipos. Mais que isso, também fala implicitamente sobre a necessidade de extinguir os padrões de normalidade operantes, ao pronunciar a última fala do vídeo, que gera reflexão e transmite orientação. A fala: “Sem a descrição, você poderia pensar que são pessoas como você, certo? Então continue pensando. As pessoas são muito mais que suas deficiências” sugere que o público, sem a audiodescrição, teria concluído, possivelmente, que aquelas pessoas eram normais, e é incentivado a continuar pensando, pois afirma que realmente são, colocando-as em um mesmo patamar e anulando a necessidade de um padrão. Pode-se depreender que a narração, supostamente, busca desconstruir o medo recorrente de comparação com este grupo, retratando-os nos mesmos níveis que todos os outros cidadãos, expondo que nada teria sido percebido se o vídeo não fosse audiodescrito. Sugere com as cenas, sutilmente, que todos ali são iguais e capazes, procurando enfatizar o tamanho preconceito capaz de moldar ações discriminatórias.

Já no vídeo 5 e nos vídeos *Convivendo com as Diferenças*, o preconceito e o medo do contato com o diferente são assuntos tratados abertamente, expondo um problema que precisa ser corrigido para a conquista de inclusão. No vídeo 5, o preconceito é colocado como uma das barreiras que precisa ser eliminada para a geração de mais oportunidades para as pessoas com deficiência. De forma implícita exibe, em todo o vídeo, que o fim do preconceito faria com que Estado e sociedade pudessem transitar totalmente para o modelo social, trabalhando em ações para a conquista de acessibilidade e o fim dos estereótipos.

Já nos vídeos *Convivendo com as Diferenças*, o medo ou, no caso, o constrangimento experimentado na interação com as pessoas com deficiência é a questão chave que guiará toda a série de vídeos. Para Silva (2006), este sentimento existiria em virtude da convivência com pessoas com deficiência representar a lembrança do que não se quer ser, e da possibilidade de torna-se igual a elas. Além disso, segundo o autor, como agravante existe o fato de não saber

como se comportar em meio esta situação, tendo em mente que as relações sociais são estabelecidas a partir do conhecimento que se tem sobre o outro. No caso da deficiência, há falta de informação ou modelos estereotipados, com o qual o indivíduo irá se relacionar. Neste caso, com a detecção de constrangimento no personagem que, possivelmente, representa a sociedade, os vídeos servem para repassar uma série de informações úteis para eliminação deste sentimento, e orientações sobre ações simples de interação, além de leis para convivência com este grupo em harmonia.

Para entender, por fim, o modelo social vigente, que guia todas as produções analisadas, Diniz, Barbosa e Santos (2009) colocam que este modelo surge para substituir o modelo médico, expondo que a deficiência não é um problema do indivíduo e que suas limitações são fruto de uma sociedade não adaptada as suas particularidades. O problema, neste modelo, passa da esfera particular para a esfera pública, tornando-se responsabilidade do Estado e, portanto, um problema político a ser resolvido. Para os autores, neste modelo, a deficiência deixa de ser entendida e tratada como doença, que precisa ser corrigida para que os cidadãos se adaptem as estruturas sociais construídas para pessoas sem deficiência. No modelo social, a deficiência é vista como mais uma forma de se existir em um corpo, que, neste caso, é oprimido pela construção de um espaço que não o considera e que não possibilita sua inserção plena como ser político dotado de direitos. O espaço é visto como o causador de limitações, tirando essa responsabilidade das características físicas do indivíduo.

Este novo modelo serviu de base para a Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que foi ratificada em 2008 no Brasil e expõe que a participação das pessoas com deficiência, limitada pelos espaços sociais, deve ser pensada para que ações e políticas públicas sejam criadas em prol de espaços mais democráticos. De acordo com Diniz, Barbosa e Silva (2009), após a adoção deste novo modelo e o novo caráter adquirido pela deficiência, mudanças importantes foram operadas. Uma delas foi a eliminação do pensamento de que o bem-estar deste grupo dependia de intervenções médicas, abrindo espaço para novas ações. Além disso, amplia-se o espaço de discussão sobre o assunto, que passa a fazer parte da vida pública com a sua nova conceituação. As próprias pessoas com deficiência e a sociedade em geral tem a possibilidade de entender que a deficiência não representa um prejuízo individual, mas tem a ver a conquista de uma sociedade mais justa e acessível para todos.

Neste sentido, entende-se que as produções, em sua totalidade, baseando-se no entendimento do modelo social, suas novas significações para a deficiência e a ampliação das possibilidades do ambiente em contribuir para a conquista de espaços mais democráticos, buscaram, por meio da comunicação pública possibilitada pela mídia, conscientizar a população em geral através destes novos espaços de discussão. As produções, sempre com o possível objetivo de promover a educação cidadã com o repasse de informações sobre leis, políticas públicas e práticas comportamentais, buscaram disseminar o modelo social em cada detalhe, de maneira explícita ou implícita, a fim de institucionalizar este conceito culturalmente, eliminando supostas falhas do modelo médico que acabavam por trazer preconceito e discriminação.

As produções buscam trazer conhecimento sobre a deficiência, preenchendo lacunas e derrubando estereótipos que são responsáveis pelas crenças equivocadas, pela falta de interação, pelo contato realizado erroneamente, e pela falta de acessibilidade e inclusão. De maneira geral, cumprem seu papel de comunicação pública ao trazer informação e, mais que isso, trabalhar para a construção de uma sociedade onde os grupos deixem de ser minorias excluídas e discriminadas, e passem a ser grupos integrados socialmente, que desfrutem de acessibilidade e são vistos e tratados como cidadãos que devem ter seus direitos assegurados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica realizada e de sua posterior ligação com as análises dos vídeos de comunicação pública sobre a deficiência, podem ser constatadas oportunidades de aperfeiçoamento no que diz respeito à completude dos requisitos que atendem a esta comunicação. As produções apresentaram representações adequadas sobre a deficiência, enquadrando-se ao modelo social e buscando repassá-lo a fim de que se tome conhecimento sobre a nova conceituação da deficiência, desconstruindo preconceitos e gerando inclusão, mas, com frequência, as informações poderiam ser complementadas.

Sabendo que a comunicação pública realizada por governos pode auxiliar na execução de políticas públicas que atendem aos direitos das pessoas com deficiência, o objetivo deste projeto foi caracterizar representações simbólicas deste grupo apresentadas através de campanhas publicitárias executadas pelo poder público, e que versam sobre seus direitos. Por meio do detalhamento dos vídeos, buscou-se entender as possíveis significações ali presentes, e as supostas interpretações culturais decorrentes deste nível simbólico. Procurou-se apontar, a partir das caracterizações das representações simbólicas produzidas pelos poderes públicos, qualidades e oportunidades de aperfeiçoamento desta comunicação.

Neste sentido, pode-se constatar que os vídeos, em sua totalidade, buscam trazer informações para a sociedade em geral, que dizem respeito a leis e políticas públicas sobre as pessoas com deficiência. Além disso, trazem orientações sobre os comportamentos supostamente esperados na interação com este grupo, e reflexões que objetivam o fim do preconceito e a inclusão social, colocando o Estado como o responsável pela conquista de acessibilidade do espaço público e a consequente integração de pessoas com deficiência. A comunicação pública, no sentido de levar informações aos cidadãos, promovendo uma gestão governamental aberta e transparente, divulgando leis que lhes dizem respeito, e capacitando-os por meio do repasse de conhecimento e da apresentação de onde encontrá-lo, cumpre seu papel no estabelecimento de uma comunicação capaz de gerar capital social, melhorar as relações sociais e preparar a população para o diálogo e a deliberação, isto é, para sua participação política.

Os vídeos, além disso, são responsáveis pela divulgação dos fundamentos do modelo social, que é a base para a nova conceituação da deficiência estabelecida através da adoção, pelo Brasil, da Convenção das Nações Unidas, e que consta na lei federal 13.146/2015, de

Inclusão da Pessoa com Deficiência. Neste modelo, retira-se do indivíduo a culpa sobre suas limitações, que seriam encontradas no corpo físico, e passa-se a atribuir ao Estado a responsabilidade pelas dificuldades encontradas, ocasionadas, na verdade, pelas barreiras impostas por um ambiente social não adaptado às necessidades de todos os cidadãos e estruturado apenas para atender a parcela que não possui deficiência.

Nota-se, então, que os vídeos foram formulados a partir destes novos parâmetros, preocupando-se em conscientizar os cidadãos, de maneira explícita ou não, que a deficiência não deve ser tratada como anormalidade, doença, ou desvio de padrão. Procura salientar que estas pessoas são também cidadãos, detentores de direitos e capazes de se incluir socialmente com a devida acessibilidade que deve ser concedida pelo Estado. Busca trazer, a partir da nova visão sobre a deficiência, um novo olhar sobre estas pessoas, procurando ressignificar suas vidas e institucionalizar ideias livres de preconceitos e estereótipos.

No que diz respeito às pequenas falhas encontradas nesta comunicação pública realizada pelo Estado, está a falta de imparcialidade percebida sutilmente em um dos vídeos, responsável pela divulgação de políticas públicas, neste caso, o Pronatec. Neste vídeo, há um pequeno juízo de valor realizado pelo personagem explicitamente, qualificando as ações do governo e de seus postos de atendimento. Percebe-se, aqui, que embora a qualidade dos programas esteja implícita nas imagens repassadas; fato que não representa um problema, pois com a construção da narrativa há necessidade de expor que o programa apresentado funciona; a informação que deve chegar ao cidadão ultrapassa os limites estabelecidos pela comunicação pública.

Esta comunicação é responsável por realizar uma divulgação transparente dos programas executados por entidades públicas, e, no momento em que o personagem profere a qualidade dos serviços, afirmando uma boa ação do Estado, e promovendo uma propaganda intencional, acaba por desviar-se dos propósitos apresentados. Este é um dos pontos que necessita ser aprimorado neste fluxo comunicacional, dando mais ênfase às ações de políticas públicas e a todas as informações que dizem respeito a elas, e diminuindo o protagonismo dos órgãos promotores destas ações, a fim de oferecer uma comunicação mais imparcial e democrática, que atenda aos interesses da população.

Além disso, considerando-se o processo de formulação dos vídeos, e suas possíveis intenções com as representações simbólicas apresentadas, sugere-se, a partir das análises

realizadas, a chance de que interpretações que não atendem aos supostos objetivos do Estado sejam efetuadas, em virtude do repertório cultural predominante. Neste caso, verificou-se a possibilidade de que o Estado possa ser visto como um bem-feitor social, ao realizar ações que beneficiam as pessoas com deficiência, vistas historicamente como detentoras de incapacidades em decorrência de suas características físicas, não podendo inserir-se socialmente e, portanto, vistas com olhar de caridade e benevolência pela maioria da população.

Embora seja esta a leitura que se quer extinguir durante os vídeos, colocando as pessoas com deficiência em uma posição de autonomia e o Estado como responsável pelas barreiras que causam suas limitações, e, portanto, com o dever de proporcionar direitos de acessibilidade, deve-se levar em conta a dificuldade de desconstrução de pensamentos institucionalizados, que interferem sobremaneira na significação dos conteúdos apreendidos.

Pensando nisso, o Estado pode ser visto como promotor de ações de caridade, sendo esta uma visão que deve ser evitada, pois, não é coerente com o ideal de um Estado democrático de direito, que deve produzir mudanças sociais a partir da garantia de direitos à população. Neste sentido, embora esta seja apenas uma possível leitura dos vídeos, percebe-se que as construções simbólicas devem ser cuidadosamente pensadas para que possam repassar sua mensagem de maneira eficiente, atingindo grande parte do público com a significação pretendida.

Percebe-se, considerando a linha de análise executada, que as representações da deficiência em publicidades governamentais apresentam-se adequadas, exibindo este grupo livre de estereótipos, e buscando, a partir das caracterizações e orientações, eliminar preconceitos do imaginário social. Com a disseminação do modelo social e a promoção de educação cidadã, os vídeos são responsáveis por conscientizar a população sobre o novo caráter adquirido pela deficiência, colocando o Estado como o principal responsável na conquista de acessibilidade e de um ambiente social mais democrático que atenda as necessidades de todos os cidadãos.

Ao colocar as pessoas com deficiência como detentoras de direitos, que são também normais e devem ser tratados como iguais, possibilitam um novo olhar sobre este grupo, cumprindo seu papel de comunicação pública em conceder informação e capital social ao cidadão. Cumpre este papel, além disso, ao divulgar leis, políticas públicas e orientações

sobre a deficiência. Porém, ainda que atenda a maioria dos pré-requisitos para a efetuação de uma comunicação pública democrática, necessita aprimorar aspectos no que diz respeito à promoção que se dá ao Estado nestas produções, pensando também no caráter simbólico da mensagem, que deve ser produzida com especial atenção para que esta comunicação possa ser efetiva e possa trazer mais cidadania e inclusão social para a vida da população.

Referências

- ARAÚJO, L. A. D. **Um breve quadro da proteção constitucional das pessoas com deficiência no Brasil. Legislação basta? Uma tentativa de diagnóstico.** Revista Inclusiones, Revista de Humanidades e Ciências Sociais. v.1. n.3, p.19-30, 2014. Disponível em: < <http://www.revistainclusiones.cl/volumen-1-nba3/oficial-articulo-dr.-luiz-alberto-david-araujo.pdf> > Acesso em: 10 de abril de 2016.
- BARTHES, R. **“A retórica da imagem”**, In: O óbvio e o obtuso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BARTHES, R. **Introdução à análise estrutural da narrativa**, In: Análise estrutural da narrativa, 7ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BERSCH, R. **Introdução a tecnologia assistiva. Assistiva – Tecnologia e educação.** Porto Alegre, 2013. Disponível em: < http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf > Acesso em: 14 de abril de 2016;
- BRANDÃO, E.P. **Conceito de comunicação pública.** In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm > Acesso em: 03 de maio de 2016.
- BRASIL, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > Acesso em: 09 de abril de 2016.
- BROETTO, T. O. M.; COSTA, B. M.; NAPOLITANO, C. J. . **Inclusão e Acessibilidade: O Papel da Comunicação na Efetividade das Políticas Públicas às Pessoas com Deficiência.** In: XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2015, Uberlândia. Anais do XX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE. São Paulo: Intercom, 2015. v. 1. p. 1-10. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2015/resumos/R48-0922-1.pdf> > Acesso em: 10 de abril de 2016.
- CARVALHO-FREITAS, M.N.C; MARQUES, A.L. **A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência.** Organizações & Sociedade. Salvador, v.14, n.41, Abril/jun 2007.
- COELHO, N. **Semiótica, Informação e Comunicação-** São Paulo: Perspectiva, 1983.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CONADE) e SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SNPD). **3º Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU: novas perspectivas e desafios.** Relatório Final. 1º edição. Brasília, 2013. Disponível em <

http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-relatorio-3a-conferencia-final_0.pdf > Acesso em: 20 de abril de 2016.

DINIZ, D; BARBOSA, L; SANTOS, W.R. dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça.** Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo, v.6, n.11, Dez 2009.

DUARTE, J. **Instrumentos de comunicação pública.** In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, J. **Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública.** In: KUNSH, M. K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Paulo: Difusão, 2011.

HALL, S. **Da Diáspora Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem.** Campinas - São Paulo: Papyrus, 2012.

KOÇOUSKI, M. **Comunicação Pública: construindo um conceito.** In: Matos, H. (org.) Comunicação Pública – interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <
<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgcom/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-books.%20%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20publica.pdf> > Acesso em: 01 de maio de 2016.

KUNSH, M. M. K. **Comunicação Pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas.** In: Matos, H. (org.) Comunicação Pública – interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012. Disponível em: <
<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgcom/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-books.%20%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20publica.pdf> > Acesso em: 01 de maio de 2016.

LOPEZ, J.C.J. **Advocacy: uma estratégia de comunicação pública.** In: KUNSH, M. K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Paulo: Difusão, 2011.

MARTINS, P. **Acesso a informações no cenário nacional.** In: VIVARTA, V. (coord.) Acesso à informação e controle social das políticas públicas. Brasília: Andi, 2009. Disponível em <
http://www.fesmedia-latin-america.org/uploads/media/Accesso_a_informacao.pdf > Acesso em: 12 de abril de 2016.

MATOS, H. **A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento.** In: KUNSH, M. K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Paulo: Difusão, 2011.

MATOS, H. **Capital social e comunicação – interfaces e articulações.** São Paulo: Summus, 2009.

MENDEL, T. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado.** Brasília, Unesco. 2009. Disponível em <
http://portal.unesco.org/ci/en/files/26159/126398551119freedom_information_pt.pdf/freedom_information_pt.pdf > Acesso em: 23 de maio de 2016.

MONTEIRO, G.F. **A singularidade da comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

MOTTA, L.G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NAPOLITANO, C. J. ; RESENDE L. P.; ROTHBERG, D. **Estado e burocracia: limites de aplicação da Lei de Acesso a Informações no Brasil**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos. Maio/ago. 2013.

NAPOLITANO, J. C.; RESENDE, L.P.; ROTHBERG, D. **Estado e burocracia: limites de aplicação da Lei de Acesso a Informações no Brasil**. Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos, v.15, nº2, p.109 – 117, maio/agosto 2013. Disponível em: < http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf > Acesso em: 12 de abril de 2016.

NOVELLI, A. L. R. **Relações públicas governamentais**. In: KUNSCH, M. K. (org.). Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Model inter-american law on access to public information and it's implementation guidelines. Washington D.C.: 2012.

PESSOA, F. **Nossos clássicos. Fernando Pessoa: poesia por Adolfo Casais Monteiro**. Rio de Janeiro, Agir, 1977.

ROLANDO, S. **Comunicação pública: aportes teóricos e abrangências**. In: KUNSH, M. K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Paulo: Difusão, 2011.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**- São Paulo: Brasiliense, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Edição Brasileira. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014. **Viver sem Limite – Plano Nacional das Pessoas com deficiência**. Brasília, 2014.

Disponível em: < <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-viver-sem-limite-2014.pdf> > Acesso em: 26 de abril de 2016.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Avanço das Políticas Públicas para as pessoas com Deficiência. Uma análise a partir das conferências nacionais**. 1º edição. Brasília, 2012. Disponível em: <

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf> > Acesso em: 12 de abril de 2016

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (SEEP). 2008a. Secretaria de Anais. Assembleia Nacional Constituinte – 20 anos: Atas da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília, 234 p.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (SEEP). 2008b. Secretaria de Anais. Assembleia Nacional Constituinte – 20 anos: Atas da Comissão da

Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Brasília, 280 p.

SEGALLA, J.I.S.F.; ARAUJO, L.A.D. **A utilização do novo conceito de pessoa com deficiência: uma advertência necessária.** Revista Direitos Fundamentais & Justiça. Ano 6. n.19, p.145-159, 2012. Disponível em: < http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/19_Dout_Nacional%205.pdf > Acesso em: 13 de abril de 2016.

SILVA, L.M.da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência.** Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v.11, n.33, Set/dez 2006.

SKLIAR, C. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade.** Educação e Realidade. Porto Alegre, v.24, n.2, Jul/dez1999.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias.** Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> > Acesso em: 12 de abril de 2016.

WEBER, M.N. **Estratégias de comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião.** In: KUNSH, M. K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Paulo: Difusão, 2011.

WERNECK, Claudia. **Manual sobre Desenvolvimento Inclusivo para Mídia e Profissionais de Comunicação.** Rio de Janeiro: WVA Editora, 2005. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dZU-nOmQz-MJ:www.escoladegente.org.br/recursos/documentos/outros_documentos/manual_desenvolvimento_inclusivo.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br > Acesso em: 09 de abril de 2016.

ZÉMOR, P. **As formas da comunicação pública.** In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICE A – ANÁLISES INTEGRAIS DOS VÍDEOS

Análises dos vídeos:

VÍDEO 01 – PLANO VIVER SEM LIMITE - AUDIODESCRIÇÃO.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HYpAlgR0OKA>

O ENIGMA

O vídeo utiliza-se do aspecto legislativo correspondente à audiodescrição, que deve estar presente nas comunicações audiovisuais, para construir o sentido pretendido pela produção. Leva o espectador a pensar na discriminação e preconceito em relação às pessoas com deficiência através da sequência de imagens apresentadas, complementadas por sua audiodescrição e pelo questionamento/resposta final executado pelo interlocutor.

O interlocutor pergunta ao receptor se ele não poderia ter pensado que todos os presentes nas imagens eram como ele, e, neste caso, sugere-se a ideia de pessoas normais, caso o recurso da audiodescrição não tivesse informado sobre a existência de pessoas com deficiência em cada cena. Com uma pergunta que suscita uma resposta possivelmente afirmativa, o interlocutor incentiva os receptores a continuarem pensando que ali existiam apenas pessoas normais, pois sugere que a verdade é essa, com a frase de que “as pessoas são muito mais que suas deficiências”.

A AÇÃO

O vídeo é constituído por uma música de fundo em piano, o que traz um pouco mais de emoção à sequência. Apresenta três blocos, filmados em diferentes cenários e construções cênicas distintas. Todo o vídeo é audiodescrito, apenas com imagens e sem falas dos personagens e, no final, o interlocutor interage com os receptores. Nos créditos, visualiza-se o logotipo do Plano Viver sem Limite e do Governo Federal.

A primeira cena mostra quatro crianças, felizes, brincando com carrinhos de supermercado. Na audiodescrição, a fala: “Crianças brincam de corrida. Uma delas possui deficiência física”. A segunda cena apresenta um grupo de amigos em um deck, com vista para uma paisagem em um final de tarde. Os amigos conversam e riem animados. Na audiodescrição: “Amigos admiram o pôr-do-sol. Um deles possui deficiência visual”. Na terceira cena mostra-se uma piscina para treinamentos. Vários atletas estão na borda da

piscina, aquecendo-se e ouvindo um professor que os orienta. Uma das pessoas aparece nadando. Na audiodescrição: “Atletas em uma aula de natação. Um deles possui deficiência intelectual”.

O vídeo encerra-se ainda no cenário da piscina, e, com esta imagem de plano de fundo, o interlocutor interroga a quem vê o vídeo, com sua fala também aparecendo escrita na imagem. A fala é a seguinte: “Sem a descrição, você poderia pensar que são pessoas como você, certo? Então continue pensando”. Com a frase “As pessoas são mais que suas deficiências” que, desta vez não está escrita na imagem, finaliza-se o vídeo que tem como plano de fundo apenas as águas da piscina e os logotipos do Plano Viver sem Limite e do Governo Federal.

O SÊMICO

O vídeo em questão é construído para que adquira seu sentido a partir da junção das imagens e da audiodescrição. Em toda a produção, a conotação dos elementos presentes na cena apenas é obtida através da junção das imagens e da dualidade proposta pela fala do interlocutor.

A primeira cena, que trata da deficiência física, apresenta, no primeiro momento, a ideia de movimento através de um carrinho em velocidade pela ação de duas crianças que correm e os empurram. A corrida das crianças, juntamente com a dos carrinhos, representa a ideia de mobilidade. A cena completa-se com a imagem de mais outras duas crianças, dentro destes carrinhos que, com as outras, desfrutam de um momento de diversão, liberdade e alegria. A frase enunciada contrasta com a cena e gera, sequencialmente, o não cumprimento das expectativas, e a reflexão no receptor. A primeira frase, que diz que crianças brincam de corrida (ato associado, em um primeiro momento, a pessoas que se encaixam no padrão de normalidade vigente que considera corpos completos perfeitos, e, portanto, capazes de executar qualquer tipo de ação), é seguida pela segunda frase que cita que, entre as crianças, há uma que possui deficiência física.

Este ponto contrasta com o pensamento corriqueiro, que não permite a associação inicial de uma criança com deficiência física brincando de corrida, ou a analogia entre qualquer pessoa com deficiência física fazendo atividades que exijam tanta mobilidade. Neste caso, é exatamente esta a ideia que o vídeo quer passar: a da possibilidade de execução de tarefas que são consideradas típicas de pessoas “normais”, por pessoas que apresentam

limitações para a vivência em ambientes não adaptados. O vídeo, nesta formação, procura fazer com que o receptor, ao mesmo tempo, tenha seus pensamentos redirecionados e uma reflexão seja gerada em torno da possibilidade de participação das pessoas com deficiência.

A segunda cena enfoca a deficiência visual. Um grupo de amigos é apresentado em um momento onde todos riem, conversam, e olham para o pôr-do-sol. A cena representa descontração e felicidade. Todos os membros usam óculos escuros, sugerindo uma relação de igualdade entre as pessoas ali presentes, atendendo a possível intenção do vídeo. O grupo encontra-se em um deck, que está em frente a um rio e a uma paisagem, representando um lugar para ser contemplado e para desfrutar de bons momentos com os amigos. Todos estes elementos, assim como na primeira cena, também servem para estabelecer uma relação de contraste, entre o que teoricamente se pode fazer apenas por quem detém a possibilidade da visão, e o enunciado do interlocutor, de que há uma pessoa com deficiência visual naquele grupo. Da mesma maneira, também há a possível pretensão de que o receptor seja surpreendido e retirado de seu pensamento corriqueiro, que entende que a atividade demonstrada só pode ser executada por aqueles que podem ver. Neste sentido, serve para que os receptores pensem sobre seus preconceitos ao serem levados a refletir que qualquer pessoa pode desfrutar daquele tipo de atividade.

Assim como nas outras cenas que apresentam determinado tipo de deficiência, na terceira será representada a deficiência intelectual. Um grupo de pessoas é apresentado na beira de uma piscina, onde fazem uma série de alongamentos, nadam e um professor passa orientações. O treinamento de natação sugere uma atividade que exige, teoricamente, as habilidades cognitivas de pessoas consideradas normais para que possa ser executada. A fala do interlocutor entra para estabelecer a mesma reação pretendida nas outras cenas, quando anuncia que entre o grupo de atletas, existe uma pessoa com deficiência intelectual. Ainda com a cena da piscina, o interlocutor faz o fechamento do pensamento chave disseminado durante todo o vídeo, onde questiona se, sem a audiodescrição, os receptores não poderiam ter pensado que todas aquelas pessoas eram com eles, e portanto, “normais”. O narrador incita, então, que se continue pensando desta maneira, pois as pessoas, independente de suas diferenças, devem ser consideradas normais e tratadas, primeiramente, como sujeitos, sendo muito mais que suas deficiências. O vídeo encerra-se com os logotipos do Plano Viver sem Limite e do Governo Federal, que representam os responsáveis por sua execução.

O SIMBÓLICO

O vídeo, em sua totalidade, busca levar o receptor a refletir sobre seus conceitos acerca das pessoas com deficiência, suas vidas e suas capacidades. Mais que isso, convida-o a rever suas opiniões sobre este tema através do contraste gerado, em cada cena, entre as imagens, por conta de um repertório sociocultural preponderante sobre as pessoas com deficiência, e a audiodescrição do interlocutor, que dilui estas possíveis certezas iniciais, de que pessoas com deficiência não podem estar incluídas em todas as ações.

As cenas expõem atividades que, a partir de uma crença previamente e socialmente disseminada, são executadas apenas por pessoas consideradas perfeitas dentro do padrão de normalidade, vigente no todo social. A audiodescrição, então, vem para narrar e dizer que, entre as pessoas apresentadas, existe uma que contraria todas as expectativas para a realização daquela atividade. Porém, o ápice do vídeo se dá no questionamento do narrador se isto teria sido percebido, caso a audiodescrição não tivesse sido executada para indicar que, naquele contexto, existe uma pessoa com deficiência. Mais que isso, pergunta aos receptores se, sem a audiodescrição, não teriam pensado que ali apenas estavam presentes pessoas como eles próprios, isto é, pessoas “normais”.

Convida as pessoas, após as possíveis reflexões estimuladas, a continuarem pensando que, mesmo com a presença, naquele contexto, de pessoas com deficiência, todas devem ser percebidas como sujeitos normais. Finaliza com o narrador propagando a ideia de que, ao contrário dos pensamentos culturalmente predominantes, as pessoas são muito mais que suas deficiências. O vídeo, através das mensagens repassadas, possivelmente tenta disseminar a ideia de que deve ser revisto o conceito de normalidade, e, principalmente, o cenário de discriminação e preconceito que, neste caso, serve de base para a construção do enredo do vídeo. Neste conceito de normalidade que precisa ser alterado, são considerados normais apenas àqueles que podem se adaptar, sem dificuldades, ao ambiente construído para atender as necessidades de pessoas que possuem corpos completos, mas não adaptado para atender a todos os indivíduos.

O CULTURAL

Neste vídeo, o conhecimento da possível interpretação social, histórica e cultural que será realizada pelos receptores, em cada cena, é usado como um elemento que colabora na construção do significado pretendido para a sua totalidade. Esta interpretação se dará a partir

do repertório predominante na sociedade, que, embora tenha mudado ao longo dos anos, ainda carrega a discriminação e o preconceito em relação às pessoas com deficiência, considerando-as incapazes de realizar determinadas atividades e, portanto, de estarem totalmente inseridas no ambiente social.

A história mostra que as pessoas com deficiência, em cada época, foram entendidas através de variados modelos de interpretação, e consideradas, entre outras coisas, desde castigos divinos até portadoras de anomalias genéticas. Todos estes fatos, porém, sempre reafirmaram que as deficiências não são naturais aos seres humanos, colocando-as como um problema e um entrave a vida do indivíduo que as possui. A visão disseminada sobre um corpo perfeito ser um corpo capaz de contribuir socialmente, inclui as pessoas com deficiência em categorias de anormalidade, inferioridade e incapacidade, suscitando sempre um julgamento prévio acerca do seu sucesso de inclusão na sociedade.

O modelo atual, denominado modelo social, tenta modificar estas conceituações, mostrando que as pessoas com deficiência não podem ser consideradas desviantes de um padrão, mas detentoras de mais uma das variadas formas de se existir em um corpo. As dificuldades encontradas provêm, na verdade, não de suas características, mas da vivência em um ambiente que não é adaptado a nenhuma de suas necessidades, sendo o meio, e não seu corpo, o ponto limitador.

Em cada passagem, a partir deste conhecimento do público, aposta-se, possivelmente, que os receptores não pensarão na possibilidade de uma pessoa com deficiência realizando as atividades exibidas. Assim sendo, a audiodescrição relata que, naquele grupo, existe uma pessoa possuidora de uma deficiência que, a partir de um entendimento cultural, confronta-se com a atividade em desenvolvimento, não atendendo as expectativas supostamente formuladas. Com a pergunta final, o interlocutor, parecendo saber qual seria a interpretação cultural de cada cena, questiona os receptores se não teriam pensado que todas as pessoas ali presentes poderiam ser iguais a eles, e, neste caso, possivelmente pretende-se passar o sentido “normais”, caso não houvesse a audiodescrição. Utilizando-se dessa interpretação aparentemente esperada, o narrador estimula as pessoas a continuarem pensando da mesma maneira, procurando enfatizar que a premissa de que todos são normais, independente de suas características, deve ser predominante.

Mais que isso, a partir de tal reflexão, o narrador faz a afirmação de que as pessoas são muito mais que suas deficiências, buscando, provavelmente, modificar paradigmas e incentivar a desconstrução dos conceitos culturais vigentes, fomentando uma nova visão, mais igualitária, sobre as pessoas com deficiência. Esta visão, inserida na fala do autor, dissemina o pensamento de que as pessoas com deficiência devem ser tratadas, primeiramente, como sujeitos, diluindo o comportamento habitual de preconceito e discriminação que faz com que a deficiência seja percebida anteriormente a constituição do indivíduo e, muitas vezes, maior que ela.

VÍDEO 02 – PLANO VIVER SEM LIMITE – PRONATEC.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VcvsZkdHAWI>

O ENIGMA

O vídeo trata do aspecto legal que diz respeito ao direito de participação das pessoas com deficiência no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, do Governo Federal, o PRONATEC. Ademais, o vídeo atende a lei que diz respeito ao direito à informação, fornecendo dados acerca dos direitos referentes aos cidadãos, além de atender as leis que garantem a presença de legendas e janela de libras. O possível objetivo da produção é indicar às pessoas com deficiência o direito que têm a vagas no Pronatec, divulgando, por exemplo, informações referentes ao número de vagas ofertadas a este público. Também disponibiliza o site em que se podem buscar mais esclarecimentos, além da menção às instituições SINE (Sistema Nacional de Emprego) e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), locais de atendimento presencial, onde, segundo o vídeo, deve-se recorrer para a busca de maiores explicações.

A AÇÃO

O vídeo contém dois cenários, cada um procurando representar um espaço que tem relação com o conteúdo a ser divulgado. O vídeo é, em grande parte, narrado, tendo as cenas como a ilustração do discurso do narrador. No final, uma das pessoas apresenta uma pequena fala. Há uma música animada de fundo, que combina com o teor do assunto a ser tratado. Há a presença de legendas e janela de libras.

O vídeo começa com uma cena em que alunos estão em um laboratório, acompanhados de um professor. Um dos alunos, com deficiência auditiva, comunica-se com o professor e com outro aluno através da linguagem de sinais e todos os presentes parecem compreender o que ele diz. Em outra cena, aparecem duas pessoas, uma mulher e um deficiente visual acompanhado de um cão-guia. Os dois conversam enquanto caminham por uma rampa de acessibilidade que, de acordo com o contexto, possivelmente está localizada em uma das instituições divulgadas durante o vídeo, o SINE ou o CRAS. Posteriormente, surge na tela uma caixa de texto que indica o site (brasil.gov.br/viversem limite) pronunciado naquele momento da narração, pelo interlocutor.

O vídeo, narrado até aí, foca no rosto do homem que está acompanhado por seu cão guia para enfatizar a qualidade das instituições informadas. Completando a narração do interlocutor, que orienta os receptores a procurarem as instituições divulgadas para mais informações, o homem fala: “Verdade, eles te atendem direitinho”, para dizer que o serviço prestado é eficiente. O vídeo é finalizado com a volta da voz do narrador, e com a imagem de uma criança com síndrome de down, que sorri. Na tela aparece, junto com ela, uma caixa de texto com as informações divulgadas durante o vídeo (“Procure o SINE ou o CRAS ou acesse brasil.gov.br/viversem limite”), além dos logotipos do Plano Viver sem Limite e do Governo Federal.

Áudios: “O Plano Viver sem Limite do Governo Federal oferece/ 150 mil vagas para pessoas com deficiência em cursos do Pronatec./ Inscreva-se pela internet ou procure um posto do SINE ou do CRAS./ Verdade, eles te orientam direitinho./ Viver sem Limite. Governo Federal”.

O SÊMICO

O vídeo, em sua primeira cena, mostra um grupo de alunos frequentando aula em um laboratório. A sala de aula representa uma das possibilidades de vaga oferecidas pelo Pronatec, no ensino técnico. A presença de um dos alunos comunicando-se através de linguagem de sinais, neste vídeo, representa a inserção das pessoas com deficiência neste programa através das 150 mil vagas oferecidas, por direito, por meio do Plano Viver sem Limite. Nesta cena, quando o aluno utiliza a linguagem de sinais, parece ser entendido pelo professor e pelos demais a sua volta, o que representa a possibilidade de inclusão das pessoas com deficiência nestes ambientes, sugerindo que estão preparados e adaptados para recebê-las.

Na outra cena, há a presença de um homem que apresenta deficiência visual e aparece com seu cão-guia, descendo uma rampa e conversando de forma descontraída com uma mulher. Esta rampa, dentro do contexto apresentado no vídeo, localiza-se em uma das instituições descritas. Desta maneira, o espaço por onde caminham é uma rampa de acessibilidade que representa possivelmente a adaptação e a acessibilidade presente em espaços públicos. A maneira como o homem anda com seu cão e a forma alegre e despreocupada que conversa com a mulher, representam a facilidade que encontra em

locomover-se dentro daquele espaço, além de sugerir a existência de ações do Estado para a adaptação do ambiente social e atendimento às leis de acessibilidade para a locomoção.

Ainda nesta cena, quando o homem fala: “Verdade, eles te orientam direitinho”, pode haver a intenção de enfatizar a informação sobre a existência dos pontos de atendimento SINE e CRAS e, mais que isso, pode representar a exaltação de qualidade destes serviços, oferecidos pelo Estado, o que, teoricamente, não deveria acontecer em um vídeo de comunicação pública produzido pelo Governo Federal para divulgação de políticas públicas, que necessita ser apenas informativo e imparcial. O vídeo encerra-se com a imagem de uma criança com síndrome de down, que sorri para a câmera enquanto o narrador diz: “Plano Viver sem Limite, Governo Federal”, o que pode representar a satisfação das pessoas com deficiência com o Plano, e o desenvolvimento de ações e políticas públicas que garantam a inclusão social e os direitos desta parcela da população.

O SIMBÓLICO

O vídeo procura fornecer informações sobre as vagas oferecidas pelo Pronatec às pessoas com deficiência, além de supostamente representar o bom funcionamento do programa através de imagens onde as pessoas com deficiência aparecem usufruindo seus direitos de forma inclusiva e em ambientes acessíveis. Porém, mais que isso, busca sugerir o bom funcionamento da máquina pública através da ênfase dada na qualidade de funcionamento dos pontos de atendimento, pertencentes ao Estado. Neste caso, ultrapassa limites ao fazer uma suposta “propaganda” da boa gestão dos programas oferecidos. Em suas cenas, busca ilustrar as situações que o uso destas vagas pode oferecer, além de procurar apresentar a inclusão oferecida por programas do Governo Federal, neste caso, o Plano Viver sem Limite. Ademais, busca representar a adaptação dos espaços públicos às pessoas com deficiência através das rampas de acessibilidade, além de uma sociedade preparada para recebê-los, com a representação do aluno que se comunica através da linguagem de sinais e é compreendido pelos presentes.

O CULTURAL

A nível cultural, a possível interpretação realizada quando se vê o vídeo, é de que o Estado está cumprindo com a legislação vigente ao oferecer um determinado número de vagas para que as pessoas com deficiência possam estar inseridas em seus programas. Mais que isso, a partir das imagens, busca-se sugerir que estas pessoas, ao utilizarem as vagas, encontrarão

um sistema em perfeito funcionamento, adaptado às suas necessidades e capaz de inclui-las, como é representado pelo aluno que se comunica sem dificuldades através da linguagem de sinais.

Na segunda cena, a provável percepção primeira é a de que o espaço público está adaptado para a livre circulação das pessoas com deficiência, também dando ênfase para a atividade do Estado. Além disso, representa-se o bom funcionamento das instituições públicas através da fala do homem na segunda cena, inserida para evidenciar que, nestes ambientes, o trabalho está sendo feito com qualidade e de maneira correta, o que pode representar uma possível exaltação do Estado e, desta maneira, uma ação incoerente com a essência do vídeo. No final do vídeo, mostra-se a imagem de uma criança com deficiência intelectual, que sorri no momento em que o narrador cita as instituições de Estado responsáveis por aquela ação, buscando ser a representação de satisfação e aprovação das pessoas com deficiência pelas ações executadas pelo poder público para a garantia de seu bem-estar, sua inclusão social e seu reconhecimento.

Promove-se, desta maneira, a imagem de um Estado democrático à medida que concede aos cidadãos a garantia de seus direitos através do efetivo cumprimento de suas leis. Mais que isso, sugere o serviço público como o guardião desses direitos. Funcionamento do serviço público, manutenção de direitos, bem estar social e boa administração são características do Estado que possivelmente podem ser depreendidas da análise cultural do vídeo.

VÍDEO 03 – PLANO VIVER SEM LIMITE – MINHA CASA, MINHA VIDA II.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2M38byJjki>

O ENIGMA

O vídeo trata do programa Minha Casa, Minha vida, do Governo Federal, que concede facilidades para a obtenção da casa própria por famílias de baixa renda. Mais que isso, existe para informar sobre a construção de algumas dessas casas, através do Plano Viver sem Limite, adaptáveis às necessidades das pessoas com deficiência. O vídeo, além de indicar que o Governo Federal cumpre com a concessão de ambientes adaptáveis e acessíveis através de seus programas, cumpre com a função, determinada em lei, de informar ao cidadão sobre seus direitos. Além do recurso audiovisual, o vídeo aparece com legenda e janela de libras.

A AÇÃO

O vídeo apresenta uma só sequência com três planos de imagem, que seguem do ambiente externo para os mais internos. Busca retratar as casas do programa Minha Casa, Minha vida, primeiro em um plano mais amplo, ao longe, exibindo todas as casas em uma visão geral do conjunto habitacional. Depois, foca na apresentação da parte interna do conjunto, começando com a área de convivência e finalizando com a imagem do interior de uma casa e de suas adaptações. O vídeo apresenta uma música de fundo bem sutil e animada, coerente com as imagens expostas e com o possível objetivo do vídeo de divulgar a existência de casas adaptáveis como opção do programa. O vídeo é totalmente narrado, com as imagens servindo de ilustração à fala do interlocutor. Há legenda e janela de libras cumprindo com as regulamentações vigentes para vídeos produzidos pelo Estado.

O primeiro plano de imagens apresenta a visão externa do conjunto habitacional que faz parte do programa de governo Minha casa, Minha vida. É uma imagem que passa pelas casas de forma rápida. Passando para a parte interna do conjunto, em um segundo plano, focaliza-se, primeiramente, a cadeira de rodas do homem que aparecerá em seguida, primeiramente de costas, andando sem dificuldades pelas áreas comuns do conjunto. Logo depois, enquanto exhibe o homem em movimento, a imagem abre-se para uma área de convivência com um parquinho ao fundo, onde crianças brincam.

A câmera então focaliza o rosto do homem, que, ainda em movimento pelos espaços internos do conjunto, aparece sorrindo muito, com uma grande quantidade da luz do sol

incidindo sobre ele. Abre-se a imagem e o homem é visto por inteiro sobre sua cadeira de rodas, caminhando ao lado de uma garota com quem conversa. Ao fundo está a imagem interna do conjunto habitacional e algumas pessoas aparecem caminhando pelo espaço. A câmera focaliza novamente a cadeira de rodas, dando ênfase para a mão do homem, que movimenta a cadeira.

Neste momento o homem encontra-se no terceiro plano de imagem, que se localiza no interior da casa. O homem transita pelo ambiente sem dificuldades com a cadeira de rodas. O homem aparece de costas e vai até um último cômodo, onde está localizada uma barra de acessibilidade. Para finalizar, foca-se a barra e a mão do homem que a segura, voltando para seu rosto, que exibe um sorriso. O encerramento do vídeo apresenta a imagem padrão dos vídeos de divulgação do Plano, com uma criança com síndrome de down, que sorri. Na tela aparece, junto com ela, uma caixa de texto com as informações divulgadas durante o vídeo (“Procure uma agência Banco do Brasil ou acesse brasil.gov.br/viversem limite”), além dos logotipos do Plano Viver sem Limite e do Governo Federal.

Áudios: Com o Plano Viver sem Limite do Governo Federal/ o Minha Casa, Minha vida oferece moradias adaptáveis/ às necessidades das pessoas com deficiência./ Informe-se nas agências da Caixa./ Viver sem Limite, Governo Federal.

O SÊMICO

O vídeo começa mostrando a imagem de todas as casas construídas através do programa Minha Casa, Minha vida, o que pode simbolizar a eficácia do Estado na execução de seu programa. Posteriormente, foca-se na parte interna do conjunto habitacional e na cadeira de rodas do homem que aparece em seguida, representando o assunto a ser tratado no vídeo. O homem, protagonista, primeiramente filmado de costas, aparece conduzindo sua cadeira com muita facilidade pelos caminhos construídos no local, o que pode representar a acessibilidade e facilidade de acesso e locomoção presentes no conjunto habitacional. À sua frente aparece um parquinho e, antes que seu rosto seja focado, filma-se uma criança que brinca com uma bola. Este fragmento pode sugerir os benefícios que o conjunto habitacional oferece, com áreas de convivência que propiciam espaços para que crianças divirtam-se tranquilamente e em segurança. Pode representar, mais que isso, a comunidade formada dentro desse conjunto, refletindo a harmonia do lugar.

Depois desse momento, foca-se o rosto do homem que conduz a cadeira de rodas, que aparece com um grande sorriso no rosto, e a luz do sol que brilha fortemente às suas costas. O sorriso em seu rosto pode representar a grande satisfação e alegria que sente em poder, primeiramente, ter acesso à sua casa própria, possibilidade oferecida pelo Governo Federal. Implicitamente, o sorriso também pode transmitir a efetividade e a qualidade do programa e a boa gestão e administração do governo em questão. Esta alegria pode simbolizar, ainda, seu contentamento em saber que a casa está localizada em um bom ambiente, como exposto anteriormente. Além disso, satisfação por poder locomover-se com facilidade dentro das áreas do conjunto, que parece estar adaptado para sua acessibilidade e, mais que isso, saber que a casa em que mora é adaptada às suas necessidades específicas como uma pessoa com deficiência.

No enfoque seguinte o homem surge de frente e sua imagem é colocada por completo, caminhando juntamente com uma menina, o que pode representar sua socialização e aceitação dentro daquele espaço. Como plano de fundo há um panorama da parte interna com apenas um grupo de pessoas, o que pode sinalizar a suposta tranquilidade daquele ambiente. No momento em que o homem está já dentro da casa, mais uma vez destaca-se a cadeira de rodas, antes de exibi-lo caminhando dentro do ambiente com facilidade. A possível ideia desta cena é a de relembrar a condição de pessoa com deficiência, para quem o vídeo se destina, e expor, logo depois, a facilidade encontrada por ela para transitar dentro de sua própria casa, um ambiente adaptado graças à ação do programa de governo Minha casa, Minha vida.

O homem passa pelos ambientes sem nenhuma dificuldade e chega a um cômodo onde há uma barra em que ele segura, recebendo o enfoque da câmera e representando, de fato, a adaptação e a acessibilidade encontrada na casa. O vídeo termina com o homem segurando na barra e mais uma vez sorrindo, o que pode sugerir seu contentamento com a possibilidade de ter uma casa adaptada. Mais que isso, as imagens possivelmente sinalizam a qualidade do programa oferecido pelo Estado, além de supostamente representar o contentamento de milhares de brasileiros que se encontram na mesma situação. Para encerrar, aparece a imagem final da campanha, a caixa de texto com as informações relativas ao vídeo e com o narrador terminando sua fala com “Plano Viver sem Limite, Governo Federal”, dando o crédito, mais uma vez, ao Plano e as ações que estão sendo executadas pelo governo em relação às pessoas com deficiência.

O SIMBÓLICO

Neste vídeo busca-se representar, a partir de todas as sequências de imagens, um dos benefícios concedidos pelo Plano Viver sem Limite, do Governo Federal, que garante a existência de casas adaptáveis as necessidades das pessoas com deficiência dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. Assim sendo, pode-se sugerir, a partir da produção analisada, que expõe a facilidade de acesso do personagem ao caminhar pelo conjunto habitacional, e sua expressão de contentamento em encontrar-se em um ambiente adaptado, o resultado satisfatório das ações do Plano e o cumprimento, por parte do Estado, da legislação vigente. Pode representar, ainda, a imagem de uma boa gestão governamental e a qualidade dos programas oferecidos, através do personagem que possivelmente sinaliza a aprovação de todos os cidadãos que poderão usufruir deste direito.

O CULTURAL

O programa Minha Casa, Minha Vida atende aos brasileiros através da facilitação de acesso à casa própria, desfrutando de visibilidade e aceitação entre parte da população. Porém, neste vídeo, o foco do acesso é a parcela da população que possui deficiência, quando se anuncia que o programa, além de dar acesso às casas, também oferece casas adaptáveis às necessidades específicas daquele grupo. Desta maneira, ao ver as imagens, a interpretação que pode ser depreendida é a da qualidade do programa e de sua abrangência, ao atender também a população com deficiência. Possivelmente, sugestiona-se através do vídeo, que os direitos em relação às pessoas com deficiência estão sendo cumpridos pelo Estado, e a parcela atendida parece satisfeita em poder usufruí-los.

Além desta representação de qualidade e eficiência, outra visão que pode ser estudada é a interpretação de que o Estado, mais que bom gestor e democrático em suas ações, pode ser visto pela população que carrega os estigmas disseminados pela produção midiática, como um Estado benfeitor, que realiza programas sociais, preocupa-se com o bem-estar social e faz um ato de benevolência para as pessoas com deficiência. A alegria do protagonista, que apresenta deficiência física e locomove-se por meio de cadeira de rodas com muita facilidade dentro do conjunto habitacional, pode ser a ilustração desta significação. Esta alegria pode ser vista como a representação da conquista de um sonho, que, de acordo com esta interpretação, só foi possível graças às boas práticas e a preocupação do Governo Federal.

Esta leitura que vê o Estado ultrapassando sua função de promotor de direitos, e entrando na esfera de benfeitor social, é uma interpretação que pode surgir em grande parte da população em decorrência de uma visão culturalmente disseminada através da história e da mídia. Segundo Silva (2006), esta visão prega um sentimento de piedade e benevolência em relação às pessoas com deficiência, e acredita que elas enfrentam dificuldades de vida em virtude de suas condições. Em consequência disso, ao ver o Estado dando especial atenção às pessoas com deficiência, pode surgir a leitura de que aquela ação representa caridade, e não um cumprimento de direitos. Embora esta seja uma leitura possível, a ideia de um Estado democrático, onde os direitos são sustentados legalmente, não é coerente com a ideia de caridade como motor de mudanças sociais.

Há, também, possível preocupação em mostrar a qualidade do conjunto habitacional, que é significada através da organização interna, representada pelas imagens de um grande espaço limpo, tranquilo e confortável. Os supostos benefícios do conjunto habitacional são ilustrados através das áreas de convivência e da segurança, repassada ao público, por exemplo, ao se colocar as crianças brincando em um parque. O vídeo, em sua totalidade, divulga os direitos das pessoas com deficiência em obter casas adaptáveis a partir do Plano Viver sem Limite, mas, além disso, expõe o programa de governo pelo qual isso é possível, o Minha casa, Minha vida, sugerindo sua qualidade.

VÍDEO 04 – PLANO VIVER SEM LIMITE – CRÉDITO ACESSIBILIDADE.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oO7yhUiMsPQ>

O ENIGMA

Nesta sequência, o tema abordado é o Crédito Acessibilidade, política pública que concede crédito às pessoas com deficiência a fim de que possam comprar os equipamentos assistivos necessários para sua vivência em sociedade. O vídeo informa sobre a possibilidade de financiamento, os baixos juros que incidem sobre este tipo de compra e a alternativa de que o prazo de pagamento seja de até cinco anos, no Banco do Brasil.

O vídeo, também pertencente ao Plano Viver sem Limite, informa aos cidadãos sobre seus direitos através da narração e de imagens que exibem pessoas escolhendo e usando seus equipamentos de forma satisfatória. Repassa, para isso, dados necessários para que o público alvo possa tomar conhecimento desta possibilidade e do que pode ser oferecido pela lei. Além disso, dá orientações para que mais esclarecimentos possam ser buscados além daquele vídeo, tornando viável o real acesso àquela ação.

A AÇÃO

O vídeo apresenta dois cenários principais onde se desenrolam as ações. A música de fundo, bem baixa e tranquila, serve para dar ritmo à sequência de cenas, dando um ar de possível alegria e felicidade às imagens. O vídeo, em grande parte, é apenas narrado, apresentando a fala de um dos personagens só nos últimos momentos. Há a presença de legendas e de janela de libras em todo o vídeo, que, além disso, apresenta durante as cenas, duas caixas de texto com informações adicionais, sendo, uma delas, a caixa de texto que aparece na imagem padrão final do Plano Viver sem Limite.

A primeira cena mostra uma loja com equipamentos utilizados para pessoas com deficiência. Inicialmente, nesta loja, um homem aparece ao lado de uma mulher, ambos cadeirantes, perto de uma cadeira de rodas, e conversam sobre o produto. Depois, um homem é focado com uma muleta nas mãos, avaliando-a, e parecendo satisfeito com o que vê. Em seguida, uma mulher com deficiência visual é exibida analisando uma bengala para deficientes visuais e sorrindo, possivelmente satisfeita com o produto em suas mãos. Enquanto isso, surge na tela uma caixa de texto que, como complemento à narração do vídeo, expõe os valores em questão. O texto é o seguinte: “Crédito Acessibilidade: a partir de R\$ 70

e juros de até 0,64% ao mês”. Esta caixa de texto permanece na tela ainda durante a próxima cena.

Na próxima cena, há um grupo de amigos caminhando por um parque e conversando. Um deles é o homem que aparece no início do vídeo na loja, avaliando a cadeira de rodas e, nesta cena, presume-se que a cadeira que ele está utilizando tenha sido adquirida na loja, através do financiamento. Neste grupo também há um homem que empurra sua bicicleta e mais duas mulheres, uma possivelmente com deficiência visual. A câmera, então, focaliza as rodas da cadeira e as mãos do homem que a movimenta. A imagem aproxima-se das pessoas enquanto o homem começa a falar, passando primeiramente pelo rosto da mulher que sorri e olha para ele em sentido de aprovação. O homem diz: “Foi isso que eu fiz, fui ao banco e peguei o financiamento.” Neste momento, a imagem é novamente focalizada em seu rosto, finalizando a sequência.

Para encerrar o vídeo, exibe-se a imagem padrão do Plano Viver sem Limite, a menina com síndrome de down que sorri, acompanhada da caixa de texto referente às informações do vídeo e com os logotipos do Plano e do Governo Federal. O narrador finaliza sua fala com: “Viver sem limite, Governo Federal” e na caixa de texto: “Procure uma agência do Banco do Brasil ou acesse: brasil.gov.br/viversem limite”.

Áudios: Com o Plano Viver sem Limite, do Governo Federal/ as pessoas com deficiência podem financiar no Banco do Brasil/ equipamentos com juros baixos e até cinco anos pra pagar./ Foi isso que eu fiz, fui ao banco e peguei o financiamento./ Viver sem Limite, Governo Federal.

O SÊMICO

A primeira sequência de cena desenrola-se exibindo algumas pessoas dentro de uma loja de equipamentos para pessoas com deficiência, onde avaliam os produtos para uma possível compra. Com estas imagens, primeiramente, sugere-se a possibilidade de compra desses acessórios em decorrência do crédito e das facilidades oferecidas pelo programa de governo, através do Plano Viver sem Limite. As primeiras pessoas que surgem na imagem aparecem apenas conversando sobre a cadeira de rodas, representando a ação da compra. O próximo a aparecer também está avaliando um produto para a compra, mas, desta vez, a imagem de seu rosto aparece nítida com um sorriso enquanto olha para as muletas, o que pode indicar a satisfação pela possibilidade de adquirir aquele produto através dos créditos

oferecidos pelo Plano. Por último, a mulher que apresenta deficiência visual e que está avaliando a bengala também sorri, com a aparente expressão de contentamento com o ato a ser realizado.

Na próxima sequência, em que os amigos conversam em um parque, o homem que antes estava na loja avaliando a cadeira de rodas, agora aparece caminhando sobre ela, o que representa a real efetivação do ato de compra exibido no início do vídeo. Pode também sugerir que os créditos oferecidos pelo Plano, de fato, ajudam às pessoas com deficiência a adquirirem os acessórios assistivos de maneira mais facilitada. Por meio das imagens e da fala deste homem, que diz ter ido ao banco pegar o financiamento, reafirma-se a possibilidade de compra, além de sinalizar a simplicidade para que isto aconteça, por meio das imagens do personagem adquirindo a cadeira e aparentando facilidade na obtenção do crédito.

Além disso, em cada cena, através da felicidade aparente no rosto das pessoas que avaliam os objetos na loja, e a possível efetivação da compra da cadeira de rodas, feita através do financiamento Crédito Acessibilidade, do Plano Viver sem Limite, busca-se, supostamente, representar a imagem de um Estado viabilizador de direitos para pessoas com deficiência, além de bem-estar social, ao facilitar a inclusão deste grupo e sua acessibilidade a partir de medidas que viabilizam a compra dos equipamentos.

O SIMBÓLICO

O vídeo pode representar, em sua totalidade, a divulgação de direitos concedidos às pessoas com deficiência através das políticas públicas do Plano Viver sem Limite. Neste sentido, cumpre com o dever legal de, além de atender aos cidadãos, informa-los sobre os seus direitos. Faz com que as pessoas tomem conhecimento desse tipo de facilidade para obtenção de crédito e, mais que isso, atingindo outro nível de significação, possam ver, naquele ato, a possibilidade de acesso a seus instrumentos, o que pode representar uma mudança de vida. O Estado aparece como o promotor dessas ações, e, portanto, sugere-se que é cumpridor de direitos, e engajado com os seus cidadãos ao realizar ações democráticas que atinjam as necessidades de todas as pessoas e suas especificidades.

O CULTURAL

Culturalmente, o vídeo possivelmente busca representar a imagem de um Estado cumpridor de direitos, evidenciando a aparente eficácia de suas políticas públicas e a satisfação da parcela da população atendida por elas. Por meio de imagens que apresentam pessoas com deficiência em uma loja escolhendo seus equipamentos de auxílio e, em seus rostos, veem-se expressões de contentamento, pode existir a geração de associações positivas em relação ao programa e ao governo em questão, que está promovendo o Crédito Acessibilidade.

O vídeo pode passar a ideia de um Estado que está engajado com a população, à medida que concede às pessoas com deficiência, histórica e culturalmente excluídas e deixadas à margem da sociedade, o direito de ter seus equipamentos através da concessão de crédito. Mesmo que este seja um dever do Estado, que, não consegue atender a todos, e, principalmente, às pessoas com deficiência, que experimentam cenários de inacessibilidade e falta de inclusão social, o vídeo é capaz de trazer uma visão positiva sobre as ações realizadas em prol desta causa, podendo aumentar a visibilidade e melhorar a imagem do governo.

Neste vídeo, por estas razões, ainda pode existir a leitura de que o Estado representa um benfeitor social, promovendo ações que poderiam ser vistas como certo tipo de benevolência para com este grupo. Esta interpretação poderia ocorrer em virtude de grande parte da população estar guiada pelos pensamentos repassados através da mídia, que, segundo Silva (2006), coloca os deficientes em uma posição de incapacidade, não podendo lidar com os desafios da vida cotidiana. Neste sentido, quando o governo aparece atendendo esta parcela, existe a possibilidade de uma leitura que vê aquela ação como auxílio, e não um cumprimento de dever de Estado. Embora esta leitura seja possível em consequência das ideias midiaticamente disseminadas, a visão de um Estado democrático de direitos não é coerente com a visão da caridade servindo como resolução de problemas sociais.

VÍDEO 05 – PLANO VIVER SEM LIMITE – PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - VÍDEO INSTITUCIONAL.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BDKW3JrkC9E>

O ENIGMA

O vídeo enfoca, de maneira geral, as pessoas com deficiência e seus direitos, mostrando suas capacidades de realização e enfatizando que a deficiência não é motivo para impedimentos. Ressalta que, para que essa inclusão aconteça e para que haja uma sociedade mais democrática, que atende às especificidades de seus cidadãos como forma de garantir o bem-estar social, o governo precisa cumprir com seus deveres ao promover a acessibilidade nos mais diversos espaços, a fim de possibilitar a inserção e integração desse grupo, e, com isso, viabilizar a realização de todos os tipos de atividade.

Convida o receptor a pensar sobre como as adequações necessárias podem possibilitar a convivência social das pessoas com deficiência através da adaptação de espaços públicos, sobre como o desenvolvimento e o acesso à educação poderia ser feito através de mais escolas acessíveis, sobre como haveria maior inclusão e participação caso não houvesse preconceito e sobre como a eliminação de barreiras, sejam elas físicas, comunicacionais ou culturais fariam com que todas as pessoas com deficiência tivessem mais oportunidades. Isto é, sobre como este grupo estaria incluído e viveria sem tantos obstáculos e dificuldades caso o ambiente social fosse adaptado às suas necessidades.

O vídeo fala sobre o crescimento experimentado pelo país nos últimos anos, o que o fez um país mais igualitário, porém, sobre o longo caminho para que se torne mais justo, atendendo aos direitos de milhares de brasileiros. Coloca em pauta um importante questionamento, mostrando que a deficiência não é o fator limitador do exercício da cidadania, mas sim a sociedade que não está preparada para receber os seus mais diversos tipos de cidadãos, possibilitando recursos necessários à plena execução de direitos. Palavras como inclusão e autonomia são colocadas em destaque, levando à reflexão sobre seus significados e sobre o direito dos cidadãos de estarem incluídos no todo social, podendo viver sem dificuldades em um ambiente que atende às suas necessidades, com um Estado que cumpre com seus deveres e oferece aos cidadãos a garantia de seus direitos.

Concluindo, o vídeo expõe direitos das pessoas com deficiência e versa sobre como as novas tecnologias podem representar grandes aliados na eliminação de barreiras que impedem a execução de muitas atividades. Enfatiza que, para isso, sociedade e Estado precisam fazer a sua parte e, como importante passo para que isso aconteça, deve haver o planejamento de políticas públicas integradas. Este planejamento, de acordo com o vídeo, deve possibilitar a efetiva participação das pessoas com deficiência no desenvolvimento do país, a fim de proporcionar a construção de um país mais justo, igualitário, acessível e inclusivo para todos os seus cidadãos.

A AÇÃO

O vídeo conta com a presença de quatro atores principais, cada um com um tipo de deficiência específica. Aparecem em diversos espaços, dialogando com os receptores e produzindo a sequência determinada. Durante o vídeo, há a presença de legendas, janela de libras, audiodescrição quando não há nenhuma fala e intérprete para quando uma das atrizes utiliza a linguagem de sinais. Há uma música calma de fundo que aparece em determinadas partes do vídeo, dando ritmo e emoção a algumas sequências.

O vídeo começa sendo audiodescrito. Primeiramente, o conjunto habitacional é exibido de cima e então aparece uma mulher com deficiência física circulando em uma cadeira de rodas através de um caminho acessível entre duas vagas reservadas, que também é focado de cima. Pessoas circulam ao fundo das imagens. A câmera mostra a mulher de frente, de corpo inteiro enquanto ela se aproxima e começa a falar: “Meu nome é Juliana Oliveira e a minha deficiência não me impede de ser apresentadora”. A janela de libras aparece nos momentos de sua fala. A câmera então foca a atriz de lado, caminhando com a cadeira em espaços acessíveis enquanto fala: “Você já imaginou como a adequação de espaços pode ajudar muitos brasileiros a também ir mais longe e fazer coisas simples do dia a dia?”. A fala acaba com seu rosto focalizado na tela em uma expressão alegre.

Em seguida, focaliza-se o pátio de uma escola onde alguns grupos de alunos aparecem conversando. A câmera aproxima-se de um grupo específico e revela a presença de um menino com deficiência visual. A cena é audiodescrita pelo narrador e este fato é sinalizado. O sinal toca e os alunos se movimentam para entrar na sala. Um dos meninos do grupo ajuda o rapaz com deficiência, conduzindo-o. O narrador sinaliza que o vídeo transferiu-se para dentro de uma sala de aula enquanto a imagem focaliza nas mãos de alguém utilizando uma

máquina de datilografia braile. A professora aparece em seguida em frente ao quadro negro ditando algumas letras. Uma pessoa aparece escrevendo com caneta em uma folha e em seguida, o garoto com deficiência visual apresentado anteriormente aparece escrevendo em sua máquina. A audiodescrição narra essa passagem. O menino então começa a falar voltado para a câmera, enquanto todos os outros alunos da sala voltam-se para olhar para ele. Fala: “Eu sou o Gabrielzinho do Irajá, e ser cego não me impede de estudar e ser compositor.” Segue com o questionamento pretendido: “Você já pensou que com escolas mais acessíveis e melhor estruturadas, muitos jovens, assim como eu, poderiam também desenvolver suas vocações?”.

O vídeo passa agora para dentro de um estúdio de televisão onde um homem está trabalhando com a sua câmera. Esta parte é audiodescrita e uma mulher entra por uma das portas, acena para o homem enquanto passa pela sala, e sai. A voz desta mulher aparece de fundo nessa cena, acompanhada de legenda. A imagem dela, uma mulher com síndrome de down, é focalizada a seguir, falando para a câmera. Ela diz: “Meu nome é Fernanda Honorato. A minha deficiência não me impede de ser repórter. Você já pensou que, sem preconceito, mais pessoas como eu, teriam a oportunidade de mostrar a cara dentro do mercado de trabalho?”.

A sequência passa para outro ambiente, onde uma mulher está maquiando e penteando outra mulher em um camarim. Várias fases da maquiagem são mostradas rapidamente e ela é finalizada com a câmera focalizando a imagem das mulheres no espelho, com um olhar de aprovação. A audiodescrição anuncia que a próxima cena será feita com a voz de intérprete. Exibe-se então, em frente ao espelho do camarim, a mulher que estava sendo maquiada, que apresenta deficiência auditiva, falando em linguagem de sinais. Enquanto a mulher gesticula, a voz da intérprete fala: “Eu sou Vanessa Vidal, este é o meu sinal. Sou surda e isso não me impede de ser modelo. Você já pensou que ter uma convivência social sem barreiras pode fazer com que muitos brasileiros como eu tenham mais oportunidades?”. A sinalização em libras da atriz estende-se por mais tempo que a voz da intérprete, e este fato é avisado pela voz da audiodescrição.

Na próxima sequência, a primeira atriz, Juliana, que possui deficiência física, volta a aparecer e a câmera mostra apenas seu rosto. Percebe-se que ela está em movimento com sua cadeira de rodas ainda pelo conjunto habitacional enquanto diz: “Nos últimos anos, o Brasil diminuiu as desigualdades, e tornou-se um país mais justo”. Neste momento, aparecem duas

crianças andando de bicicleta. As crianças saem de foco enquanto as rodas da cadeira de Juliana são exibidas, e, logo depois, o rosto da atriz em cena. No decorrer dessas imagens, a atriz tem a seguinte fala: “Mais de 67 milhões de brasileiros ascenderam socialmente e hoje conseguem realizar seus sonhos como: carteira assinada, diploma técnico ou universitário e casa própria”.

A imagem transfere-se para dentro de um estúdio fotográfico onde a atriz Vanessa volta a aparecer, fazendo um ensaio fotográfico. Um refletor de luz é exibido e novamente Vanessa é focada, fazendo algumas poses enquanto a cena é audiodescrita. Vanessa fala para a câmera através de linguagem de sinais e suas palavras serão reproduzidas por intérprete. Complementando o discurso feito na cena anterior, que fala sobre o crescimento experimentado pelo país, Vanessa diz: “Mas, para o Brasil ser realmente um país mais justo para todos, uma quantidade significativa de brasileiros também deve ter seus direitos assegurados”. Vanessa segue sinalizando e isso é anunciado pelo narrador que já antecipa os acontecimentos da próxima cena.

Nesta cena, Fernanda, que possui deficiência intelectual, encontra-se em uma mesa com mais pessoas que conversam em uma redação de tv, como anunciado pelo narrador. Sua voz aparece de fundo e logo depois focaliza-se a atriz falando para a câmera: “Somos mais de 190 milhões de pessoas no Brasil. E 45 milhões de brasileiros e brasileiras que são pessoas com deficiência, como eu.” Neste momento, Fernanda aponta para si mesma.

Gabriel então aparece junto com seu amigo, que o guia, caminhando através do corredor da escola e aproximando-se da câmera. Seu amigo olha em sua direção enquanto ele fala: “O interessante é que não é a deficiência que nos impede de exercer nossa cidadania, e, sim, a dificuldade que sociedade tem de eliminar barreiras e garantir o pleno exercício de direitos”. Enquanto fala e caminha em direção à câmera, apenas seu rosto vai sendo focalizado, agora, em uma posição mais frontal. No último período, a câmera volta aos dois personagens, em posição lateral, e o ator conclui sua fala.

A partir daqui, aparecem uma série de sequências rápidas narradas pela audiodescrição. Juliana, com sua cadeira de rodas, aparece andando sobre uma calçada e, à medida que passa, surge escrito na imagem a palavra autonomia. Logo depois, a câmera exhibe Gabriel, na escola, lendo em braile a palavra autonomia, que está escrita em uma folha em branco colada na parede. Fernanda aparece lendo a palavra autonomia em um monitor dentro

do estúdio de tevê e depois sorri para a câmera. Vanessa aparece fotografando com uma camiseta branca onde se lê a palavra autonomia e a atriz aponta para a palavra. Fecha-se a imagem apenas em Vanessa, que começa a sinalizar e ter suas palavras traduzidas pela intérprete. Ela fala: “Você já percebeu que a palavra-chave aqui é AUTONOMIA. Este é o sinal de AUTONOMIA”. A atriz, então, executa o sinal. Continua: “Todos nós, pessoas com ou sem deficiência, precisamos dela (autonomia) para viver plenamente. Isso é uma necessidade comum”.

A cena transfere-se para o conjunto habitacional onde Juliana, de frente para a câmera, fala novamente: “Hoje não é a limitação individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras que ainda existem ao nosso redor, no transporte, nos espaços, na informação, na comunicação, nos serviços e na convivência social”. Quando a atriz fala a palavra barreiras, algumas escadas são mostradas no vídeo. A imagem então abre-se, mostrando Juliana de corpo todo, em frente a uma casa, enquanto ela diz: “Em espaços acessíveis como este, é possível exercer melhor a nossa cidadania”. Aponta para o espaço ao falar “como este” e termina sua frase sorrindo, enquanto se vira para entrar na casa. A audiodescrição descreve a cena seguinte. Juliana entra na casa, onde uma família encontra-se na sala de estar. Na sala, está presente a mãe, o pai que carrega um bebê e uma menina que faz uso de cadeira de rodas. Juliana entra e cumprimenta a família.

Neste momento, aparece uma imagem dividida em quatro quadrantes. Em cada um deles, aparece um dos quatro atores. Nos três primeiros, cada um deles, sendo primeiro Gabriel, depois Juliana e em seguida Fernanda, segura uma das sílabas, escritas em folha branca, da palavra inclusão. No último quadrante está Vanessa, que, depois que a audiodescrição termina de narrar o que acontece nos últimos quadrantes, faz o sinal de inclusão em libras.

A seguir, mais uma tela com quatro quadrantes. No primeiro, Gabriel aparece interagindo com seus amigos em sala de aula. No segundo, ele aparece de frente para a câmera junto a sua máquina de datilografia braile e realiza a fala da sequência. No terceiro quadrante, Gabriel aparece juntamente com a professora em frente ao quadro negro. No quarto, apresenta-se a janela de libras. Gabriel fala: “Toda criança e jovem com deficiência têm que frequentar a escola. Mas não é só isso”.

Abre-se mais uma tela com quatro quadrantes e quem falará nesse vídeo será Vanessa, através da linguagem de sinais e da voz da sua intérprete. No primeiro quadrante Vanessa aparece junto ao fotógrafo, olhando para a câmera e analisando as fotos tiradas. No segundo, Vanessa está de frente para a câmera e fala através de libras. No terceiro, há uma mesa onde uma mulher, em frente a um computador, conversa com um senhor, que, depois, aparece sendo atendido em um balcão por um homem, que o explica algo. No quarto quadrante, pessoas são mostradas aproximando-se de uma Unidade de Pronto Atendimento. Vanessa diz: “Todas as pessoas necessitam de atenção à sua saúde. Seja para prevenir ou reabilitar deficiências”.

Na próxima imagem, quem fala é Fernanda. No primeiro quadrante, aparece a sala de redação de tevê, já vista anteriormente. No segundo, Fernanda fala para a câmera, dentro do estúdio. No terceiro, Fernanda conversa com mais uma mulher na mesma sala da redação. No quarto quadrante, reproduz-se a janela de libras. Fernanda diz: “As pessoas com deficiência, têm direito, como todo mundo, a oportunidades”. Na próxima cena aparece Juliana, que fala de frente para a câmera, tendo esta imagem localizada no segundo quadrante. No primeiro e no terceiro quadrante, Juliana aparece junto à família do conjunto habitacional, exibida nas cenas anteriores. O último quadrante é usado como janela de libras. Juliana fala: “Os espaços acessíveis são importantes para a convivência de todos”.

Na próxima cena, Gabriel aparece em uma sala de computação, digitando o final da palavra tecnologia no computador, que está sendo soletrada por uma mulher. Ao finalizar, o computador diz: “novas tecnologias”. Gabriel então diz, agora voltado para a câmera: “Hoje, as novas tecnologias ajudam as pessoas com deficiência a superar muitas barreiras”. A câmera foca, então, a tela do computador, onde está escrito “Edivox”, o nome do programa usado por Gabriel. Ele então conclui: “Mas, para diminuí-las de fato, também é preciso que a sociedade e os governos façam a sua parte”.

Juliana, em seguida, aparece em um espaço externo do conjunto habitacional, falando para a câmera: “Para isso, um passo importante é o planejamento de políticas públicas integradas, que possibilitem a efetiva participação da pessoa com deficiência no desenvolvimento do país. Isso inclui a mim, que sou uma pessoa com deficiência física...”. Gabriel aparece e diz: “A mim, que sou uma pessoa com deficiência visual...”. Fernanda, em seguida, na redação: “A mim, que sou uma pessoa com deficiência intelectual...”. Por último, Vanessa, no estúdio fotográfico, em libras e com voz de intérprete: “A mim, que sou uma

pessoa surda... E a todos os brasileiros que contarão com um país mais preparado para atender às suas necessidades”. Novamente Fernanda, que segue com o texto: “Um país que garante direitos, que é acessível, que leva mais educação e saúde para toda a população”.

Para finalizar, Gabriel aparece sentado no pátio da escola, com muitos alunos ao fundo e conclui: “É esse o Brasil que devemos construir”. A voz da pessoa que grava o vídeo diz: “Valeu, Gabrielzinho, encerramos por aqui. Tá ótimo”. E Gabriel ainda diz: “Então, pra finalizar, eu vou cantar uma música de minha autoria”. Gabriel, então, começa a cantar e acompanha o ritmo da música com as mãos: “A minha calma/ Vem da doçura da alma/Traz uma paz infinita”. Enquanto ele diz a última frase, a tela vai ficando branca e sua imagem vai sumindo, até que esteja completamente branca e com o logo do Plano “Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência”, enquanto a voz de Gabrielzinho ainda ecoa. O narrador diz que o logo do plano está aparecendo na tela e, logo depois, narra o que aparece em seguida: Governo Federal. Brasil. País Rico é país sem pobreza.

O SÊMICO

O vídeo divide-se em quatro ambientes e, em cada um deles, há uma pessoa diferente, representando um tipo de deficiência. Estas pessoas, embora no vídeo estejam interpretando e fazendo parte de uma representação, são, de fato, pessoas com deficiência. Os espaços e as atividades escolhidas procuram representar a inserção social e a adaptação, trazendo a ideia de possibilidade e capacidade em realizar quaisquer tipos de ações, não sendo a deficiência um fator impeditivo. Além disso, estas pessoas protagonizam o vídeo e antes de qualquer coisa, apresentam-se pelo nome, colocando-se no papel de sujeitos sociais, autônomos e cidadãos, indicando que, mais que suas deficiências, são pessoas com direitos e deveres, e devem ser tratadas como tal, contrariando o pensamento histórico e cultural que geralmente acaba por reconhecer a deficiência como fator determinante do sujeito, isto é, maior que ele próprio. Mais que isso, ao aparecerem realizando suas determinadas profissões e atividades, e afirmarem que a deficiência não os impede de praticá-las, buscam colocar-se como capazes de exercer qualquer tipo de atividade social, quebrando estereótipos de incapacidade e reforçando a necessidade de inclusão e extinção do preconceito.

Juliana, em sua primeira sequência, aparece caminhando sobre a cadeira de rodas dentro de um conjunto habitacional. Um caminho acessível é evidenciado, além das duas vagas reservadas para deficientes pintadas no chão. As imagens remetem a um ambiente

adaptado para receber às pessoas com deficiência, evidenciado pela facilidade de deslocamento da atriz, da existência de espaços acessíveis e vagas reservadas. Além disso, o discurso de Juliana versa sobre como a adequação de espaços poderia ajudar milhares de brasileiros a “irem mais longe”, podendo, desta maneira, realizar atividades simples do dia a dia. O ir mais longe, neste caso, é uma figura de linguagem que remete não só a realização dessas atividades corriqueiras, podendo realmente alcançar maiores distâncias por conta da acessibilidade, mas a obtenção de direitos, a conquista de inclusão social plena e o fim do preconceito, podendo ser vistos também como sujeitos, com igualdade e sem discriminação.

Gabriel, em sua cena, aparece primeiramente no pátio de uma escola junto a um grupo de amigos, sendo ajudado por um deles quando está dirigindo-se para a sala de aula. Este fato pode representar a aceitação da pessoa com deficiência dentro daquele espaço. Este fato pode tentar representar a integração, a inclusão e a ausência de preconceito, ao exibir Gabriel entre os amigos em uma relação harmônica, sem discriminação. Quando o ambiente da sala de aula é exibido, foca-se na máquina de datilografia e depois na professora que está ditando as letras das palavras. Apresenta-se, nesta passagem, a adaptação da escola às necessidades das pessoas com deficiência. Embora esta imagem busque simbolizar a possibilidade de acesso à educação por meio da adaptação e inclusão, em seu discurso, Gabriel deixa claro que aquela representação ainda não é uma realidade, mas um modelo a ser seguido para que mais pessoas possam ter acesso a escolas adaptadas e, com isso, desenvolver suas habilidades. No momento em que Gabrielzinho começa a falar, todos os alunos da sala voltam-se para ele, podendo representar a atenção que se deve conceder às demandas de adaptação para acessibilidade das pessoas com deficiência, neste caso, a construção de mais escolas acessíveis.

Fernanda entra em cena passando por uma sala onde se encontra um homem que manipula uma câmera. Ela passa e acena para ele, entrando em outra sala. A audiodescrição informa que a atriz tem síndrome de down. Nesta passagem, antes mesmo de se anunciar que Fernanda é repórter, há a representação da facilidade com que a atriz, já anunciada com síndrome de down, transita por aqueles espaços e está integrada às pessoas no ambiente de trabalho, fato supostamente representado por meio do aceno entre ela e o homem que está na sala.

A sala com câmera e vários equipamentos serve para antecipar o ambiente do estúdio de tevê, local de trabalho de Fernanda, e que será exibido a seguir quando ela menciona que é repórter. Em seu discurso, Fernanda fala sobre o preconceito e como sua diminuição faria

com que mais brasileiros, como ela, pudessem “mostrar a cara” no mercado de trabalho. “Mostrar a cara”, neste caso, pode ser entendido como uma alusão à participação, à inclusão livre de discriminação e sustentada por direitos, fazendo com estes cidadãos sintam-se estimulados a entrar no mercado de trabalho e recebam o suporte para isso, isto é, uma sociedade adaptada às suas necessidades.

Na aparição de Vanessa, a cena exhibe primeiramente a atriz em um camarim, sendo maquiada e penteada. A audiodescrição, de início, não fala sobre a deficiência de Vanessa, mas apenas descreve a cena da maquiagem, deixando o receptor sem saber, em um primeiro momento, o que será. Há uma música animada de fundo, em referência a cena que está sendo apresentada. No final, as duas olham para o espelho em sinal de aprovação, o que pode já representar que o trabalho executado pela modelo será bem feito, independente de suas deficiências. Vanessa, então, começa a falar por meio da linguagem de sinais e a ser traduzida por uma intérprete.

A atriz diz que é deficiente auditiva e que isso não a impede de trabalhar como modelo, o que é evidenciado pela sua presença naquele camarim, e também por outras cenas em que aparecerá fotografando. Em sua fala, questiona sobre o que uma convivência social sem barreiras poderia ocasionar na vida de pessoas como ela, que viriam a ter mais oportunidades. Isto é, uma convivência em que não existissem, por exemplo, barreiras de comunicação, enfrentadas intensivamente por pessoas surdas, que não dispõem de adaptação de conteúdos audiovisuais e, mais que isso, da não preparação da população e de todos os ambientes para este tipo de comunicação, fazendo com que o relacionamento destas pessoas com a sociedade seja reduzido.

Na próxima sequência, Juliana aparece falando, com uma expressão de satisfação e aprovação sobre o desenvolvimento do Brasil, que gerou a diminuição das desigualdades, e a ascensão social de milhares de brasileiros. Esta ascensão pode ser sugerida pela sua presença no conjunto habitacional, e reforçada pela sua fala de que muitos brasileiros puderam ter acesso à casa própria. Além disso, dois meninos aparecem brincando com a bicicleta em frente às casas do conjunto, o que também pode representar a oportunidade concedida pelo Estado de acesso à moradia e de diminuição das desigualdades. Pode simbolizar, também, a satisfação proporcionada, segundo o vídeo, a mais de 67 milhões de brasileiros que puderam “realizar sonhos”. A câmera também focaliza as rodas da cadeira de rodas em movimento, no momento em que Juliana fala que estes mesmos milhões de brasileiros ascenderam

socialmente, supostamente representando a caminhada em direção a melhores condições, que são anunciadas posteriormente pela fala da atriz.

Nas cenas subsequentes, Vanessa e Fernanda aparecem em seus respectivos locais de trabalho, exercendo suas atividades sem dificuldades, o que possivelmente representa que suas deficiências não causam prejuízos na execução de suas ações. Vanessa aparece fotografando e Fernanda está em uma sala de redação, em uma reunião. A conversa de Fernanda no ambiente de trabalho pode representar sua integração ao grupo, quando é exibida sendo tratada como sujeito, com capacidades e livre de preconceitos, apta a discutir e debater ideias como qualquer outra pessoa.

Em seus discursos, que complementam as imagens, Vanessa fala que mesmo com esta ascensão, para que o Brasil se torne mais justo, muitos brasileiros ainda precisam ter seus direitos assegurados. Segue-se com a fala de Fernanda, que enfatiza o número de pessoas com deficiência no país. Esta fala pode-se indicar, possivelmente, que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para a conquista da inclusão.

Gabriel aparece depois dessas cenas, caminhando pelo corredor da escola com a ajuda de seu amigo, e finaliza o discurso. Assim como na outra passagem, a ajuda do amigo pode representar a inclusão e diminuição do preconceito. Gabriel, como deficiente visual, e, conseqüentemente, com dificuldades de deslocamento no ambiente em virtude da não adaptação social, em seu discurso, incita a importante reflexão sobre falta de adaptação. Gabriel fala que a deficiência não é o fator que limita a inclusão, mas sim, a dificuldade que a sociedade tem de eliminar as barreiras, construindo um ambiente que atenda às necessidades específicas de todos os cidadãos, garantindo seu direito de participação.

Nas próximas sequências, todos aparecem relacionando-se com a palavra autonomia, tópico a ser discutido posteriormente. De alguma maneira, a maioria das atividades têm conexão com as deficiências de cada um. A palavra vai aparecendo à medida que Juliana passa em sua cadeira de rodas, representando o movimento, que é possibilitado pela cadeira. Gabriel aparece lendo a palavra que está escrita em braile em um papel, representando como os deficientes visuais se relacionam com a leitura e a aprendizagem. Fernanda aparece lendo a palavra autonomia em um monitor de tevê, que faz alusão ao seu trabalho e a possibilidade que tem em desempenhá-lo. Vanessa aparece fotografando e a palavra autonomia está escrita em sua camiseta. Neste caso, pode-se depreender que, possivelmente, Vanessa esteja

fotografando para alguma campanha que está relacionada às pessoas com deficiência, com a palavra autonomia em destaque. Vanessa ressaltará posteriormente a importância da autonomia na vida de todas as pessoas, com ou sem deficiência.

Em seguida Juliana, mais uma vez, fala sobre a questão das limitações individuais não serem determinadas pela deficiência, mas pelas barreiras sociais impostas aos indivíduos, que não encontram uma sociedade adaptada às suas necessidades básicas. Quando a atriz fala sobre barreiras, várias escadas são mostradas no vídeo, sinalizando um dos muitos entraves existentes nos ambientes não adaptados, que impedem, por exemplo, a realização do direito básico de ir e vir. Juliana citará todos os tipos de barreiras existentes, responsáveis pela não integração e participação plena das pessoas com deficiência, enfatizando que há muito mais além das barreiras físicas. A câmera focaliza Juliana de corpo inteiro, sobre sua cadeira e em frente a uma casa do conjunto, possuidora de rampa de acessibilidade. Juliana fala que, em espaços acessíveis como aquele, é possível exercer melhor a cidadania. Ao dizer isso, a atriz apontará para a rampa, que representa, neste caso, a imagem da acessibilidade necessária a todos os ambientes para a total inclusão.

Juliana entrará na casa através da rampa com muita facilidade, o que pode indicar o resultado positivo daquela adaptação, além de representar como a vida das pessoas com deficiência seria facilitada com a adequação de ambientes. Ao entrar na casa, há uma família que se encontra sentada no sofá, sendo uma das filhas, cadeirante. Este fato, junto ao mostrado anteriormente, pode representar a existência de casas adaptadas nos conjuntos habitacionais, fazendo uma alusão ao programa Minha Casa, Minha Vida e ao oferecimento de casas adaptáveis às pessoas com deficiência. Mais que isso, pode simbolizar um ideal de funcionamento dos ambientes sociais: ambientes adaptados.

Na próxima imagem, os atores envolvidos, distribuídos em quatro quadrantes, formam a palavra inclusão através da junção das sílabas em papel. Vanessa aparece fazendo o sinal da palavra em libras. A colocação da palavra dividida em sílabas, em destaque no papel, pode buscar evidenciar a importância de sua significação. A sequência seguinte, também dividida em quadrantes, é protagonizada por Gabriel, que fala sobre a importância de que todos os jovens com deficiência frequentem a escola. Em dois dos quadrantes, Gabriel aparece na escola, interagindo com seu grupo e com a professora, o que pode representar a inclusão experimentada por ele dentro do ambiente escolar e, neste sentido, a inclusão ideal que deve

ser vivida por este grupo ao frequentar a escola. De acordo com o vídeo, meta ainda não conquistada, mas colocada como necessária, devendo ser cumprida pelo Governo Federal.

Continuando o discurso, a cena seguinte também está dividida em quatro quadrantes, e apresenta Vanessa falando sobre o direito à saúde para todos os cidadãos. Em uma das imagens, Vanessa aparece analisando suas fotos com o fotógrafo, podendo representar, mais uma vez, que a sua deficiência não a impede de realizar o seu trabalho, não sendo uma limitação para o exercício de qualquer atividade. Nos outros quadrantes, as imagens fazem alusão ao discurso sobre o direito de acesso dos cidadãos à saúde, com um deles mostrando um senhor sendo atendido em um posto, e, posteriormente, pegando seus remédios. No outro, pessoas se dirigem a uma unidade de pronto atendimento.

Em uma sequência rápida, dando prosseguimento ao discurso, Fernanda diz que as pessoas com deficiência têm direito a oportunidades, como qualquer outra pessoa. Em dois quadrantes, Fernanda aparece interagindo com outros colegas de trabalho em uma sala da redação de tevê, o que pode representar sua aptidão para a realização daquela atividade, isto é, a evidência de que sua deficiência não a impede de trabalhar. Possivelmente, busca simbolizar que as pessoas com deficiência têm competência para estar no mercado de trabalho, tendo direitos à equivalência de oportunidades com o intuito de por fim ao preconceito, pautado na crença de incapacidade das pessoas com deficiência. Em mais uma cena de quadrantes, Juliana aparece dizendo que os espaços acessíveis são importantes para a convivência de todos, ao ser exibida na casa adaptada do conjunto. Este fato pode simbolizar que aquele espaço deveria ser o modelo de ambiente ideal para a sociedade, proporcionando acessibilidade.

Gabriel, na próxima cena, aparece digitando em um computador, através da tecnologia Edivox. Ao terminar de digitar, o computador emite as palavras “novas tecnologias”, evidenciando o tema a ser tratado em seguida. Gabriel fala que as novas tecnologias, hoje em dia, ajudam as pessoas com deficiência a superar muitas barreiras. A representação dessa ajuda, neste momento, se dá através do ato anterior executado pelo ator, que digitava por meio do programa EDIVOX, que apresenta seu nome escrito na tela do computador e é focalizado pela câmera. Gabriel ressalta que, embora as tecnologias auxiliem as pessoas com deficiência a superar as barreiras, para que elas realmente sejam diminuídas, é necessário que o Estado e a sociedade façam a sua parte. Neste sentido, enfatiza que, mais importante que a existência

de tecnologias, encontra-se a efetivação da ação do Estado e da sociedade no sentido de possibilitar este acesso, e o aumento de acessibilidade.

Juliana aparece de frente para a câmera, dando continuidade ao discurso de Gabriel. Ao fundo, desfocado, apresenta-se o conjunto habitacional, além de um jardim onde crianças aparecem brincando. Esta imagem exibe-se como plano de fundo, porém, pode buscar, de forma inconsciente, provocar no leitor a imagem de um bom lugar para se viver, com tranquilidade e segurança. Juliana fala que, para que haja superação das barreiras é necessário que haja um planejamento de políticas públicas integradas que possibilitem a participação das pessoas com deficiência no desenvolvimento do país.

Para encerrar o vídeo, Fernanda aparece dizendo, de forma enfática, que o ideal é um país onde os direitos são garantidos, um país que seja acessível e que leve mais educação e saúde para toda população. Gabriel é o último a aparecer, sentado em um banco no pátio da sua escola, e pontua que aquele Brasil, formulado durante o discurso, é o Brasil que deve ser construído. O discurso, em sua totalidade, evidencia que o Estado é o maior responsável na obtenção de um país mais justo, que garanta os recursos, a acessibilidade e as adequações necessárias para a validação dos direitos de toda a população, permitindo uma vida plena às pessoas com deficiência a fim de que possam realizar qualquer atividade sem prejuízos.

Para finalizar o vídeo, Gabriel diz que cantará uma música de sua autoria. Este ato, junto a música, que é calma e traz uma carga de emoção ao final do vídeo por conta da melodia e da letra, busca representar, assim como no decorrer do vídeo, que a deficiência visual de Gabriel em nada o prejudica para a execução de outras atividades, como a de ser compositor. Mais que isso, possivelmente quer evidenciar que as deficiências, de forma geral, não impedem que este grupo exerça muitas atividades consideradas inadequadas ou impossíveis de serem realizadas por pessoas com deficiência.

O SIMBÓLICO

O vídeo, com vários momentos e construções simbólicas, possivelmente procura desenvolver uma série de pensamentos sobre as pessoas com deficiência, suas vidas, seus direitos e o papel do Estado e da sociedade nesta conquista. No começo, a principal ideia a ser passada é a de que as deficiências não impedem àquelas pessoas de realizarem determinados tipos de atividades, consideradas através de um pensamento preconceituoso e discriminatório, inapropriadas ou impossíveis de serem feitas por pessoas com deficiência. Convidam o

receptor a pensar, além disso, que muitas melhorias podem ser feitas para que este grupo esteja plenamente integrado por meio de ações que tragam acessibilidade e permitam, além disso, que as pessoas com deficiência sejam inseridas no contexto social, sendo capazes de conviver neste ambiente sem dificuldades.

Os atores, cada um com um tipo de deficiência, possivelmente incitam o receptor a pensar globalmente sobre as consequências que uma melhor estruturação da sociedade, por meio de maior atenção do Estado, além da desconstrução de preconceitos, poderia trazer para a vida das pessoas com deficiência. Em seus discursos, evidenciam, através de figuras de linguagem, que a construção de uma sociedade mais acessível pode fazer com que as pessoas com deficiência superem os limites impostos pelo ambiente, possam inserir-se nas atividades sem prejuízos e, dessa maneira, consigam ir além das condições que lhes são impostas atualmente, tornando-se sujeitos autônomos e respeitados.

A adequação de espaços para se “ir mais longe”, escolas acessíveis e estruturadas para desenvolver vocações, ausência de preconceito para que se tenha oportunidade de “mostrar a cara”, e uma convivência social sem barreiras para mais oportunidades, são as correlações utilizadas no discurso, expondo, através destas palavras que vão além de sua significação literal, que ações precisam ser executadas para que este grupo transcenda os limites impostos e possa viver de forma mais democrática e integrada.

Para continuar, a próxima fase tem como possível objetivo mostrar que, embora o Estado tenha proporcionado melhorias para a vida de milhares de brasileiros, para que seja um país mais justo, o Brasil precisa garantir o direito de grande parcela da população.

Este pensamento é enfatizado quando o número de pessoas com deficiência no país é mencionado, indicando que há uma quantidade significativa de pessoas que precisam, de fato, ter seus direitos assegurados. Neste momento, apresenta-se o conceito do modelo social da deficiência, que prega que a deficiência não é o fator limitador de ações, mas sim, as barreiras impostas pelo ambiente social, não adaptado às necessidades de todos os seus cidadãos. O conceito de autonomia é então inserido para complementar esse pensamento, mostrando que esta capacidade deve estar presente na vida de todos os seres humanos. Para que isso aconteça, o ambiente comum deve estar pronto para oferecer a todos a possibilidade de viver plenamente e sem obstáculos.

Na próxima etapa do vídeo, se reforça o pensamento sobre a questão da deficiência não ser uma limitação individual, mas uma consequência da não adequação de espaços, mostrando que a cidadania seria exercida caso essas barreiras fossem eliminadas. A questão da inclusão é tratada como forma ideal de convivência, onde todos os cidadãos, sem distinção, teriam acesso justo à oportunidades. Escola, saúde, oportunidades e espaços acessíveis são os pontos citados no vídeo para enfatizar como deveria ser a sociedade em que todos são reconhecidos e representados, tendo seus direitos básicos atendidos.

Os atores pedem, de fato, por um país mais acessível, com mais saúde e educação. Além disso, falam explicitamente sobre a necessidade de um Estado que cumpra com o seu dever de construir uma sociedade em que as pessoas têm os seus direitos atendidos e podem viver plenamente. Embora seja um vídeo produzido pelo próprio Governo Federal, apresenta, de forma sutil, os muitos desafios que ainda precisam ser cumpridos e as barreiras que devem ser eliminadas por meio da ação do Estado e também da sociedade na execução dessas mudanças.

O vídeo termina com Gabriel cantando uma de suas composições, o que pode servir para fechar o vídeo mostrando que as deficiências, de um modo geral, não impedem as pessoas de executarem atividades diversas, que são pensadas impossíveis ou não adequadas para pessoas com deficiência. A música, com um ritmo que transmite emoção e uma mensagem de paz e tranquilidade, serve para finalizar a mensagem, pretendendo, possivelmente, conscientizar a todos em relação a causa, enfatizando sua importância no cenário nacional.

O CULTURAL

O vídeo parece buscar, de forma sutil, porém bastante literal e didática, desconstruir ideias e preconceitos adquiridos culturalmente, com a intenção de inserir novos conceitos e modificar pensamentos acerca das pessoas com deficiência. O possível objetivo é quebrar definições impostas através dos tempos de forma histórica e cultural, com o intuito de formular novas hipóteses e pensamentos livres de preconceito e discriminação acerca das pessoas com deficiência. A produção quer enfatizar, aparentemente, que diferente do pensamento habitual de incapacidade e conseqüente piedade e benevolência em relação às pessoas que possuem algum tipo de deficiência, a verdade é que as deficiências do corpo não

impedem que essas pessoas realizem os mais variados tipos de atividades sociais consideradas impossíveis para elas.

Ao contrário disso, expõe de forma literal e enfática, que aquelas pessoas são mais que suas deficiências, representando-as como sujeitos autônomos, capazes e ativos em seus meios. O vídeo insere quatro tipos de deficiência, buscando desmistificar suas supostas incapacidades ao exibi-las inseridas em seus ambientes de trabalho ou na escola, através da inclusão e acessibilidade necessária para que isso aconteça. A visão que aparentemente pretende-se passar é de pessoas independentes, seguras, cientes de suas deficiências e principalmente de seus direitos como cidadãos, o que as coloca em um posicionamento de protagonismo dentro da série. Elas sabem que o Estado deve atender às suas necessidades, trabalhando para um país mais acessível e inclusivo, onde todas as pessoas sejam capazes de levar uma vida sem obstáculos que as impeçam de realizar atividades básicas do cotidiano.

Os obstáculos são outro ponto importante a ser tratado durante o vídeo. Mais uma vez com a suposta intenção de quebrar paradigmas e buscando inserir o modelo social da deficiência, o vídeo aborda a questão de que as dificuldades causadas pelas deficiências não são limitações individuais, mas são consequência da inserção em ambientes não adaptados para todos os tipos de pessoas, isto é, programados apenas para as pessoas enquadradas em um padrão que é considerado normal. Este padrão de normalidade engloba pessoas que tenham seus corpos completos, excluindo adaptações para quem se desvie dessa norma, no caso, as pessoas com deficiência. Estes ambientes despreparados e não acessíveis, dentro do modelo social e seguindo o pensamento que o vídeo busca edificar, são a verdadeira causa das manifestações de dificuldade das pessoas com deficiência em frequentar o ambiente social. O meio impõe barreiras não estando democraticamente pensado para atender a todos, e esta é a causa das limitações que existem na vida das pessoas com deficiência, tirando a responsabilidade da causalidade física e passando-a para a social.

O vídeo, além de tudo, parece buscar atribuir ao Estado, em grande parte, a responsabilidade pelas mudanças necessárias para que essa acessibilidade, que deve existir por direito, seja conquistada. O vídeo, embora elaborado e produzido pelo Governo Federal, ressalta que o dever da construção de um país mais acessível e democrático é do próprio Estado. Porém, durante o vídeo, não deixa de enfatizar as melhorias alcançadas por este próprio Estado, seguindo a linha que procura representar uma boa imagem da gestão governamental. Autonomia, acessibilidade, saúde e educação são os pontos mais exigidos

durante o vídeo, expondo que todos os cidadãos, sem exceções, devem ter acesso aos direitos básicos para uma vida plena. Estes momentos podem despertar na população, além de um sentimento de reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos detentores de direitos, uma constatação dos seus próprios direitos a esses bens.

De um modo geral, o vídeo vem para desmistificar e desconstruir pensamentos em relação às pessoas com deficiência, exibindo-as, para isso, como realmente devem ser vistas na sociedade: pessoas independentes e capazes da realização de atividades comuns, assim como qualquer outra pessoa. Pode simbolizar que a falta de inserção e participação deve-se, na verdade, a um problema social de não adaptação que deve ser resolvido pelo Estado, e a pensamentos preconceituosos e discriminatórios, que mudarão a partir da construção de novos conceitos e visões por parte da população.

VÍDEO 06– CONVIVENDO COM AS DIFERENÇAS – SURDOS – TV CÂMARA.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f63tBCyDMyM>

O ENIGMA

Este vídeo pertence a uma série de cinco vídeos que serão analisados a seguir, produzidos pela TV Câmara, em comemoração ao Dia da Acessibilidade, e exibirão formas de tratamento supostamente adequadas para cada deficiência apresentada. Os vídeos têm como possível intuito, dar orientações sobre qual a melhor maneira de lidar com as deficiências, a fim de eliminar preconceitos e caminhar para uma convivência que preze pela igualdade de tratamentos e direitos, sem discriminação. A série, denominada “Convivendo com as Diferenças”, passa a sua mensagem através de desenhos animados, que propõem modos de agir para a melhoria da convivência com pessoas com deficiência.

Neste vídeo, o foco de orientação é para o tratamento dos surdos, evidenciando como se deve referir a eles, como deve ser a abordagem e a conversa, como eles se comunicam e a demonstração de um dos seus direitos em decorrência desse tipo de comunicação. O vídeo busca, por meio das imagens e da fala da narradora, trazer ensinamentos através da desconstrução de pensamentos equivocados sobre as pessoas com deficiência, apontando que elas merecem ser tratadas como iguais sem nenhum tipo de discriminação. O vídeo exemplifica, em virtude das particularidades existentes, como se deve lidar com cada tipo de deficiência a fim de não praticar atos preconceituosos e promover uma convivência harmoniosa.

A AÇÃO

O vídeo, um desenho animado, é formado por um fundo amarelo onde tudo acontece. As pessoas e demais elementos são representadas por desenhos simples e minimalistas. Há uma música instrumental animada que confere um ritmo mais acelerado às cenas. Uma mulher é responsável por narrar a produção, e, com sua fala, guia os acontecimentos do vídeo, como se conversasse com os personagens. Há presença de legendas. Além disso, o começo e o final deste vídeo são iguais em todos os outros da série.

A primeira pergunta que ecoa e que conduzirá o vídeo a alcançar seu objetivo é: “Você fica constrangido quando encontra uma pessoa com deficiência?”. Neste momento, o personagem do homem mostra-se, de fato, com a expressão de constrangimento e a imagem

aproxima-se de sua face. Isto é demonstrado pelas linhas do desenho do rosto, das gotinhas de suor, das mãos que coçam a cabeça e de recursos gráficos que expõe a situação de desconforto em que o personagem se encontra. Ao mesmo tempo, um balão de pensamento aparece e algumas pessoas com deficiência passam por ele, e, conseqüentemente, pelo pensamento do personagem. Entre elas, um homem com deficiência visual, que aparece com sua bengala; uma mulher com deficiência física, com muletas, e um homem com deficiência física e cadeirante.

Com a expressão de confirmação do personagem à pergunta da narradora, sobre ficar constrangido ao encontrar pessoas com deficiência, surge a voz da narradora, com um tom de intimação e seriedade, falando que, se há esse constrangimento, está na hora de mudar. Quando ela diz isso, um livro azul cai sobre a cabeça do homenzinho, formando um galo sobre e liberando diversas estrelinhas que representam a dor desse pequeno “golpe”. O livro então se abre e a imagem é aproximada da página aberta até que toda a tela fique branca.

Escreve-se na página do livro, então, o nome da série de vídeos, “Convivendo com as Diferenças”. A palavra “diferenças” aparece em azul e o cê cedilha (ç) aparece primeiramente, ao contrário, e vira-se em um pulo para o lugar correto enquanto a narradora fala. Esta ação da letra é acompanhada de um som característico de movimento. Enquanto isto acontece, a narradora, em resposta à sua própria pergunta e a afirmação de constrangimento pelo personagem, fala: “Então, está na hora de mudar! Deficiência não é doença, e essas dicas são pra você!”.

Em uma passagem, o fundo amarelo volta a aparecer, e apenas a parte de cima da cabeça do personagem é focalizada e, em seguida, balõezinhos de fala aparecem, um por um, em cima de sua cabeça, à medida que são citados. Eles vêm com as palavras: surdo-mudo, surdinho e mudinho, guiando a fala da narradora. Ela diz o seguinte: “Risque do seu vocabulário palavras como: surdo-mudo, surdinho e mudinho”. Neste momento, as palavras são exibidas como se estivessem sendo riscadas, em vermelho. O personagem está olhando para cima e mexendo os olhos, acompanhando essa movimentação e as dicas da narradora.

Quando ela acaba de falar, os balões se dissolvem no ar e a narradora diz que as pessoas devem usar a palavra “surdo”, para se referir as pessoas que possuem esse tipo de deficiência. Um novo balão com essa palavra surge em cima da cabeça do homem, que agora está sendo mostrado quase de corpo inteiro. Passa-se a outra cena, onde três pessoas, dois

homens, sendo um deles o personagem do início do vídeo, e uma mulher, são exibidos conversando e gesticulando. O homem que aparece no meio é surdo e é mostrado conversando através da movimentação dos braços, e, em seu balão de fala, apenas pontos são retratados para simbolizar que ele fala através da linguagem de sinais. Balões de fala aparecem sobre a cabeça das outras duas pessoas como as palavras “blá, blá”, para indicar que estão conversando. A fala da narradora, neste momento, é a seguinte: “Mesmo que o surdo esteja acompanhado de um intérprete, fale sempre dirigindo-se a ele, e não ao intérprete”.

A imagem, então, passa a exibir apenas o homem surdo, que aparece em meio ao desenho de um alfabeto de libras, ainda gesticulando. A narradora fala: “O surdo pode se comunicar com você através da linguagem de sinais, escrita, ou pela linguagem labial”. Quando se fala sobre a escrita, surge uma folha sendo escrita com um lápis azul. No momento da linguagem labial, desenhos de bocas e letras, que apresentam exemplos de seu funcionamento. Outra cena é colocada em foco, colocando o personagem principal de frente, conversando com o personagem que é surdo, e que aparece de costas. A fala da narradora, neste momento, dando continuidade ao texto anterior sobre como se comunicar com as pessoas com deficiência é: “Neste caso, fique de frente para ele e fale pausadamente”.

Outra cena então é desenhada, na qual se tratará de um direito garantido às pessoas surdas. Nesta passagem, há uma palestra acontecendo e o personagem principal discursa em um púlpito. Ao seu lado, a mulher que apareceu anteriormente atua como intérprete da palestra, falando através de libras. Na plateia, exibe-se o homem surdo, na primeira fileira, fazendo contato visual com a intérprete. A narradora vem para explicar a cena: “Nos eventos promovidos por órgãos públicos, os surdos têm direito à presença de um intérprete. É um direito garantido por lei”. Depois disso, o livro que surge no começo volta a aparecer, abre-se mais uma vez, e escreve-se nele o nome da série “Convivendo com as Diferenças” e, embaixo, TV Câmara. A narradora, nessa imagem, finaliza com a frase: “Cidadania é saber conviver com as diferenças”.

O SÊMICO

O vídeo é feito a partir de desenhos animados e um todo visual bastante simples, conferindo maior clareza às informações repassadas. Mais que essa clareza, aparentemente pretende-se também dar um ar informal e descontraído à produção, a fim de atingir o público alvo mostrando algo leve, que será absorvido e interpretado com maior facilidade. O vídeo

passa informações simples e rápidas, buscando ser direto ao abordar os principais pontos, o que o torna curto, não cansativo, mas ainda assim completo e capaz de cumprir seus possíveis objetivos. A voz da narradora, no vídeo, também guia as ações dos personagens e interage com os acontecimentos, como se representasse, supostamente, uma voz da sabedoria, que busca dar orientações sobre como agir, ver e interpretar as situações.

O vídeo tem um início característico para todos da série, começando com a pergunta: “Você fica constrangido quando encontra pessoas com deficiência?”. Acompanha a voz da narradora as imagens de um homem que, em resposta à sua pergunta, pensa em pessoas deficientes, (o que é representado através de um balão de pensamento e a passagem de pessoas com deficiência física e auditiva através dele), e transparece, por meio dos recursos gráficos empregados para desenhar as expressões de seu rosto, que realmente fica constrangido ao encontrar pessoas com deficiência. Além das expressões do rosto, gotinhas de suor aparecem, demonstrando certo nervosismo, e o personagem também leva as mãos à cabeça, mais um recurso representativo de preocupação, constrangimento e dúvida sobre como lidar com determinada situação.

A sequência segue com a afirmação da autora, em resposta à atitude afirmativa que o personagem teve em relação à pergunta sobre o constrangimento ao se falar sobre as pessoas com deficiência que, se há esse tipo de pensamento: “Então, está na hora de mudar”. Neste momento da fala, um livro azul surge no vídeo caindo sobre a cabeça do personagem, formando um galo vermelho e liberando estrelinhas que poderiam representar o choque e a dor da colisão. Este choque com o livro poderia simbolizar o momento em que o personagem tem contato com o conhecimento, isto é, recebe aquele golpe do livro como forma de evidenciar que, com aquele acontecimento, sai-se do campo do desconhecido, da ignorância e da escuridão. Além do choque, forma-se um galo na cabeça do homem que causa certa dor e incômodo, reações representadas através da saliência vermelha que surge e das estrelinhas que saltam do local. Além de exibir a suposta dor sentida pelo personagem, sinaliza que o choque com o livro, que representa o conhecimento, fez efeito, fazendo-o acordar de uma realidade que produz preconceitos e discriminações, para ter contato com a forma adequada de convivência social.

Quando o livro se abre, desenhando-se o nome da série: “Convivendo com as Diferenças”, a narradora profere uma importante frase, que vem para refutar o sentimento de constrangimento experimentado pelo personagem, e, além disso, enfatizar que aquele

comportamento é errado e deve ser revisto. Ela diz: “Deficiência não é doença e essas dicas são pra você!”. Reafirma-se, desta maneira, a frase dita anteriormente, que fala sobre a necessidade de mudança de comportamento pelo fato de que ele é injustificável, já que deficiência não representa nenhum tipo de doença ou algo que se deve evitar, não devendo ser visto como um problema. Segundo a série, as diferenças existem e é necessário que todos saibam conviver com ela, respeitando-a em todas as suas aparições e, assim, não praticando ações inadequadas e carregadas de preconceito.

Além de tudo isso, detalhes na escrita também têm a sua possível significação. A palavra “diferenças” aparece destacada, com fonte maior e em azul, o que pode representar a importância do conceito, não só naquele vídeo, mas em todos os sentidos, principalmente quando colocado na frase “convivendo com as diferenças”, o que pode sinalizar o tamanho de sua importância dentro do convívio social e, mais que isso, pode representar quantidade, mostrando que elas existem predominantemente na vida em geral. Ademais, a letra cê cedilha (ç), primeiramente, aparece do lado contrário, movendo-se para seu lugar correto em um pulo. Este ato pode representar que, embora em uma posição diferente, ela continua executando normalmente o seu papel dentro da palavra, não subtraindo nada de seu sentido e encaixando-se perfeitamente ali. A virada para o lado correto pode representar que a letra, embora diferente, continua em harmonia com todas as outras mesmo carregando suas particularidades.

No primeiro momento, a narradora fala sobre riscar do vocabulário palavras que, de acordo com o vídeo, tem uma conotação preconceituosa e pejorativa. As palavras aparecem como balões de fala e apenas a metade de cima da cabeça do personagem está focada no vídeo. Os balões de fala podem representar que as palavras realmente são usadas sem nenhuma restrição no repertório de muitas pessoas. A fim de indicar que este fato deve ser modificado, as palavras são riscadas em vermelho, o que pode sugerir que os termos precisam ser abolidos da língua e, mais que isso, que a discriminação feita através destas palavras deve ser eliminada. Os balões, em uma explosão, somem de cima da cabeça do personagem, dando lugar ao balão de fala que representa a palavra correta, no caso, “surdo”, que deve ser usada para designar pessoas que não ouvem, como enfatiza a narradora. O homem, neste momento, é exibido quase inteiramente, e a expressão de seu rosto é de seriedade, podendo representar a expressão de quem presta atenção nas orientações da narradora e absorve o que está sendo dito, neste caso, pode ser a imagem de um possível comportamento esperado para toda a população.

Na próxima passagem, o assunto abordado será sobre como deve transcorrer a conversa com pessoas que possuem deficiência auditiva e estão acompanhadas de um intérprete. Aqui, a narradora explica ao receptor e também ao personagem do vídeo, que ao falar com um surdo, deve-se dirigir visualmente a ele, e não ao seu intérprete, o que pode representar a necessidade de que a população entenda que as pessoas com deficiência devem ser tratadas como sujeitos, e, o fato de ter um intérprete em nada diminui a interação que deve acontecer no momento da fala. Os três conversam, e isso é exibido através dos balões de fala de cada um, que também representam as linguagens utilizadas. No balão das duas pessoas que não possuem deficiência, aparecem palavras. No balão do homem surdo, apresentam-se alguns pontinhos, que simbolizam a linguagem de sinais, que tem sua representação agregada através da gesticulação das mãos do personagem.

Na próxima passagem, só o homem surdo fica na tela, e, dos seus dois lados, aparece um alfabeto de libras. O personagem continua gesticulando, e o balão de fala permanece com a linha pontilhada, ainda representando a linguagem de sinais. A narradora, neste momento, listará como o surdo pode se comunicar e, em seu primeiro exemplo encontra-se a linguagem de sinais, simbolizada pela imagem acima. Depois, a narradora fala sobre a escrita e a linguagem labial, representadas, respectivamente, por um lápis que escreve sobre um livro aberto, e a imagem de formatos de bocas com algumas letras abaixo, apresentando exemplos de como se dá a leitura através dos lábios. A passagem, como um todo, pode representar que o surdo dispõe de mais de uma forma de se comunicar, e, portanto, o fato de não se utilizar da linguagem falada não o impede de se integrar socialmente e estabelecer diálogos e relacionamentos, devendo ser combatido este tipo de preconceito.

Na próxima cena, para dar continuidade à orientação sobre a comunicação através da linguagem labial, o personagem principal aparece conversando de frente para o personagem surdo. A narradora orienta que, para que essa comunicação se dê de forma mais eficaz, a pessoa deve estar localizada a frente da pessoa surda e deve falar pausadamente. Esta cena pode repassar informações possivelmente desconhecidas por grande parte da população, em virtude da falta de contato com pessoas surdas. Desta maneira, pode representar a inclusão que ainda precisa ser conquistada, que tornará o uso de diversas linguagens algo incorporado socialmente, integrado à comunicação diária.

O vídeo passa, então, para a cena onde ocorre um evento organizado por órgãos públicos. Nesta cena, o homem surdo, sentado na primeira fileira, faz contato visual com a

intérprete de libras presente no palco, representando, nesta dinâmica, um dos direitos garantidos por lei para pessoas surdas, que é a presença, em eventos públicos, de intérprete para tradução e, desta maneira, democratização da comunicação. Nesta cena, além da divulgação de um direito e, portanto, cumprimento da função do Estado em informar aos cidadãos sobre as leis existentes, pode haver a intenção de representar a necessidade de implementação de uma comunicação abrangente e inclusiva, não só em eventos públicos, mas na sociedade como um todo.

O vídeo termina com a abertura padrão da série, neste final, porém, aparece também escrito “TV Câmara”, exibindo o órgão responsável pela elaboração do vídeo. A narradora termina com a frase que carrega o possível significado pretendido para a série, indicando seus objetivos, que são promover a educação cidadã, a consequente promoção da cidadania, além da diminuição do preconceito e da discriminação. A frase: “Cidadania é saber conviver com as diferenças”, traz em seu conjunto de significação uma espécie de síntese para tudo que se buscou disseminar na série de vídeos, que visa orientar sobre a suposta maneira ideal de convivência e relacionamento com as pessoas com deficiência, enfatizando que as diferenças existem, de que não deve haver um padrão de normalidade, e todos, com suas especificidades, devem ser respeitados.

O SIMBÓLICO

O vídeo, em sua totalidade, assim como todos os outros da série, tem a possível intenção de promover a cidadania através da educação cidadã, desconstruindo preconceitos com o intuito de diminuir atos discriminatórios. Mais que isso, busca orientar, de forma bastante didática, os comportamentos e atitudes dos cidadãos, indicando quais são as formas supostamente adequadas de conviver e interagir com pessoas que possuem deficiência. O vídeo aborda situações do cotidiano em que, possivelmente, exista a dúvida de como agir, em decorrência da atitude afirmativa do personagem principal, quando questionado se ficava constrangido na presença de pessoas com deficiência.

O vídeo, através dessa desconstrução de preconceitos, busca enfatizar que as pessoas com deficiência são também normais, vivem em sociedade e dispõem dos mesmos direitos que todos os demais cidadãos. A mensagem tem a intenção não de minimizar, mas de ressaltar as diferenças existentes no ambiente social, expondo que elas estão em toda parte e, em detrimento dos padrões considerados perfeitos, são o que trazem a normalidade ao convívio.

Com a frase que diz que cidadania é saber conviver com as diferenças, o vídeo ressalta a possível intenção de educar a população fazendo com que, a partir das mudanças alcançadas, o Estado cumpra seu papel de garantir os direitos dos seus cidadãos, concedendo-lhes qualidade de vida, segurança, integridade física e moral.

O CULTURAL

O vídeo parte do conhecimento prévio de seu público e do preconceito que perpassa os pensamentos e o comportamento da maioria dos cidadãos, tendo em vista o contexto histórico e cultural de discriminação e de consideração da deficiência como uma doença, através dos diversos modelos de reconhecimento que estiveram presentes através da história. Embora o modelo social esteja atualmente em vigor (onde acredita-se que os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência não são fruto de características físicas, mas da falta de adequação social) majoritariamente, predominam preconceitos advindos de anos, e ainda enraizados na formação dos indivíduos, refletindo negativamente na vida das pessoas com deficiência.

Sendo assim, para que estes pensamentos possam ser desconstruídos, instaurando uma nova visão sobre as pessoas com deficiência na sociedade, e, conseqüentemente, modificando o modo como são tratadas dentro deste ambiente, a série de vídeos foi produzida, possivelmente, a fim de conceder conhecimento e orientação sobre o universo e a vida destas pessoas. Introduz-se, desta maneira, educação cidadã dentro do repertório de cada um, com o objetivo de que haja reflexão e construção de visão e comportamentos adequados em relação às pessoas com deficiência.

A partir da resposta afirmativa do personagem em relação ao constrangimento existente na interação com pessoas com deficiência, e, considerando que este personagem pode representar a maioria da população, pode-se notar certo despreparo e desconhecimento em relação ao que seja a deficiência, suas conseqüências na vida daquela pessoa e como isso interfere na relação que ela estabelecerá com os outros. Para tanto, a voz da narradora vem com a afirmação incisiva de que deficiência não é doença, e, portanto, tem algumas dicas que ajudarão os receptores a lidarem melhor com aquelas situações. Neste vídeo, o foco é em pessoas surdas, e as situações apresentadas mostram atos corriqueiros que acontecem neste caso e como alterá-los.

A primeira coisa que a narradora pede para ser alterada é a forma como as pessoas se referem aos surdos (surdo-mudo; surdinho e mudinho). Este é um grande problema, instituído culturalmente, carregado de preconceitos e que acaba persistindo dentro do vocabulário usual, por vezes, de forma inconsciente e em decorrência da falta de conhecimento sobre sua inadequação. Mais que isso, por falta de orientações voltadas para esta correção, o que faz com que este erro de fala, intensamente discriminatório, continue a existir.

A outra orientação é em relação à forma como nos dirigimos a eles, no ato de fala, quando estão acompanhados de seus intérpretes. O despreparo existente para lidar com este tipo de situação faz com que a maioria das pessoas fale com sua linguagem habitual, fazendo contato visual com o intérprete, mesmo que esteja falando com a pessoa surda e ela é que deva receber a interação. Este tipo de comportamento vem da impressão de que, por não ouvir, a pessoa surda não irá entender o que está sendo dito, e, desta maneira, de que não faz sentido se dirigir a ela. O vídeo vem, neste caso, para desmistificar este pensamento, incentivando o contato visual com a pessoa com deficiência e buscando, desta maneira, inseri-la e integrá-la ao convívio social, eliminando atos que acabam por discriminar e privar de uma comunicação integral.

Por último, o vídeo apresenta uma informação sobre os direitos das pessoas com deficiência, expondo que elas devem ter seus direitos assegurados e ser sempre consideradas nos espaços públicos para, desta maneira, receber a devida atenção e adaptação do meio, a fim de que sua experiência ali seja satisfatória. Neste caso, informa-se que, em eventos públicos, os surdos têm, como um direito garantido por lei, a presença de intérprete de libras. O vídeo quer mostrar que, mais que um simples direito a ser cumprido pelo governo para promover a inclusão das pessoas com deficiência, o intérprete de libras é a possibilidade para que esta pessoa possa comunicar-se e estar, de fato, inserida na sociedade em que vive. Indo mais além, o vídeo pode incitar pensamentos sobre como se dá a vida de pessoas surdas em um mundo onde a comunicação é feita apenas para ouvintes, plena de exclusão e desconsideração das alteridades. Desta forma, pode estimular reflexões sobre a importância desta inclusão que deve, um dia, tornar-se total.

VÍDEO 07 – CONVIVENDO COM AS DIFERENÇAS – DEFICIENTES FÍSICOS – TV CÂMERA.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k80gx0QLPbw>

O ENIGMA

O vídeo, também pertencente a série de vídeos da campanha “Convivendo com as Diferenças” abordará, desta vez, assunto referente às pessoas com deficiência física. Neste vídeo, serão dadas orientações sobre como interagir, auxiliar em caso de problemas, ou planejar programas que as envolvam. O possível objetivo é que, baseando-se na ação do personagem que simboliza que a maioria das pessoas fica constrangida ao encontrar pessoas com deficiência, esta situação possa ser alterada com a adequação de conhecimentos sobre o assunto, repassada através da produção de maneira bastante didática. O vídeo, como os outros, possivelmente busca desconstruir a imagem estereotipada que se tem sobre as pessoas com deficiência e a consequente sensação de não saber o que fazer ao interagir com a alteridade do outro.

A AÇÃO

O vídeo inicia-se com a abertura padrão da série, que através da ação dos personagens e da pergunta da narradora direciona o restante da produção. O questionamento lançado é se o receptor fica constrangido ao encontrar pessoas com deficiência. Com a expressão afirmativa do homem, a narradora afirma que está na hora de mudar este comportamento, lançando a frase enfática de que deficiência não é doença, para inserir a campanha “Convivendo com as Diferenças”, onde haverá direcionamento sobre como deve ser o relacionamento supostamente adequado em relação as pessoas com deficiência.

O vídeo começa com o fundo amarelo e duas pessoas aparecem caminhando, uma delas é uma pessoa com deficiência física, que anda com o auxílio muletas. A narradora do vídeo começa apontando que, ao caminhar com uma pessoa com deficiência, o ideal é que se procure acompanhar o passo dela. Quando diz isso, há uma aproximação da imagem para as pernas das pessoas que caminham, evidenciando que o ritmo da pessoa com deficiência física é mais lento, e que o homem, embora um pouco adiantado, anda mais vagarosamente para acompanhá-la.

A outra cena mostra duas pessoas sentadas em uma mesa. Em uma das pontas, está um senhor que tem, ao seu lado, suas bengalas. A orientação para esta imagem, repassada pela narradora, é de que se deixem as muletas ou bengalas sempre próximas das pessoas que as utilizam. Passando para a próxima cena, há a representação de um acidente, onde uma mulher que utiliza muletas está caída, com uma expressão de dor, enquanto estrelinhas que representam esse sentimento saem de suas costas. Um homem, primeiramente de pé, com ar de preocupação no rosto, ajoelha-se para conversar com a mulher, tentando entender qual a melhor maneira de ajudá-la naquele momento. A narradora, com a cena, passa a seguinte orientação: “Se presenciar um tombo, ofereça ajuda. Mas antes, pergunte como fazer”.

A próxima informação que serve como guia para o relacionamento e contato com pessoas com deficiência, envolve o planejamento para passeios ou visitas a qualquer ambiente que esteja fora do espaço normalmente utilizado por elas. A narradora fala que, ao planejar um passeio, deve-se verificar antecipadamente se existem barreiras que possam impedir a passagem do cadeirante, e dá a escada como primeiro exemplo. Esta cena é ilustrada por uma mulher empurrando um homem que utiliza cadeira de rodas, ambos felizes pelo caminho. Quando a narradora fala sobre as barreiras, uma escada surge à frente, fazendo-os parar e modificando suas expressões felizes para sentimentos de tristeza e descontentamento. Um símbolo de proibição representado por um “x” vermelho dentro de um círculo aparece com um som de reprovação em todas as barreiras citadas.

A cena continua com a narradora falando sobre outro obstáculo, que seriam os banheiros não adaptados. Neste momento, a mulher some e o cadeirante aparece com a expressão triste dentro de um banheiro comum, inadequado para recebê-lo, e o símbolo taxativo aparece mais uma vez. Voltando-se para o ambiente externo, a mulher volta a aparecer, e caminha com o cadeirante, até chegar a frente a um estabelecimento que só pode ser acessado através de escadas. O proprietário encontra-se na porta do estabelecimento e a mulher, ao ficar impossibilitada de entrar em virtude da escada, faz algumas recomendações sobre rampas de acessibilidade.

Enquanto os personagens conversam, a narradora diz que, se o local não estiver preparado para receber pessoas com deficiência, as mudanças necessárias devem ser sugeridas ao proprietário. No diálogo desenvolvido entre os personagens, no momento em que fala-se sobre a sugestão para mudanças, um balão de fala aparece sobre a mulher com um desenho de uma rampa de acessibilidade, fazendo alusão ao que deveria ser mudado, naquele caso

específico. O vídeo termina também da mesma maneira que os outros vídeos da série, com a frase enfática: “Cidadania é saber conviver com as diferenças”. O livro se abre e o nome da campanha “Convivendo com as Diferenças” aparece junto ao nome do órgão produtor dos vídeos, isto é, a TV Câmara.

O SÊMICO

O começo padrão do vídeo, já analisado na produção anterior, tem a função de inserir o receptor na problemática a ser abordada, construindo a dúvida inicial e a base para a continuidade da história. A primeira cena exibe duas pessoas caminhando, uma delas, possuidora de deficiência física, andando com o auxílio de duas muletas. A orientação aqui é para que, ao andar com essas pessoas, busque-se acompanhar o ritmo de seus passos. Quando diz isso, a imagem aproxima-se das pernas das duas pessoas em movimento. A deficiência, neste caso, é representada pela diferença de tamanho entre as duas pernas. Além disso, com esta aproximação, vê-se que há certa diferença de velocidade entre os passos das duas pessoas e que, ainda que um pouco a frente, o homem preocupa-se em estar lado a lado com a mulher, olhando e conversando com ela. Os dois conservam e em seus rostos existem expressões que representam tranquilidade e bem-estar.

Além disso, pode haver a interpretação de que esta cena representa a suposta relação ideal que deve ocorrer entre pessoas com e sem deficiência, com uma caminhada que se dá no mesmo ritmo, com respeito mútuo e interação equilibrada. Esta caminhada pode representar, ainda, que todos os cidadãos devem caminhar lado a lado, usufruindo de seus direitos de maneira igualitária e democrática, com as pessoas com deficiência vivendo inclusivamente e sem preconceitos.

A próxima cena fala sobre a necessidade de se deixar muletas ou bengalas sempre perto de pessoas com deficiência. Nas imagens, aparecem sentados em uma mesa uma menina e um senhor, este, com suas muletas apoiadas ao seu lado, na cadeira. A proximidade das muletas e a orientação sobre esta necessidade podem representar a importância de conceder autonomia às pessoas com deficiência, permitindo sua movimentação imediata. As muletas são, para elas, o instrumento que possibilita a locomoção e, desta maneira, devem sempre permanecer ao alcance das mãos, fazendo com que não se crie uma relação de dependência que as coloquem em situações de paralisação ou constrangimento.

Seguindo-se com o vídeo, a próxima cena aborda a importância de ajudar essas pessoas caso haja algum tombo, mas indica que, mais importante que isso, e antes de começar qualquer ação, deve-se perguntar à pessoa com deficiência qual seria a melhor forma de fazê-lo. A imagem que ilustra esta informação é de uma mulher que está caída com suas muletas. Há uma expressão que representa dor em seu rosto, além das estrelinhas que saem de suas costas, evidenciando o mesmo sentimento. Com a queda, um homem, com uma expressão que representa preocupação, aproxima-se da mulher ajoelhando-se à sua frente, mas não a toca, o que representa o cuidado que se deve ter antes de esclarecer qual é a melhor maneira de fazer isso sem prejudicá-la.

A próxima cena mostra uma mulher e um homem, cadeirante, sendo empurrado por ela. Os dois caminham com expressões de felicidade até que uma escada, que representa uma barreira física nos ambientes sociais, surge no meio do caminho, fazendo-os ficar com o semblante decepcionado. A fala, neste momento, é sobre o planejamento de passeios em lugares públicos com estas pessoas, pois se sabe que, embora não democrático, não há adaptação social para as particularidades de todos os cidadãos. Esta representação de não adequação aparece na forma da escada, que simula o obstáculo que limita e, ao mesmo tempo, a falta de rampas que promove o acesso. Para enfatizar o problema, um símbolo de reprovação, junto a um barulho também taxativo, aparece sobre o desenho da escada. Neste caso, o símbolo serve para representar a impossibilidade de acesso àqueles lugares, além do problema social de uma sociedade não inclusiva.

Seguem-se as exibições de obstáculos físicos no ambiente social, com a imagem do cadeirante em um banheiro não adaptado. Esta representação se dá por meio da expressão de reprovação e descontentamento deste homem, e a ilustração de um banheiro sem nenhum recurso para pessoas com deficiência. Este fato pode representar, primeiramente, a importância de um bom planejamento para que as pessoas com deficiência não tenham que enfrentar situações que gerem impossibilidade de locomoção ou impedimento para a realização das atividades.

Em um segundo momento, pode representar a falta de adequação social para a livre circulação das pessoas com deficiência, o que explicita o longo caminho que se deve percorrer em relação à conquista de sociedades inclusivas e realmente democráticas. Mais que isso, pode representar a dificuldade enfrentada por estas pessoas no simples ato de sair de casa e frequentar o ambiente social. O símbolo e o som taxativo também aparecem como reprovação

ao banheiro não adaptado, expondo que as limitações são encontradas nas atividades simples do dia a dia, impedindo que este grupo possa experimentar uma convivência social minimamente adaptada.

A próxima cena apresenta, mais uma vez, a mulher e o cadeirante caminhando no ambiente externo. Os dois estão se aproximando de um estabelecimento e o proprietário está na porta. Estas pessoas caminham com expressões de felicidade, mas, ao chegar a um estabelecimento que só pode ser acessado através de escadas, são impedidos de continuar. O semblante da mulher se altera para o descontentamento, evidenciando sua completa insatisfação com a impossibilidade do ambiente em receber pessoas que não podem fazer uso de escadas. Esta passagem pode representar a falta de inclusão e, mais precisamente, a falta de respeito com as especificidades do outro, respeito que não é incentivado socialmente pelo repertório cultural predominante.

Ao deparar-se com o obstáculo e reprová-lo, a mulher conversa com o proprietário em relação à possibilidade de adaptação do local e a implementação de rampas de acessibilidade. Esta ideia é colocada nas imagens por meio de um balão de fala onde a rampa aparece, podendo representar que com aquela simples alteração do ambiente traria melhorias na vida de muitas pessoas. Ademais, pode buscar conscientizar a população em relação à importância de se comunicar esta falta de acesso dos estabelecimentos, buscando promover a disseminação do conhecimento, a acessibilidade e conseqüentemente, a inclusão das pessoas com deficiência.

O vídeo pode simbolizar que se vive em uma sociedade que desconsidera as alteridades, não apresentando um ambiente adaptado democraticamente para as necessidades de todas as pessoas. Este fato impede a realização de atividades básicas e estimula a percepção de como a sociedade é excludente. A orientação aqui serve para tentar contornar, mesmo que minimamente, este grande problema, informando que, se um local não for adaptado, o ideal é sugerir ao proprietário que se façam as mudanças necessárias, tentando, desta maneira, construir uma sociedade mais justa e acessível. O vídeo termina com o final comum a todos os vídeos da série e a frase que finaliza e gera reflexão: “Cidadania é saber conviver com as diferenças”.

O SIMBÓLICO

Os vídeos da série tem a possível intenção de promover a orientação em relação ao relacionamento com as pessoas com deficiência. Sabendo do histórico preconceito que envolve este grupo, culturalmente diminuído e discriminado, o objetivo, aparentemente, é promover a educação cidadã através da desmistificação de estereótipos em relação às diferenças de cada um. Além disso, e mais importante, está o fato de que busca repassar informações sobre as supostas melhores formas de conduzir este contato, estimulando um comportamento que seria ideal para com as peculiaridades de cada indivíduo.

Neste vídeo, o assunto é a deficiência física e algumas atitudes que seriam corretas na relação com estas pessoas. Abordando temas como caminhar ao lado delas, como lidar com seus objetos de locomoção, como auxiliar em uma queda e como planejar as saídas dessas pessoas, sempre preocupado em alertar os proprietários de lugares inacessíveis sobre as mudanças necessárias para tornar aquele espaço inclusivo. O vídeo traz, de uma maneira didática e de fácil acesso, o modo como os cidadãos e a sociedade como um todo podem ser mais empáticos, justos e inclusivos, sem causar nenhum dano, físico ou psicológico ao outro, através da conscientização sobre como lidar com as diferenças.

O CULTURAL

A visão geral da série, já analisada no primeiro vídeo, parte do prévio conhecimento do público e do preconceito instituído histórica e culturalmente na sociedade em geral em relação às pessoas com deficiência. Sabendo disso, a série sugere na pergunta base, que guia todos os vídeos, a existência de constrangimento ao se encontrar pessoas com deficiência. A resposta afirmativa do personagem do vídeo dá margem para sua continuidade, com o discurso da narradora sobre a deficiência não ser uma doença, ainda que entendida assim através dos tempos. Esta realidade, segundo ela, precisa ser mudada, o que introduz o objetivo do vídeo, que é dar conselhos e orientações acerca deste assunto.

A primeira orientação é sobre como deve ser o comportamento ao andar ao lado dessas pessoas. Partindo-se do pressuposto de que não se costuma pensar sobre o que não lhe é comum, e, mais que isso, sobre o que não foi aprendido e, portanto, não se insere no repertório dos conhecimentos adquiridos, o vídeo enfatiza a importância de acompanhar o ritmo de pessoas que tenham deficiência física ao caminhar a seu lado. Possivelmente incentivando, desta maneira, a reflexão sobre empatia e sobre como se lida com aquelas situações

no dia a dia. Há um entendimento de que, na maioria das vezes, as pessoas sejam relapsas no que diz respeito a entender as necessidades do outro e a pensar sobre coisas que não aprenderam. Sendo assim, tendem a agir de acordo com as suas próprias necessidades, sendo negligentes com quem enfrenta dificuldades por locomover-se em um ambiente sem nenhuma adequação, já que não experimentam a situação de não acessibilidade.

A orientação que se segue diz respeito à importância de que se deixem os equipamentos de auxílio sempre próximos às pessoas com deficiência. Esta informação aparece em decorrência, mais uma vez, da falta de preparo e conhecimento para lidar com questões simples que envolvam estas pessoas. A questão dos equipamentos estarem sempre perto de quem os utiliza envolve a noção de autonomia, que deve ser concedida a todos os cidadãos. Desta maneira, torna-se necessário que não se afastem estes objetos, evitando criar uma situação em que haverá necessidade de ajuda e possível constrangimento. Estes fatos podem suscitar sentimentos de inferioridade, impotência e inadequação ao ambiente, o que, na verdade, deve ser um pensamento refutado, pois se sabe que o ambiente é que não está adaptado a essa inclusão.

A outra informação diz respeito a como lidar com possíveis quedas de pessoas que possuem deficiência física. A ênfase dada, neste caso, é sobre a importância de que, antes de se realizar qualquer ação imediata para ajudar a pessoa e tirá-la daquela situação, deve-se perguntar a ela qual é a maneira correta de fazê-lo. Sabendo que a tendência é que se aja instintivamente no ato de resgatar alguém, procura-se alertar para as especificidades do corpo dessas pessoas, cada qual detentor de um jeito correto para se interagir. Para tanto, expõe-se a importância de, primeiramente, perguntar à pessoa como aquilo deve ser feito, evitando acidentes ainda maiores, além de constrangimento e sentimentos de invasão de espaço.

As outras imagens referem-se à necessidade de se planejar os passeios com pessoas que tem deficiência física, verificando a existência de acessibilidade nos lugares pretendidos. Esta orientação baseia-se no conhecimento de que, muitas vezes, por não encontrar dificuldades para o simples ato de transitar, passa despercebido o fato de que muitos lugares não comportam adequações para a ação de ir e vir de pessoas com deficiência física, impossibilitando sua locomoção.

Neste sentido, deve-se pensar antecipadamente se o lugar desejado é adaptado, evitando problemas para acesso, utilização e para possível mal-estar e descontentamento por

parte de quem sofre com a situação. Mais importante que isso, esta sequência possivelmente desperta pensamentos sobre as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência física no simples ato de sair de casa, estando impedidas de exercer seus direitos de livre circulação em decorrência de uma sociedade construída para um único grupo de pessoas, com a imposição de obstáculos que infringem os direitos básicos dos demais.

Por último, a mensagem é a de que, ao deparar-se com estes espaços não adaptados, sugestões de mudança sejam feitas ao proprietário do estabelecimento, mostrando-lhe a importância na criação de acessibilidade e inclusão para que todos possam frequentar aquela propriedade. A orientação vem no sentido de incentivo à perpetuação de informações, para consequentes melhoras no que diz respeito a um ambiente mais democrático. As imagens possivelmente visam construir uma rede de comunicação em prol dos direitos das pessoas com deficiência, sendo o canal inicial para a propagação de educação cidadã, em virtude de estar ciente das defasagens sociais em relação à vida das pessoas com deficiência.

O vídeo, porém, embora verse sobre esta necessidade de conscientização dos proprietários, sendo um estímulo e uma resposta sobre como alterar aquela realidade, não fala sobre o que deve ser feito em relação aos espaços públicos não adaptados, estes, em poder do Estado. Nota-se, desta maneira, certa negligência de informações em um vídeo de comunicação pública elaborado exatamente com o intuito de informar. Embora ofereça alternativas, não cita, em nenhum momento, o que deve ser feito para a mudança dos espaços públicos, responsabilidade que os atinge diretamente. Vê-se, na maioria dos vídeos da série, esta incoerência ou incompletude no que diz respeito à comunicação pública. Quando assim executada, acaba por fornecer apenas parte da informação, subtraindo o fragmento mais importante que discorre sobre o que está sendo feito ou sobre o que se deve fazer para que o Estado cumpra seu papel.

VÍDEO 08 – CONVIVENDO COM AS DIFERENÇAS– CEGOS – TV CÂMARA.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nWjivPUWZo0>

O ENIGMA

Este vídeo da série irá abordar a realidade das pessoas que possuem deficiência visual, ensinando as demais como agir em situações que necessitam comportamentos específicos. Estes comportamentos, na maioria das vezes, não são aprendidos pela sociedade em geral pela falta de inclusão histórica, que acaba por deixar este grupo marginalizado socialmente, sem possibilidades reais de inserção em decorrência do despreparo do ambiente e da população em recebe-los. O vídeo versará sobre como deve ser o primeiro contato, a caminhada junto a esta pessoa, o modo de tratamento de seu cão guia e, além disso, falará sobre a obrigatoriedade de aceitação, por todos os lugares públicos, deste animal que auxilia na vida da pessoa com deficiência.

A AÇÃO

O vídeo tem o início comum a todos os vídeos da série, introduzindo a problemática de que não se deve ficar constrangido ao encontrar pessoas com deficiência, sendo este um comportamento inadequado e que deve ser alterado, pois deficiência não é doença, e seus rótulos e estereótipos devem ser desconstruídos. Para tanto, a narradora irá propor uma série de dicas que ajudarão as pessoas que não sabem lidar com esta situação e a repensar sobre suas opiniões e atitudes, aprendendo a maneira adequada de se relacionar com pessoas que possuem deficiência. Este vídeo aborda a deficiência visual e traz orientações neste sentido, no mesmo padrão de produção dos outros da série.

O vídeo começa com um homem que caminha em direção a outro homem, que possui deficiência visual, e movimenta-se com o auxílio de sua bengala. Os dois caminham até se encontrarem, ponto em que o homem toca o braço do homem cego e começa a falar com ele. O diálogo é representado por balões de fala. Nesta passagem, a orientação é de que, antes de começar a conversa com uma pessoa cega, o adequado é que se toque em seu braço e se apresente.

Logo depois, o personagem vira-se e fica ao lado do homem cego, que coloca a mão em seu ombro para que os dois possam começar a caminhar. A narradora fala que, para caminhar, o ideal é que a pessoa coloque a mão do cego em seu ombro, ou em seu cotovelo

dobrado, deixando que ela acompanhe o ritmo de seu corpo. Neste momento, o ombro e o cotovelo são evidenciados nas imagens. Ao caminharem, os dois homens encontram pelo caminho uma escada, que é apontada e alertada ao homem cego pelo seu companheiro, antes que eles possam chegar perto demais. Nesta passagem, a narradora fala sobre a importância de que se avise antecipadamente sobre a existência de obstáculos.

Passando-se para outra cena, aparecem, mais uma vez, os dois homens, e o homem cego encontra-se agora na presença de um cão guia. O homem que não possui deficiência aparece fazendo carinho no cachorro e este ato, momentos depois, recebe um símbolo de reprovação, acompanhado de um som de mesmo teor. A orientação aqui é de que não se faça carinho e nem se dê alimentos a cães guia, pois eles estão ali a serviço do cego, e não podem, em nenhum momento, se distrair de sua função. A seguir, imagens do homem caminhando por diversos espaços públicos com seu cão guia são exibidas, entre eles, um metrô, um ônibus e um restaurante. As imagens servem para indicar, segundo a narradora, que o cão pode, por lei, frequentar todos aqueles ambientes, sendo este um direito garantido. Logo depois, o vídeo termina com a finalização comum aos vídeos da série, com o slogan que enfatiza que: “Cidadania é saber conviver com as diferenças”.

O SÊMICO

A primeira cena inicia-se com a aproximação dos dois homens, um deles, com deficiência visual, representada pela bengala que o auxilia durante a caminhada. Esta cena serve para evidenciar a necessidade de tocar na pessoa cega e apresentar-se, antes de começar qualquer tipo de conversa. Este gesto é representado pelo toque do personagem no braço do outro, seguido pela conversa entre eles, que é representada pelos balões de fala.

Esta passagem tem o possível intuito de expor a cautela que se deve ter ao abordar pessoas cegas, primeiramente, tocando-as levemente no braço para que se deem conta de que há alguém presente ao seu lado e que deseja falar-lhe. Busca, de forma sutil, tentar mostrar que a partir de cada especificidade, nasce uma maneira diferente de percepção de espaço, presença e tempo e deve-se pensar, antes de qualquer abordagem, qual é o modo que melhor se adequa àquele universo.

Da mesma maneira, quando se exhibe a cena dos dois homens caminhando, o ensinamento é sobre como deve ocorrer o contato durante o processo, também estimulando o pensamento de como as diferenças se inserem e se manifestam nas ações de cada um. A

orientação é evidenciada através de círculos de destaque que aparecem nos ombros e no cotovelo, à medida que a narradora discorre sobre cada um. A representação é de uma caminhada tranquila, em que, ainda segundo ela, o homem deve deixar que o outro, que é deficiente visual, acompanhe seu corpo, tomando-lhe como referência para movimentar-se. Mais que isso, a sugestão pode expor a segurança que se deve passar no momento da caminhada, fazendo com que o cego sintá-se confortável e confiante para realizar aquela ação.

A próxima orientação versa sobre a importância de que se avise com antecedência sobre a existência de qualquer tipo de barreira no caminho, o que evidencia a importância de preparar a pessoa com deficiência para aquilo que está por vir, pois, neste momento, o homem está ali como referência de espaço e precisa dar as informações corretas para que o cego se locomova com a facilidade esperada. Mais uma vez, a indicação de que se deve estabelecer, com a pessoa com deficiência, uma relação de confiança e atenção, entendendo que o espaço lhe impõe limitações e, por este motivo, há necessidade de auxílio para a promoção de sua convivência dentro do ambiente social.

Abordando agora o assunto referente a cães guias, usados para ajudar na locomoção dos cegos, possivelmente objetiva-se exibir a essencialidade de que não haja tratamento comum em relação a eles, vetando ações habituais por meio da ilustração de sua real função junto à pessoa com deficiência. Esta representação é feita através de um grande símbolo de reprovação nas imagens do homem que faz carinho em um cão guia, complementar a fala da narradora que explica o porquê deste ato não poder ser executado. Exibe-se que, mais que um simples cão, ele foi treinado para trabalhar na orientação dos cegos e, desta maneira, tem um papel fundamental na vida daquela pessoa, não devendo ser retirada sua atenção da função que está cumprindo. O vídeo vem para ensinar o comportamento correto para com estes cães, com o intuito de transformar essa relação.

Para encerrar, a discussão do vídeo girará em torno de um dos direitos das pessoas com deficiência visual que são garantidos por lei. Deseja-se informar, com as imagens, sobre a obrigatoriedade de aceitação dos cães guias em todo e qualquer espaço público, entendendo sua presença e função como essenciais àquela pessoa que o possui. Há, no vídeo, uma sequência de imagens que busca representar uma variedade de lugares, a fim de destacar a totalidade de espaços e explicar e exibir para aqueles que desconhecem a lei, que não se pode impedir esta presença, sendo ela fundamental para aquela pessoa e garantida como direito pela legislação.

O SIMBÓLICO

O vídeo, assim como todos os outros da série, vem com o possível intuito de transformar percepções, quebrar paradigmas e estimular novas ações através da orientação sobre as supostas melhores maneiras de se conduzir a relação com pessoas com deficiência, historicamente discriminadas e marginalizadas socialmente. Com o objetivo de diminuição de preconceitos através da geração de conhecimento, o vídeo em questão fala sobre como deve ser o comportamento para com as pessoas cegas.

Busca representar, como um todo, a importância de entender que as maneiras de percepção do ambiente, do espaço e das pessoas altera-se de acordo com cada especificidade, desencadeando outros tipos de necessidade, que devem ser compreendidas a fim de guiar o contato com outros indivíduos. Apresenta a importância da construção de uma relação de confiança ao desenvolver esse contato, tendo atenção com cada ação executada em relação ao cego, como o toque inicial no momento da primeira interação, e a maneira como conduzir uma caminhada a seu lado. Cumprindo os possíveis objetivos da série, dá as orientações mais relevantes que guiam cada contato e fala sobre direitos garantidos por lei para as pessoas com deficiência.

O CULTURAL

Culturalmente, o vídeo traz informações relevantes no que diz respeito à mudança de hábitos, comportamentos e opiniões em relação às pessoas com deficiência visual. A falta de preparo faz com que as pessoas não saibam sequer como deve ser feita a abordagem de forma correta, muito menos como se deve caminhar ao lado dos cegos, trazendo conforto e segurança. Mais que isso, a falta de inclusão, que gera ausência de contato e o desconhecimento sobre diversas questões que direcionam a vida destas pessoas, faz com que a maioria da sociedade não saiba ao menos de leis que garantam o acompanhamento dos cegos por seus cães guias em todos os lugares, sem distinções.

Para tanto, o vídeo busca entender o direcionamento histórico cultural dos comportamentos sociais em relação às pessoas com deficiência, e, a partir disso, promover a mudança de foco neste tratamento, ensinando a maneira supostamente correta de conduzir diversas ações. Partindo do pressuposto, por exemplo, da falta de experiência para se caminhar ao lado de pessoas cegas, o que provém da falta de interação e, muitas vezes, da ausência de empatia por não se conviver com elas, o vídeo orienta qual a maneira correta de

conduzi-las. Convida, justamente, a uma mudança de perspectiva, podendo passar a mensagem de como as percepções de mundo, para uns e para outros, variam imensamente, modificando suas formas de viver e sentir.

Não só com orientações sobre como se comportar em relação às pessoas cegas, o vídeo vem para divulgar informações sobre como lidar com outra coisa que lhes diz respeito e influencia inteiramente na forma de vida de quem os tem, isto é, os cães guias. Estes animais merecem especial atenção, pois não devem ser tratados como cachorros comuns pelas outras pessoas, que precisam reconhecer o fato de que ele está ali trabalhando para o cego e não pode se distrair, pois isto comprometeria sua atividade principal. Este fato também é majoritariamente desconhecido, fazendo com que as pessoas não saibam a maneira correta de se comportar com estes cães.

O vídeo procura modificar o pensamento de que eles podem receber carinho ou comida enquanto estiverem guiando a pessoa com deficiência. Mais que isso, busca ensinar que, apesar do pensamento preponderante de cães não poderem entrar em alguns lugares públicos, deve ser do conhecimento de todos que a presença do cão guia, junto ao seu dono, é um direito garantido por lei e que, portanto, não pode ser modificado. Enfatiza-se que o cão guia pode e deve acompanhar o cego em todos os lugares em que ele estiver, orientando a sociedade de que esta presença não deve ser combatida, mas garantida.

VÍDEO 09 – CONVIVENDO COM AS DIFERENÇAS – DEFICIENTES INTELECTUAIS – TV CÂMARA.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IY2OLBVdt10>

O ENIGMA

Neste vídeo da série, aborda-se o universo das pessoas com deficiência intelectual. Enfrentando preconceitos e discriminação culturalmente disseminados através dos tempos, estas pessoas, na maioria das vezes, são vistas como detentoras de aptidões inferiores em relação às pessoas que não tem deficiência. Desta maneira, costumam ser tratadas de formas diferentes, como se o ritmo de suas ações determinasse suas capacidades.

No vídeo, a possível intenção é fazer com que se entenda que pessoas com deficiência intelectual tem uma velocidade própria de aprendizagem, o que não reduz em nada sua capacidade de fazê-lo. A atenção deve ser apenas no momento da orientação das tarefas, caso não haja entendimento imediato. Além disso, ressalta a importância de que se tratem estas pessoas de maneira natural, igualmente a todos os outros que não possuem deficiência. O vídeo, ainda, expõe a essencialidade de que estas pessoas estudem e trabalhem normalmente, retirando a necessidade de superproteção que se acredita ser imprescindível em relação a elas. Exibe a existência de muitos tipos de deficiência, colocando a síndrome de down entre as mais comuns.

A AÇÃO

O vídeo, após a abertura comum a todos as produções da série, exibirá de maneira simples como se dá a vida de pessoas que possuem deficiência intelectual e como deve ser o comportamento das demais pessoas em relação a elas. O vídeo, como os outros, se passa todo em um fundo amarelo e começa com a representação de uma criança com deficiência intelectual caminhando com uma peça de jogo nas mãos, em direção a uma mesa de brinquedos, com mais peças iguais aquela. A criança senta-se e começa a interagir com o jogo, enquanto a narradora fala que pessoas com deficiência intelectual levam mais tempo para aprender, mas isso não significa que sejam incapazes.

A mesa some neste momento, e a criança começa novamente a caminhar, e, nesta caminhada, transforma-se em adolescente, com uma mochila nas costas e um uniforme escolar. Logo depois, transforma-se em um adulto, e uma nova mesa agora com um

computador, surge para o homem que está caminhando. Ele se senta, e começa a mexer no computador. Nesta passagem, a narradora fala que as pessoas com deficiência intelectual, embora com ritmos diferentes de aprendizagem, podem e devem estudar e trabalhar.

Outra passagem começa, e muitos desenhos de sombras de pessoas, todas pretas, aparecem umas ao lado das outras. No meio de todas elas, aparece o desenho da criança, em cores, que representa a pessoa que possui deficiência intelectual, já apresentada no começo do vídeo. Neste momento, a narradora diz que existem mais de duzentos tipos de deficiências intelectuais. Só a criança em cores fica no meio da tela, enquanto acena e um balão fala aparece em cima de sua cabeça, indicando que ela possui síndrome de down. A narradora fala que a síndrome de down é uma das deficiências mais conhecidas.

Neste instante, um homem adulto aparece ao lado da criança, afagando sua cabeça, com a orientação da narradora de que não se deve ser superprotetor para com estas pessoas. Balões da fala aparecem para os dois personagens, com a orientação de que, se a pessoa for uma criança, deve ser tratada como criança. E que se for um adulto, deve ser tratado como tal, ao mesmo tempo em que a imagem da criança é substituída pela imagem de uma pessoa adulta com deficiência intelectual.

Ainda mantendo a imagem dos dois homens em foco, dentro dos balões de fala mudam-se as ilustrações. O homem sem deficiência tem em seu balão o desenho de um presente, enquanto que dentro do balão do homem com deficiência, aparece um ponto de interrogação, ao mesmo tempo em que ele inclina-se um pouco para baixo, mostrando a falta de entendimento. A narradora fala que, se for pedido algo que a pessoa com deficiência não consiga compreender, o ideal é que se apresente a ela um modelo com o passo a passo, e certifique-se de que o processo foi entendido. A imagem então exhibe o passo de como embalar um presente, e, posteriormente, enfoca a pessoa com deficiência com o presente nas mãos, comemorando por ter conseguido realizar o proposto. Palmas podem ser ouvidas neste momento. A narradora fala, então, que o mais importante é que se respeite o ritmo dessas pessoas. O vídeo encerra-se com o final padrão da série, e com a fala de que cidadania é saber conviver com as diferenças.

O SÊMICO

A série que trata da deficiência intelectual começa com a caminhada de uma pessoa com esta deficiência, representando sua trajetória durante a vida. Neste caminho, em um primeiro momento com a simbolização da infância através de um menino, exibe-se sua caminhada com uma peça de jogo nas mãos, dirigindo-se a uma mesa onde se encontram o restante das peças. Ele se senta, e, brincando, coloca a peça em vários lugares, o que representa seu ritmo e velocidade de execução de ações e aprendizagem, aspecto relatado na fala da autora. Ao final, ele conclui o jogo e autora fecha aquela parte da cena dizendo que, embora essa velocidade seja diferenciada, não há influência sobre sua capacidade de realização, o que busca representar que o período da infância, e todos os outros, transcorrerão de maneira semelhante ao de qualquer outra criança, que experimenta fases de aquisição de conhecimento e desenvolvimento.

A caminhada continua e a criança passa por um crescimento, agora vestida com um uniforme de colégio e levando uma mochila nas costas. Este pedaço do caminho pode representar a importância de sua fase escolar, ressaltando que a deficiência intelectual não impede que a pessoa frequente a escola, sendo esta fase uma das mais importantes no desenvolvimento de conhecimentos e habilidades. Além de indicar que não há questões de impedimento, busca explicar a todos que as pessoas com deficiência têm as mesmas capacidades de aprendizagem, e devem frequentar a escola igualmente. Este período não deve ser negligenciado a elas por questões de desconhecimento ou preconceito.

O próximo período de caminhada exibe a pessoa em um computador trabalhando. Esta passagem, em convergência com a fala da narradora, busca representar a necessidade e essencialidade de que o trabalho, para estas pessoas, também seja visto como uma atividade comum, desempenhada no período de vida designado para tal. Busca exibir que a deficiência intelectual não é um fator bloqueador de execução de tarefas, mas que apenas deve ser entendida dentro de suas peculiaridades de ação. Mais uma vez, procura enfatizar que a vida das pessoas com deficiência intelectual deve transcorrer como qualquer outra, com as atividades comuns a todos, pois suas capacidades permitem que ela esteja inserida sem grandes diferenciações.

A próxima passagem, através da multiplicação de vários personagens iguais na tela, em formato de sombra, representa a existência de mais de duzentos tipos de deficiência. Uma

criança aparece acenando para o público, e um balão de identificação indica que ela possui síndrome de down. Esta cena busca repassar ao público uma noção de quantidade por meio das muitas imagens de sombra e da fala da narradora sobre mais de duzentos tipos de deficiência. Estes dois fatores parecem buscar a conscientização do público sobre como a existência de deficiências é maior do que geralmente se costuma pensar, e com isso, como estão presentes em grande número em uma sociedade que costuma não os considerar e deixar de atender as suas necessidades como cidadãos.

Logo depois, um adulto aparece ao lado desta criança, colocando a mão sobre sua cabeça, o que pode simbolizar cuidado e preocupação. Nesta sequência, o assunto inserido tem a ver com a superproteção geralmente despendida em relação a estas pessoas, por acreditar-se, em virtude do repertório cultural internalizado, de que elas são incapazes de viver socialmente e realizar atividades por si só. Para tanto, a narradora, em sua fala, enfatiza a importância de que esta superproteção deixe de existir, orientando que a forma de tratamento deve ser feita de acordo com a idade. Esta cena pode representar a necessidade de se adequar a visão sobre as capacidades de pessoas que possuem deficiência intelectual, indicando que elas podem e devem desfrutar de maior autonomia na interação com o ambiente e os outros indivíduos.

Há a transformação da criança em um adulto para indicar que, quando se está nessa fase, a forma de tratamento também deve ser correspondente, não havendo algum tipo especial de direcionamento em decorrência de sua deficiência. Busca simbolizar que deve ser eliminado o preconceito e a discriminação que acontecem em virtude do pensamento de que se deva conceder um contato mediado ou especial, acreditando que existe ali algum problema que impedirá o diálogo. Esta passagem busca, mais uma vez, representar que as pessoas com deficiência não precisam ser tratadas como se tivessem capacidades inferiores, mas sim como qualquer outra pessoa do meio, não necessitando de proteção excessiva e muito menos modificação do tipo de abordagem.

A próxima sequência expõe a forma de lidar com uma situação em que, em virtude de seu ritmo de aprendizagem e entendimento, a pessoa com deficiência intelectual não tenha compreendido inicialmente o que lhe foi solicitado. Para indicar que os objetivos de comunicação imediatos não foram alcançados ali, há um balão de fala com um ponto de interrogação sobre a pessoa com deficiência, que também encolhe os ombros, o que pode representar sua dúvida e desconhecimento em relação ao proposto.

Para solucionar esta situação, a narradora fala que o ideal é que se apresente a esta pessoa um modelo de execução com um passo a passo do processo, facilitando a tarefa e fazendo com que haja uma compreensão mais acessível. Esta passagem pode sugerir o respeito e a empatia necessárias na interação com a pessoa com deficiência, entendendo que seu ritmo é diferente e tratando este fato de maneira comum, sem preconceitos. Como garantia de que o processo foi entendido, a pessoa com deficiência aparece com o pacote de presente pronto nas mãos, comemorando sua conquista. Há também o som de palmas ao fundo, o que pode indicar o reconhecimento de sucesso daquela pessoa. A narradora finaliza falando que o mais importante de tudo é que se respeite o ritmo das pessoas com deficiência intelectual.

O SIMBÓLICO

O vídeo busca retratar inicialmente, através de um percurso de vida representado pela caminhada do personagem com deficiência intelectual, as várias fases dessa pessoa, com o possível intuito de evidenciar a importância de cada uma delas, enfatizando sua plena capacidade para exercer qualquer atividade comum às demais pessoas. O vídeo enfoca que elas não só podem, como devem fazer tudo o que lhes for de direito, não deixando de se inserir socialmente por falta de conhecimento em relação à sua deficiência ou por puro preconceito da sociedade em geral.

Posteriormente, através de outro tipo de representação, o vídeo insere o assunto do comportamento em relação a estas pessoas, expondo como deve ser o tipo de tratamento supostamente ideal para com elas. O vídeo versa sobre a necessidade de se dirigir a estas pessoas assim como se faz com todas as demais, não devendo haver modificação pela crença de capacidades inferiores. Ao contrário, este pensamento busca ser extinto durante o vídeo, que sugere a plena aptidão das pessoas com deficiência para a realização de todo tipo de tarefa, devendo apenas ser respeitado seu ritmo. De forma geral, busca desconstruir preconceitos, procurando extinguir possíveis discriminações que acontecem na tentativa de inserção social deste grupo ao frequentar escolas, trabalhar e estabelecer contato com outros indivíduos.

O CULTURAL

O vídeo baseia-se nos preconceitos existentes em relação às pessoas com deficiência intelectual, e, para rebater os estereótipos, procura disseminar informações que exibem as condições de vida deste grupo, buscando evidenciar suas capacidades de realização. Os deficientes intelectuais são vistos na sociedade, muitas vezes, como incapazes, ou como detentores de aptidões inferiores em relação às pessoas que não possuem deficiência. Nestes casos, acredita-se que a vida destas pessoas e a forma de tratamento direcionada a elas devam ser diferenciadas, com cuidados e atenção especial.

Em virtude deste pensamento culturalmente disseminado, a possível proposta do vídeo é fazer com que o receptor entenda que a deficiência intelectual não impede a realização de nenhuma atividade, e que as pessoas com deficiência podem e devem estudar e trabalhar, mantendo rotinas comuns a qualquer outro cidadão. O vídeo, neste sentido, aparentemente tentando modificar pensamentos e promover a inclusão, busca ressaltar que estas pessoas são capazes, tendo apenas seu ritmo de aprendizagem diferenciado.

A produção, a partir destas construções simbólicas, parece sugerir que as pessoas com deficiência devem estar incluídas socialmente, sem nenhum prejuízo ou diferenciação em decorrência de sua deficiência. Os estereótipos criados sobre as capacidades e a inteligência das pessoas com deficiência intelectual devem ser substituídos por visões que as colocam como, acima de tudo, seres humanos com direitos, pertencentes a uma sociedade democrática que deve estar preparada para recebê-los. Evidencia a importância de saber a maneira correta de convivência com este grupo, tendo a consciência de que eles não necessitam de superproteção e devem ter seus ritmos de aprendizagem e de execução de tarefas respeitados, acima de tudo.

VÍDEO 10 – CONVIVENDO COM AS DIFERENÇAS – CADEIRANTES.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yoYPJ1dUM4w>

O ENIGMA

Este vídeo aborda as especificidades de pessoas com deficiência física que se locomovem por meio de cadeiras de rodas. A produção traz informações sobre como interagir com elas, tanto no ato da fala como ao conceder ajuda em sua locomoção. Também trata do assunto das vagas reservadas para deficientes, um direito garantido por lei e que muitas vezes não é respeitado pela falta de empatia e conhecimento da sociedade em geral sobre a necessidade de não utilizá-las, sendo de extrema importância para quem se destinam.

Possivelmente buscando enfatizar a relevância do respeito a estes espaços, o vídeo faz com que o público se coloque no lugar das pessoas com deficiência, transferindo a situação do uso indevido das vagas reservadas para uma situação onde houvesse imposição de barreiras de locomoção para pessoas sem deficiência. Estimula, desta maneira, a ideia de que o uso destas vagas por pessoas que não necessitam, é o mesmo que impedir as pessoas com deficiência de locomover-se pelo ambiente.

A AÇÃO

O vídeo começa com a abertura padrão da série, que se inicia com a afirmação de que está na hora de mudar pensamentos em relação às pessoas com deficiência e, para tanto, o vídeo foi produzido para trazer as dicas necessárias para que estas ações se concretizem. Este vídeo apresenta, exclusivamente, informações sobre deficientes físicos cadeirantes. A primeira informação repassada é sobre a suposta melhor forma de se dirigir a eles. Neste caso, a sugestão é que se fique da mesma altura que o cadeirante, e, para isso, deve-se sentar para falar com ele, podendo olhar diretamente em seus olhos. As imagens são de um cadeirante e do personagem principal da série, que se aproximam para começar uma interação. Enquanto a narradora fala, o personagem se senta em uma cadeira imaginária que é desenhada para ele, e uma linha tracejada evidencia que, desta forma, os dois encontram-se na mesma altura.

Logo em seguida o homem levanta-se da cadeira e corre para trás do cadeirante, dando continuidade às informações que agora explicam a forma de manusear a cadeira. Neste caso, a narradora fala sobre ultrapassar um obstáculo como um degrau, que surge logo à frente dos dois. Ela ensina que, para subir um degrau, o ideal é que a cadeira seja segurada com firmeza

e inclinada para trás, deixando as rodinhas da frente levantadas. Os personagens executam as ações descritas pela narradora.

Depois disso, ela ensina como executar a manobra contrária, explicando que para descer degraus, é necessário que se apoie bem a cadeira para evitar solavancos. Da mesma maneira, os personagens exemplificam a orientação da narradora, com o personagem principal que movimentava a cadeira com muito cuidado para subir e descer, fazendo os movimentos indicados. A narradora ainda fala que, mais importante que tudo isso, empurrar a cadeira de rodas de um cadeirante é um ato que deve ser feito apenas mediante permissão. Nesta passagem, o homem cadeirante faz um sinal afirmativo com a cabeça, indicando sua concordância com o discurso.

Passando para outra cena, um carro faz um percurso que o leva até uma vaga reservada para cadeirantes, estacionando ali. A narradora fala que, em nenhuma hipótese e nem por um segundo se deve estacionar em vagas reservadas para pessoas com deficiência. Neste momento, um sinal vermelho de proibição aparece sobre o carro junto a um som que indica reprovação. A narradora também fala sobre a importância de não se estacionar junto a guias rebaixadas, usadas para a locomoção de cadeirantes, também ilustradas logo em seguida na imagem.

Com a pergunta: “Você gostaria que construíssem um muro na porta de sua garagem?”, a imagem transfere-se para frente de uma casa, onde um homem sai com o carro de sua garagem, porém, é detido por um muro que está erguendo-se a sua frente, com tijolinhos brancos que caem um a um, formando uma barreira. Indicando saber da resposta negativa a sua pergunta, a narradora completa: “Pois é... quando você estaciona em lugares reservados está impedindo que o deficiente físico se locomova!”. Nesta passagem, exibe-se a imagem de um cadeirante que, no início, apresenta uma expressão de espanto, alterada em seguida para a apreensão e preocupação em relação à possibilidade de não poder se locomover em virtude de atitudes alheias incorretas. E o vídeo termina com o encerramento comum da série, que enfatiza que cidadania é saber conviver com as diferenças.

O SÊMICO

No início do vídeo, a narradora começa com a orientação de que para se falar com um cadeirante o ideal é que se sente para ficar da mesma altura que ele. Neste momento, o personagem aproxima-se do cadeirante e senta, e uma linha imaginária é traçada do olho de um ao olho do outro. Este fato representa que a conversa deve acontecer em equilíbrio, onde as duas pessoas podem olhar-se nos olhos e encontrarem-se na mesma posição. Evidencia, por meio da ilustração de uma postura supostamente ideal, que é inadequado e pouco respeitoso manter uma conversa com um cadeirante estando em pé, sem estar da mesma altura que ele. As alturas desniveladas e a posição mais alta da pessoa sem deficiência pode transmitir uma percepção incorreta de superioridade de um em relação ao outro, prejudicando as relações e possivelmente causando certo desconforto a pessoa com deficiência. Desta maneira, a partir da orientação, busca-se possivelmente gerar reflexão nos receptores sobre comportamentos comumente não estimulados em relação a este grupo, e, portanto, não vistos como necessários, mas que causam atitudes de desrespeito que devem ser evitadas.

A próxima cena evidencia a melhor forma de se conduzir a cadeira do deficiente físico ao subir e descer degraus. Na imagem, há representação do cuidado que se deve ter no movimento de empurrar a cadeira de rodas. Em um dado momento, quando a narradora ressalta a importância de só empurrar a cadeira com a permissão do cadeirante, o personagem que representa a deficiência física faz um sinal com a cabeça e depois com as mãos, representando que concorda e permite que a ação seja realizada.

A ocorrência deste sinal, no vídeo, busca enfatizar que o pedido para poder movimentar a cadeira é de extrema importância. O pedido tem a ver com questões primordiais que envolvem autonomia e o processo de decisão sobre o próprio corpo, direitos essenciais de todos os cidadãos e que não devem ser negligenciados a estas pessoas, apenas por se encontrarem em cima de uma cadeira. Elas devem ter total poder de determinar se querem ou não se movimentar, e se desejam que outra pessoa o faça.

A próxima cena apresenta um carro que vai em direção a uma vaga reservada para pessoas com deficiência, estacionando ali ilegitimamente, pois não precisa deste recurso. Quando estaciona na vaga, o carro recebe um símbolo vermelho de reprovação, junto a um som que reforça a proibição e a inadequação daquele ato. A narradora, em sua fala, deixa

explícito que não se deve sob nenhuma circunstância e nem por um segundo estacionar em vagas reservadas para deficientes.

Sua fala já vem articulada para rebater possíveis comentários proferidos quando se questiona o motivo de utilização da vaga reservada por pessoas que não são deficientes físicos. Na maioria das vezes, as pessoas dizem que só estão parando por um pequeno tempo, “rapidinho”, e que isso não prejudicaria ninguém já que a vaga se encontrava vazia. O argumento é montado no sentido de desqualificar esta colocação, indicando que este pequeno tempo também não deve existir e a vaga nunca deve ser preenchida por quem não necessita dela.

Para tentar explicar o porquê da existência da vaga reservada e a relevância de sua não ocupação por pessoas sem deficiência, há um jogo de comparação no vídeo, uma metáfora usada para incitar, através de outros recursos, o pensamento de como seria para uma pessoa com deficiência precisar de sua vaga e encontra-la ocupada, o que impediria sua locomoção. Para isso, a narradora pergunta ao receptor se ele gostaria que construíssem um muro na porta de sua garagem, o que representaria a obstrução da passagem e o impedimento da saída com o automóvel e, por conseguinte, sua locomoção. Neste sentido, sugere que este muro seria um péssimo acontecimento, tentando traduzir o sentimento experimentado pelas pessoas com deficiência ao não poderem estacionar nas vagas reservadas.

Para ilustrar esta afirmação, o homem tenta sair com o carro de sua garagem e tem que parar, pois, um a um, os tijolos caem em sua frente formando a barreira que torna aquele caminho intransponível. Mais que apenas uma barreira específica, o muro pode representar todos os obstáculos enfrentados no dia a dia pelas pessoas com deficiência física para se locomoverem sobre suas cadeiras. Tem a possível finalidade de fazer com que o receptor se coloque no lugar das pessoas com deficiência física e pensem sobre as dificuldades encontradas por eles, todos os dias, ao tentarem caminhar por uma sociedade não adaptada as suas necessidades e, mais que isso, que não respeita as leis sobre a utilização de espaços públicos, ocupando vagas reservadas e parando na frente de guias rebaixadas.

A narradora termina falando que quando se estaciona nestes lugares, está se tirando a mobilidade de pessoas com deficiência, impedindo sua locomoção. A imagem que acompanha esta fala ilustra o deficiente físico com uma expressão que representa apreensão e descontentamento frente à impossibilidade de se movimentar em virtude da falta de respeito

por seu espaço reservado ou adaptado. Em uma sociedade onde a mobilidade é bloqueada pela falta de acessibilidade em espaços não inclusivos, construídos apenas para pessoas sem deficiência, há que se ter, minimamente, respeito ao que foi planejado para democratizar o ambiente.

O CULTURAL

A nível cultural, o vídeo baseia-se no conhecimento de que a população, de forma geral, não está preparada para lidar com pessoas com deficiência física, neste caso, os cadeirantes, não estando aptos a fazê-lo da maneira correta. Sabendo disso, e também dos variados preconceitos e da falta de respeito em relação a este grupo, o vídeo busca trazer informações que tem por possível intuito modificar preceitos culturalmente impostos, desmontando-os e construindo novas informações que ajudarão na conquista de espaço mais inclusivo e menos discriminatório.

O vídeo aposta no desconhecimento da população em geral sobre como agir quando se dirige a uma pessoa cadeirante. Na maioria das vezes, negligencia-se o fato de que é muito importante colocar-se na mesma altura que ela com a finalidade de poder olhar em seus olhos e, assim, não passar a imagem de superioridade. Mais que isso, esta interação é essencial para que se estabeleçam diálogos mais equilibrados e mais profundos, onde ambas as pessoas possam expressar-se igualmente estando em iguais condições.

O outro ponto alto do vídeo, produzido, aparentemente, com o intuito de modificar comportamentos sociais recorrentes e considerados incorretos em relação às pessoas com deficiência, baseia-se na orientação da essencialidade de se respeitar as vagas reservadas, não parando nestes lugares por nenhum segundo sequer. Com a consciência de que falta respeito em relação a estas vagas, por falta de conhecimento e empatia, ou mesmo por desinteresse, o vídeo busca reprovar esta ação com o intuito de barrar este tipo de comportamento, estimulando que o receptor que pratica tal ação tome consciência de seus atos e, aquele não faz, não venha a realiza-lo.

O vídeo ainda faz com que os receptores coloquem-se no lugar das pessoas com deficiência no momento em que elas se deparam com as vagas reservada preenchidas, ficando impedidas de realizar seu direito de ir e vir. Usa-se, para estimular este pensamento, a comparação da construção de um muro em frente a uma garagem, tentando incitar nas pessoas qual seria o sentimento se algo que impeça sua locomoção seja colocado a sua frente. Busca

construir, com isso, um sentimento de empatia em todos os indivíduos, promovendo cidadania, respeito aos direitos do próximo e, conseqüentemente, maior acessibilidade e inclusão.